

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTRATÉGIA E ORGANIZAÇÕES**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ESTRUTURA DE RELACIONAMENTO E AS PRÁTICAS DE
DESENVOLVIMENTO URBANO NA REGIÃO
METROPOLITANA DE CURITIBA**

JOSÉ BONFIM ALBUQUERQUE FILHO

**CURITIBA
2008**

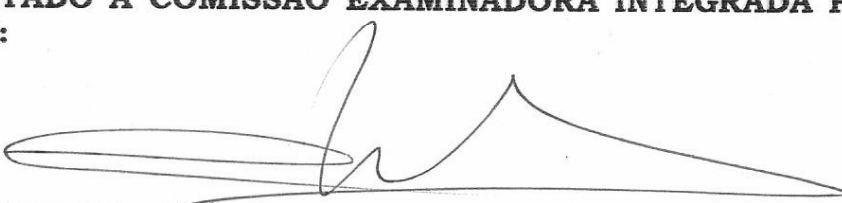
**“ESTRUTURA DE RELACIONAMENTO E AS PRÁTICAS DE
DESENVOLVIMENTO URBANO NA REGIÃO METROPOLITANA DE
CURITIBA”**

**ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA ADEQUADA PARA A
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO (ÁREA DE
CONCENTRAÇÃO: ESTRATÉGIA E ORGANIZAÇÕES) E APROVADA EM
SUA FORMA FINAL PELO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.**

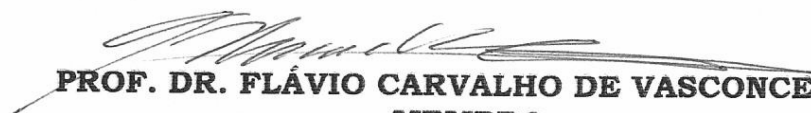


**PROF. DR. PEDRO JOSÉ STEINER NETO
COORDENADOR DO MESTRADO**

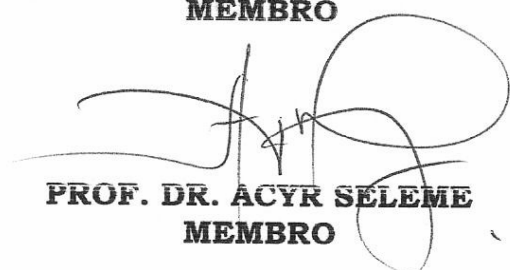
**APRESENTADO À COMISSÃO EXAMINADORA INTEGRADA PELOS
PROFESSORES:**



**PROF. DR. CLÓVIS LUIZ MACHADO-DA-SILVA
PRESIDENTE**



**PROF. DR. FLÁVIO CARVALHO DE VASCONCELOS
MEMBRO**



**PROF. DR. ACYR SELEME
MEMBRO**

JOSÉ BONFIM ALBUQUERQUE FILHO

**ESTRUTURA DE RELACIONAMENTO E AS PRÁTICAS DE
DESENVOLVIMENTO URBANO NA REGIÃO
METROPOLITANA DE CURITIBA**

**Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre. Curso de Mestrado em
Administração do Setor de Ciências Sociais
Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.**

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Luiz Machado-da-Silva.

**CURITIBA
2008**

Dedico este trabalho

*à minha esposa Neucir,
pelo amor, incentivo, paciência e exemplo de dedicação;*

*às minhas filhas Rebecca, Michelle, Débora e Bárbara,
pelo carinho e motivação de continuar estudando;*

*aos meus pais José Bomfim e Maria Wilna,
pelo exemplo de luta e abnegação e também pela luz.*

AGRADECIMENTOS

A realização do Mestrado em Administração da UFPR trouxe implicações muito além da esfera profissional: acarretou mudanças positivas fundamentais na minha vida. Mudanças que surgiram com a oportunidade que me foi dada por esta renomada instituição, a UFPR, que tem formado milhares de cidadãos, legítimos servidores desse nosso Brasil.

Em todo o ciclo do Mestrado, surgiram muitas pessoas a quem devo todo o meu agradecimento, sobretudo por me permitirem mais uma etapa de realizações. Relacionar todos os nomes seria impraticável e arriscado, pois um lapso de lembrança poderia levar-me a esquecer de alguns deles. Entretanto, deixar de citar alguns seria injustiça.

Muito agradeço ao professor e orientador Clóvis L. Machado-da-Silva por permitir e viabilizar uma pesquisa de campo relativamente extensa e custosa, como esta que contribuiu fortemente para a minha formação de pesquisador e professor. Peço também a este renomado Doutor as minhas escusas pelas perturbações de um mestrando, inclusive nas suas horas de repouso e lazer. Inclino-me ao respeito de ter sido sempre muito bem recebido por ele, com orientações seguras e indicações de perspectivas alvissareiras.

Aos Professores Sérgio Bulgacov e Pedro Steiner, expresso meu especial agradecimento pela oportunidade de ingressar no programa de Mestrado. Sem a confiança desses exemplares professores e pesquisadores, eu nem teria dado início ao processo. Por isso, é a eles a quem devo a concepção de tudo de bom que aconteceu comigo na UFPR ao longo desses mais de vinte e quatro meses.

A todos os professores do programa, agradeço pela excelência das aulas e pelas orientações precisas, sempre à disposição dos alunos. Foram ensinamentos que ultrapassaram a sala de aula, e que levarei pelo resto da vida.

Aos professores Dr. Flávio Carvalho de Vasconcelos e Dr. Acyr Seleme por integrarem a banca examinadora final deste trabalho.

Aos amigos e colegas do Mestrado, agradeço pela convivência harmoniosa, troca de idéias e auxílios. Entre estes, destaco o veterano e Mestre Luciano Rossoni, inspirador inicial do tema a que me dediquei.

Agradeço também à Secretaria do Mestrado em Administração, em especial a Ester, Leila e Jorlene, pela paciência, dedicação e atenção.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	4
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	4
1.3 JUSTIFICATIVAS TEÓRICA E PRÁTICA.....	4
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	6
2. BASE TEÓRICA	8
2.1 RELAÇÕES INTERORGANIZACIONAIS	8
2.1.1 Condições e razões para os agregados organizacionais	10
2.1.2 Natureza dos relacionamentos.....	11
2.1.3 A rede de organizações e os campos organizacionais	13
2.1.4 Análise de redes	16
2.1.5 UCINET <i>software</i>	24
2.2 PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS	25
2.2.1 Teoria da Estruturação e as práticas organizacionais.....	26
2.2.2 Instituições e Organizações	29
2.2.3 Práticas de desenvolvimento urbano	38
2.3. INTEGRANDO REDES DE RELACIONAMENTOS E PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS.....	41
3. METODOLOGIA	47
3.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA.....	47
3.1.1 Perguntas de pesquisa	47
3.1.2 Apresentação das Categorias Analíticas	48
3.1.3 Definição constitutiva e operacional das categorias analíticas	48
3.1.4 Definição de outros termos relevantes.....	52
3.2 DELIMITAÇÃO E “ <i>DESIGN</i> ” DA PESQUISA	53
3.2.1 População e amostragem.....	53
3.2.2 Delineamento da pesquisa.....	54
3.2.3 Coleta de dados	55
3.2.4 Facilidades e dificuldades na coleta de dados	56
3.2.5 Papel do pesquisador	57
3.2.6 Análise dos dados	58
3.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	59
4. A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	61
4.1 CONTEXTO AMBIENTAL DA RMC.....	61
4.1.1 Evolução demográfica e econômica.....	62
4.1.2 Dinâmica da aglomeração.....	66
4.1.3 A Gestão metropolitana	69
4.2 ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS PELO PLJ. URBANÍSTICO	73
5. PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO	81
5.1 DEFINIÇÃO DE CATEGORIAS.....	81
5.2 IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	82
5.3 IDENTIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS DE DESENV. URBANO	84
6. INFLUÊNCIAS DA ESTRUTURA DE RELACIONAMENTO NAS PRÁTICAS	98
6.1 IDENTIFICAÇÃO DA ESTRUTURA DAS RELAÇÕES NA RMC	98
6.1.1 Tamanho e relação entre as organizações	99
6.1.2 Sociograma da rede	100
6.1.3 Freqüência de contatos	102

6.1.4 Base de Comprometimento	103
6.1.5 Importância	103
6.1.6 Conteúdo das relações	104
6.1.7 Centralidade dos nós na rede de relações da RMC	110
6.1.8 Multiplicidade das relações	113
6.1.9 Densidade das relações	115
6.1.10 Organizações focais	116
6.1.11 Rede entre os municípios	120
6.2 INFLUÊNCIAS NAS PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO	123
6.2.1 Estrutura da rede e as práticas técnicas	123
6.2.2 Práticas nas relações administrativas	126
6.2.3 As relações e as práticas de envolvimento técnico e administrativo	129
7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Perspectivas teóricas sobre campos organizacionais.....	14
Quadro 2	Independência e interdependência entre organizações.....	21
Quadro 3	Medidas que o UCINET 6.0 permite na análise de rede.....	25
Quadro 4	Três pilares das instituições.....	36
Quadro 5	Necessidades urbanas.....	40
Quadro 6	Composição da região metropolitana de Curitiba.....	62
Quadro 7	Municípios segundo o nível de integração à dinâmica da aglomeração..	67
Quadro 8	Nível de integração dos municípios da RMC.....	68
Quadro 9	Indicadores de urbanização dos municípios.....	69
Quadro 10	Categorias das práticas de desenvolvimento urbano.....	81
Quadro 11	Perfil dos entrevistados.....	82
Quadro 12	Práticas de desenvolvimento urbano.....	96
Quadro 13	Matriz dos laços entre os atores.....	100
Quadro 14	Freqüência de contatos.....	102
Quadro 15	Base de comprometimento.....	103
Quadro 16	Grau de importância.....	104
Quadro 17	Freqüência do conteúdo relacional.....	104
Quadro 18	Matriz dos laços técnicos.....	106
Quadro 19	Matriz dos laços administrativos.....	107
Quadro 20	Matriz dos laços integrados.....	108
Quadro 21	Índices de centralidade de grau e de proximidade.....	111
Quadro 22	Centralidade administrativa.....	113
Quadro 23	Centralidade técnica.....	113
Quadro 24	Matriz multiplexa.....	114
Quadro 25	Densidade das redes.....	115
Quadro 26	Matriz dos laços entre os municípios.....	121
Quadro 27	Densidade das relações entre os municípios da RMC.....	122
Quadro 28	Centralidade das relações entre os municípios da RMC.....	122
Quadro 29	Centralidade da SEDU.....	130
Quadro 30	Centralidade da URBS.....	133
Quadro 31	Centralidade no transporte integrado.....	133

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Um sociograma - a estrela sociométrica de Moreno.....	17
Figura 2	Estrutura e ação.....	42
Figura 3	Dualidade da estrutura em interação.....	44
Figura 4	Relação entre as categorias analíticas.....	48
Figura 5	Sociograma da rede entre organizações da RMC.....	101
Figura 6	Sociograma da rede técnica.....	109
Figura 7	Sociograma da rede administrativa.....	109
Figura 8	Sociograma da rede integrada.....	110
Figura 9	Sociograma das relações entre os municípios.....	121
Figura 10	Sociograma da rede de relacionamento com a COMEC.....	125
Figura 11	Relações técnicas – URBS.....	134
Figura 12	Relações administrativas – URBS.....	134
Figura 13	Sociograma da Tríade Curitiba - São José dos Pinhais – IPPUC.....	135

ANEXOS

ANEXO 1	Questionário de pesquisa
ANEXO 2	Entrevista semi-estruturada
ANEXO 3	Mapa
ANEXO 4	Matrizes
ANEXO 5	Resumo de fontes de dados secundários consultadas
ANEXO 6	Organizações responsáveis pelo planejamento urbanístico na RMC
ANEXO 7	Resposta à mensagem do pesquisador enviada à Ouvidoria Geral do estado do Paraná

RESUMO

O objetivo deste estudo consistiu em verificar as relações existentes entre as organizações responsáveis pelo planejamento urbanístico dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e como essas relações influenciam as práticas de desenvolvimento urbano. Para isso, foi necessário descrever o contexto ambiental dessa região e identificar os órgãos responsáveis pelo urbanismo de cada município integrante. Em seguida, identificou-se a estrutura das relações entre as organizações, assim como se descreveram as principais práticas de desenvolvimento urbano adotadas. O quadro teórico de referência para informar a pesquisa foi constituído pela Teoria Institucional complementada com a Teoria da Estruturação de Anthony Giddens. A descrição das relações entre as organizações dos vinte e seis municípios constituintes da RMC foi possível por meio de uma metodologia baseada em Análise de Rede Social, que permitiu o cálculo e a avaliação de variáveis como estas: tamanho e densidade da rede, conteúdo das relações, multiplicidade, intensidade e importância das interconexões e, sobretudo, o grau de centralidade dos atores na rede. Para isso, o programa computacional UCINET 6 foi utilizado ao lado de técnicas simples de estatística descritiva. Já as práticas de desenvolvimento urbano foram investigadas com base em dados secundários e depoimentos de sessenta e dois gestores, entre prefeitos, secretários de planejamento urbano, assim como técnicos. Para tanto, foram efetivadas análises de conteúdo de entrevistas semi-estruturadas e análises documentais. A influência da estrutura da rede nas práticas organizacionais se deu com base em procedimentos eminentemente qualitativos, a partir da avaliação do nível de participação das dimensões e mecanismos institucionais nas ações implementadas pelos municípios. Em face dos resultados obtidos, algumas constatações são apontadas. Inicialmente, percebe-se baixa densidade nas relações diretas entre as prefeituras da região; no entanto a rede se torna mais densa com a presença de secretarias do governo estadual, órgãos de assessoria governamental e autarquias. A estrutura de relações encontrada tem influenciado algumas práticas utilizadas pelos municípios e julgadas importantes para o desenvolvimento urbano; por outro lado, essa estrutura aponta um possível processo de enfraquecimento de função, experimentado pela organização responsável da gestão urbana da RMC. A dinâmica da rede, que influencia as práticas de desenvolvimento urbano, demonstra a dualidade da estrutura explicada na teoria da estruturação, pois a investigação evidenciou relações (re)construídas concomitantemente com recorrências de ações urbanísticas. Essas influências são alimentadas pela participação, em vários níveis, das dimensões de dominação, significação e legitimação, e ocorrem principalmente por meio de mecanismos isomórficos coercitivos e normativos. Durante a investigação foram também constatados aspectos metodológicos carentes de estudos mais profundos na literatura específica, como é o caso do tipo de abordagem para se determinar a amostra para as análises de redes e a elaboração de instrumentos mais precisos para a coleta de dados neste tipo de análise. Finalmente, são apresentadas recomendações no sentido de que a área de Estudos Organizacionais deve unir-se a outras áreas do conhecimento na dedicação de investigações da gestão metropolitana.

Palavras-chave: análise de redes sociais; teoria da estruturação; teoria institucional; dualidade da estrutura; práticas sociais.

ABSTRACT

The purpose of this study was to verify the existing relations among the organizations which respond for the urban planning of the municipalities of the Metropolitan Area of Curitiba (RMC) and how these relations influence the practices of urban development. It was necessary to describe the environmental context of that area and identify the agencies in charge of the urban planning for each constituent municipality. It followed the identification of the structure of relations among the agencies and the description of the main urban development practices adopted. The theoretical framework of reference to inform the research was constituted by Institutional Theory foundations complemented by Anthony Giddens's Structuration Theory. The description of the relations among the agencies of the twenty-six constituent municipalities of the RMC was possible by means of a methodology based on Social Network Analysis to allow the calculation and assessment of variables such as: size and density of the network, content of the relations, multiplicity, intensity and importance of interconnections and especially the degree of centrality of the actors in the network. To do so, the software UCINET 6 was used along with simple techniques of descriptive statistics. On the other hand, the practices of urban development were investigated based on secondary data and testimonies from sixty-two managers, among which city mayors, secretaries and technicians of urban planning. Documents were analyzed and the semi-structured interviews were treated by the application of content analysis techniques. The influence of the network structure in organizational practices relied fundamentally on qualitative procedures based on the assessment of the participation level of the dimensions and institutional mechanisms in the actions implemented by municipalities. In light of the results, some findings are pointed out. Initially, it is noticed low density in the direct relations among the city halls of the area; however the network becomes denser with the presence of state government offices, agencies and autarchies. The structure of relationships found has been influencing some practices used by the municipalities which are considered important for the urban development; on the other hand, this structure suggests a possible process of function weakening experienced by the organization which is responsible for the urban management of the RMC. The dynamics of the network that influences the practices of urban development shows the duality of the structure explained in the Structuration Theory since the results clearly show (re)constructed relations concurrently with recurrences of urban actions. These influences are supported by the participation in various levels of the domination, meaning and legitimacy dimensions and occur mainly through coercive and normative isomorphic mechanisms. During the investigation were also noticed methodological aspects in need of deeper studies in the specific literature such as the type of approach to determine the sample for network analysis and the development of more precise instruments to gather data on this type of analysis. Finally, recommendations are made towards the unification of Organizational Studies to other areas of knowledge when investigating metropolitan management matters.

Keywords: analysis of social networks; structuration theory; institutional theory; structure duality; social practices.

1. INTRODUÇÃO

No cenário da população urbana mundial, surge a metrópole, como realidade da civilização contemporânea. Uma metrópole é sistema urbano em escala local polarizado por uma cidade principal, que abriga o núcleo metropolitano.

A urbanização brasileira tem em suas metrópoles os principais focos de sua concretização. No Brasil foram reconhecidas formalmente, na década de 70 do século passado, nove regiões metropolitanas: de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Após a Constituição de 1988, outras metrópoles foram formalizadas. Assim, o processo de planejamento urbano regional está presente na legislação brasileira desde 1973, quando foram criadas as primeiras regiões metropolitanas com o objetivo de coordenar espaços conjuntos, de maneira que se pudessem auxiliar mutuamente, procurando o melhor resultado econômico e social possível.

A concentração de cidades nas últimas décadas gerou, no curso das transformações quantitativas, algumas mudanças qualitativas e, entre elas, inúmeros problemas. Existe, portanto, uma problemática social metropolitana geral, que reflete a realidade social brasileira e específica, espelhando características próprias dos centros metropolitanos.

Em contrapartida, verificam-se mudanças consideradas positivas ocorridas na configuração da sociedade brasileira nas últimas décadas, como a amplificação de horizontes para as comunicações, economia e finanças. Essas transformações trouxeram consigo o necessário ajuste das organizações. Nesse sentido, os órgãos do setor público, base sobre a qual, de uma maneira ou outra, a sociedade trabalha, receberam profundamente o impacto da onda globalizante com conseqüências estruturais. O Estado, antes onipotente, descobriu-se fraco diante das necessidades totais da população; sendo incapaz de bancar sozinho o desenvolvimento de toda a sociedade, procurou reduzir sua atuação às áreas em que sua presença fosse imprescindível. Essas alterações, ocorridas oficialmente no Brasil em meados da década de 1990, geraram mudanças legais, econômicas, fiscais e sociais para todas as organizações, tanto da iniciativa privada quanto da administração pública, que vêm revisando suas estratégias e procedimentos para adaptá-los aos novos tempos.

Juntamente com essa mudança, os reflexos da redemocratização, a partir da década de 80 do século passado criaram novas visões do que poderiam ser os processos democráticos, gerando expectativas que, conjugadas com as mudanças administrativas do Estado, alteraram de forma intensa o modo de governar. A governabilidade das cidades alterou-se da mesma forma, seguindo essa nova perspectiva. A nova filosofia de governo trouxe elementos diferenciais para a administração pública local que, acostumada com o processo tecnocrático proveniente de muitos e muitos anos, vê-se perante o novo marco legal, que cria ferramentas de gestão, contemplando a transparência, a eficácia e a participação pública.

Seguindo essas mudanças, assiste-se à regulamentação de artigos da Constituição Federal brasileira na forma do Estatuto da Cidade (Lei Federal Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001) que, além de dar às cidades atribuições múltiplas, trata de diversas questões de cunho econômico e social, assim como traz também alterações no processo de execução do planejamento urbano em geral. A obrigatoriedade da participação popular nas diversas etapas desse planejamento contrasta intensamente com a tradição de planejamento dentro do escritório feito exclusivamente por técnicos, e imposto à sociedade como objeto pronto. A necessidade de inclusão dos diversos atores sociais no processo altera tanto a idéia quanto o produto final, tanto pela necessidade legal como pela legitimação dos atos governamentais.

Nesse contexto avultam de importância os problemas metropolitanos brasileiros que, na verdade, são problemas sociais gerais nas cidades, portanto revestidos de todas as características históricas, culturais e espaciais inerentes aos sistemas sociais contemporâneos. Acrescente-se a isso o fato de que as metrópoles exigem os chamados “serviços de interesse comum”, isto é, serviços que interessam a mais de um município; e as ações no sentido de solucionarem esses problemas e de buscar o desenvolvimento devem ser planejadas e implementadas ao longo do tempo e replanejadas, reimplantadas recursivamente, sempre na direção de melhor qualidade de vida para os cidadãos. Nas metrópoles essas ações exigem a devida integração dos municípios componentes.

Diante das transformações que ocorrem na administração de cidades, e com a convicção de que, para as problemáticas da metrópole, as soluções podem ser

mais inteligentemente oferecidas por meio de uma gestão integrada, depreende-se que essa necessária integração deve conduzir a um relacionamento entre os órgãos responsáveis pelo planejamento e gestão urbana de cada município com os dos outros municípios que integram a região metropolitana. Esse relacionamento enseja a estruturação de uma rede interorganizacional preocupada com ações regulares que permitam soluções adequadas aos diversos problemas urbanos, bem como a constante busca por um desenvolvimento urbano em prol da melhoria da qualidade de vida dos habitantes. Assim, nas palavras de Harvey (1980), no urbanismo moderno, o espaço é continuamente reestruturado.

Nesse contexto está presente a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), com números considerados preocupantes, quando se faz um comparativo da evolução da questão demográfica. De acordo com dados do Governo do Paraná, em 1970, por exemplo, eram 869.837 habitantes, cerca de 13% da população total do Estado Paraná, e em 2005, trinta e cinco anos depois, este número saltou para 3,2 milhões de pessoas, contabilizando aproximadamente 31% do total de habitantes do Paraná. Ainda na questão demográfica, a expectativa é de que nos próximos 17 anos a RMC ganhe mais 1.400.000 novos habitantes. São números acompanhados de elevada desigualdade social, altos índices de desemprego, entre outros, atestando claramente a fragilidade que existe no entorno das grandes metrópoles brasileiras. São problemas que exigem, além de soluções inerentes ao campo político, social e econômico as respostas técnicas que favoreçam um desenho urbano mais adequado.

Assim, emergiu o objetivo do presente estudo, que consistiu em analisar a rede de relações entre órgãos da administração dos municípios da RMC, para buscar explicar a influência dessas relações nas práticas de desenvolvimento urbano adotadas.

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A pesquisa, inserida nos estudos organizacionais, constituiu uma análise da rede social composta pelos órgãos responsáveis pelo planejamento urbanístico na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), orientada pelo objetivo de esclarecer o seguinte problema de pesquisa:

De que modo a estrutura de relacionamento entre os órgãos responsáveis pelo planejamento urbanístico dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba influencia as práticas de desenvolvimento urbano, adotadas por esses municípios?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo central, que orientou este trabalho, consistiu em verificar as relações existentes entre as organizações responsáveis pelo planejamento urbanístico dos municípios da RMC e como essas relações influenciam as práticas de desenvolvimento urbano, adotadas por esses municípios.

Nesse sentido, foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever o contexto ambiental da RMC, sob a ótica do planejamento urbanístico.
- b) Identificar o(s) órgão(s) responsável(eis) pelo planejamento urbanístico de cada município da RMC.
- c) Identificar a estrutura das relações entre as organizações integrantes da rede (órgãos responsáveis pelo planejamento urbanístico na RMC).
- d) Identificar as principais práticas de desenvolvimento urbano adotadas pelos municípios da RMC.
- e) Verificar as influências da estrutura de relacionamento entre as organizações integrantes da rede nas práticas de desenvolvimento urbano adotadas.

1.3 JUSTIFICATIVAS TEÓRICA E PRÁTICA

A relevância teórica do estudo em tela residiu, primeiramente, na proposta de mapear e explicar os fenômenos advindos de uma rede formada pelos órgãos que lidam diretamente com os fatos urbanos.

Diversos estudos têm procurado analisar o conceito de campo organizacional sustentado na noção de rede social. Enquanto espaço articulado de relações, a noção de campo favorece uma abordagem mais estrutural, fundamentada na análise de padrões e intensidade de relacionamento. No entanto, como intento do presente trabalho, um dos aspectos importantes considerados foi o fato de que, além da dimensão material das relações entre atores, a ordem simbólica acerca do significado dessas relações precisa ser observada (MACHADO-DA-SILVA, GUARIDO FILHO, ROSSONI, 2006). Assim, o estudo da referida rede permitiu perceber os fluxos de informação e as construções sociais e simbólicas dos órgãos estudados no sentido de melhor compreender as práticas adotadas.

O estudo das relações de dependência, feito com base na análise institucional, evidenciou motivos de dependência diferentes dos exclusivamente técnico-arquitetônicos, de engenharia ou econômico, mas também referentes a aspectos relevantes para a legitimidade e para o significado dos padrões urbanísticos de ação adotados pelos diversos municípios, como crenças, valores e pressões políticas.

A carência de estudos, que possam bem conceituar processos de estruturação ocorridos no nível de campo organizacional, é evidenciada por Scott (2001). A presente pesquisa pôde colaborar nesse intento, ao ser considerada a perspectiva de DiMaggio e Powell (1983), em que o campo define uma reconhecida atividade social ou econômica, cujos atores estabelecem relacionamentos entre si, reconfigurando seus modelos de ação e a estrutura social.

A complementaridade entre a abordagem institucional e a análise de rede permitiu identificar as organizações que atuam de forma mais ativa no processo de definição, construção e redefinição de padrões que constituem as estruturas institucionais mediante a intersubjetividade (MACHADO-DA-SILVA, COSER, 2006). Nesse mesmo sentido, o presente trabalho visou a inferir resultados a respeito das vantagens obtidas por uma possível organização focal, mediante o tipo de relação estabelecida com o campo organizacional, pois dados coletados por Machado-da-Silva e Coser (2006) oferecem suporte para se afirmar que a organização focal não consiste apenas num ente organizacional com fins instrumentais; a sua dimensão ultrapassa essas fronteiras na medida em que os atores a identificam como principal agente da história, da sociedade, da política e da economia.

Sob o prisma da praticidade deste trabalho, é notória a busca de arranjos institucionais mais adequados para lidar com a gestão das regiões metropolitanas, o que tem constituído um tema de grande atualidade, que afeta todas as regiões do Brasil. O crescimento e a complexidade das aglomerações urbanas metropolitanas tornam cada vez mais necessárias a integração regional do planejamento urbano, a provisão de serviços públicos e a promoção de desenvolvimento territorial, de forma a lidar com o aprofundamento dos problemas de execução social, reestruturação produtiva, degradação do meio ambiente urbano, mobilidade urbana, entre outros. Assim, a pesquisa procurou ampliar os conhecimentos da relação entre atores envolvidos em fatos urbanos com interesses comuns, da mesma forma que aprofundou as informações da estruturação de práticas institucionalizadas de gestão urbana.

Por derradeiro, e não menos importante, a presente dissertação na área dos estudos organizacionais evidenciou uma integração com trabalhos desenvolvidos na área de Estratégia e Organizações do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (CEPPAD) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), sobretudo aqueles interessados com a Teoria Institucional e o estudo de redes interorganizacionais. O estudo também permitiu a oportunidade de trabalhos empíricos na região de atuação dessa renomada universidade.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está organizada em sete partes. Inicialmente nesta introdução, apresentou-se a temática estudada, o problema e os objetivos da pesquisa, bem como as justificativas teórica e prática que possibilitaram a sua realização.

A segunda parte aborda o referencial teórico com o qual se deu sustentação às idéias do estudo realizado. Esse referencial está dividido em três seções, a saber: 1) Uma discussão inicial a respeito dos diferentes níveis de análise adotados no estudo das questões organizacionais, seguida de uma apresentação de conceitos relevantes da estrutura de relacionamento de rede, com ênfase no método e na análise de redes sociais, bem como uma sucinta incursão no *software* UCINET (BORGATTI, EVERETT e FREEMAN, 2002), programa computacional que se utilizou como ferramenta auxiliar para a análise da rede. 2) As principais idéias que compõem o quadro explicativo para a estruturação de práticas, abordando aspectos

desde a construção e constituição da sociedade até a relevância do assunto para a teoria das organizações e teoria institucional. 3) A integração dos constructos trabalhados na base teórica e as relações que podem ser observadas entre eles.

Na terceira parte, são estabelecidos e detalhados os procedimentos metodológicos utilizados para execução da investigação empírica do estudo. Em seguida, são apresentadas as categorias analíticas, bem como suas definições constitutivas e operacionais, além de outros termos considerados relevantes. No delineamento de pesquisa, são apontados os critérios utilizados para a delimitação da população, amostra, coleta, tratamento dos dados, bem como as limitações da pesquisa.

Na seqüência, a quarta parte apresenta a primeira etapa da análise de dados, que permitiu atingir aos objetivos específicos de descrever o contexto ambiental da RMC, sob a ótica do planejamento urbanístico e de identificar os órgãos responsáveis pelo planejamento urbanístico de cada município que constitui essa região.

Uma segunda etapa de análise é mostrada na quinta parte do trabalho, com o propósito de apresentar os resultados que permitiram identificar as principais práticas de desenvolvimento urbano adotadas pelos municípios da RMC.

A etapa final de análise, que permitiu alcançar o objetivo central proposto para esta dissertação, é apresentada na sexta parte. Na seqüência, a sétima parte sintetiza as conclusões do trabalho, bem como apresenta sugestões para futuros estudos e recomendações práticas aos atores estudados.

No final da dissertação encontram-se as referências bibliográficas das obras utilizadas e os anexos que complementam os registros da investigação realizada.

2. BASE TEÓRICA

Com a intenção de apresentar a sustentação teórico-empírica do estudo realizado, a revisão bibliográfica procedida está dividida a seguir em três seções que, de forma geral, se direcionam aos principais elementos que constituem o problema de pesquisa proposto. A primeira seção focaliza as relações interorganizacionais, o que permite uma abordagem das dimensões levantadas por diversos autores que lidam com o estudo das redes organizacionais. Essa seção também trata da análise de redes propriamente dita, onde é evidenciado o papel dessa metodologia capaz de fornecer instrumentos para a compreensão das relações interorganizacionais, bem como são sucintamente explanados aspectos referentes ao *software* UCINET (BORGATTI, EVERETT e FREEMAN, 2002). Na seqüência, a segunda seção discute as principais considerações que compõem o quadro explicativo das práticas organizacionais, abordando aspectos relativos à constituição da sociedade e à relevância da teoria institucional na perspectiva estruturacionista para a temática em pesquisa. Finalmente na última seção, discute-se a relação entre os principais constructos trabalhados na base teórico-empírica e as relações que podem ser observadas entre eles: redes de relacionamentos organizacionais e práticas organizacionais.

A estrutura da base teórico-empírica acima roteirizada baseia-se no pressuposto de que uma visão analítica da teoria institucional e da teoria da estruturação, aliada à análise de redes, possibilita explicar, de forma consistente, as relações pesquisadas e seus efeitos sobre as práticas organizacionais.

2.1 RELAÇÕES INTERORGANIZACIONAIS

Os atuais contornos de uma sociedade globalizada e centrada no uso e aplicação da informação e na qual a divisão do trabalho se efetua não tanto segundo jurisdições territoriais (embora isso também continue a ocorrer) evidenciam cada vez mais a necessidade inerente a todas as organizações, assim como aos indivíduos, de manter relações entre si. Mesmo diante das idiosincrasias dos contextos e das variações na profundidade ou na importância de tais relações, todos são afetados direta ou indiretamente pelo que se denominam relações interorganizacionais.

Castells (1999), em uma análise abrangente e multissetorial, buscando encontrar conceitos que permitam entender a maneira pela qual os diversos níveis de experiência humana estão interagindo para conformar a estrutura social do início deste século, argumenta, com ricos dados empíricos, que a necessidade de as organizações se adaptarem às contingências e imprevisibilidade ambientais tem formulado novo modelo organizacional que ultrapassa os limites de uma única organização, formando redes organizacionais.

A instabilidade ambiental tem guiado as ações das organizações na tentativa de reduzir as incertezas como forma de sobrevivência, mediante o desenvolvimento de estratégias que as tornem mais competitivas, flexíveis e horizontais (CASTELLS, 1999; ALVAREZ, 1994). Dentre as estratégias mais importantes está a formação de relações colaborativas entre organizações, a partir do reconhecimento do ambiente como fator influenciador e, conseqüentemente, da quebra entre os limites da organização e o seu ambiente circundante. Ressalta-se que a competição e a flexibilidade ultrapassam os limites do âmbito empresarial e atingem a todas as organizações sociais.

Na academia, os estudos da teoria das organizações não contemplavam as relações interorganizacionais até surgirem as considerações sobre o limite das organizações dentro de seus ambientes. Da mesma forma, somente após o reconhecimento, pelos sociólogos urbanos, da comunidade urbana como uma rede de organizações, essas relações emergiram e se tornaram foco de análise dos teóricos organizacionais (SCOTT, 2000). A partir de então tem sido crescente o espaço dedicado aos estudos das redes no mundo acadêmico.

Entre esses estudos destaca-se o de Gulati (1998), pois, ao tratar de alianças estratégicas, amplia as dimensões para a perspectiva de redes sociais, considerando que o foco somente na organização ou em uma determinada aliança, e no ambiente apenas em termos de competitividade, não oferecem subsídios suficientes para a compreensão do contexto, já que freqüentemente se negligenciam as demais relações interorganizacionais em que as firmas estão integradas. De fato, mesmo que duas organizações formem aliança na busca de objetivos comuns, elas necessariamente irão relacionar-se com outras organizações que vivem no mesmo ambiente institucional. De acordo com Gulati (1998), as redes sociais consideram as interações das organizações em uma estrutura social maior, em que transitam fluxos

de bens e serviços, influências e informação, sendo socialmente construídas, reproduzidas e alteradas como resultado da interação das organizações integrantes da rede.

2.1.1 Condições e razões para os agregados organizacionais

Oliver (1990), ao estudar as condições sob as quais os relacionamentos se formam, afirma que fatores ambientais e interorganizacionais aumentam a probabilidade de diferentes contingências: a) necessidade - ligações entre organizações de natureza legal ou regulatória, que normalmente não ocorreriam voluntariamente; b) reciprocidade – evidenciada pela cooperação e colaboração, uma vez que as relações são intencionais e visam a objetivos mútuos; c) assimetria – ao contrário da reciprocidade, se refere às relações de poder e controle, tanto das organizações quanto dos seus recursos; d) eficiência – orientada preponderantemente para a capacidade produtiva interna de cada organização; e) estabilidade - pressiona na formação de relações com o objetivo de vencer as incertezas ambientais; e f) legitimidade - justifica a existência da organização no ambiente institucional em que está inserida.

Aldrich e Whetten (1981) observam que todos os estudos de agregados organizacionais têm como ponto inicial a relação ou transação entre duas organizações. Os autores apontam três maneiras de pensamento sobre o conteúdo de uma relação: a) conteúdo de comunicação - passagem de informação de uma organização para outra; b) conteúdo de troca - as mercadorias e serviços fluem entre as organizações; e c) conteúdo normativo - expectativas que as organizações têm umas com as outras, devido a alguma característica ou atributo social. Os três elementos podem estar presentes ao mesmo tempo, numa dada relação das organizações.

São muitas as condições e razões pelas quais os relacionamentos interorganizacionais ocorrem, podendo ser intencionais e formalizados, ocasionais, voluntários ou até mesmo de caráter coercitivo, como se pode identificar em relações entre organizações governamentais, que possuem autoridade regulativa. Hall (2001) também identifica quatro bases dessas interações: 1) *ad hoc* - existe pouca ou nenhuma relação preestabelecida; 2) troca – quando benefícios mútuos

são evidenciados na interação, sem necessariamente envolver troca econômica; 3) acordos formais; 4) obrigatoriedade – relação especificada em leis ou regulamentos.

Diante das constatações de cientistas, como as acima apresentadas, conclui-se que, para as organizações se relacionarem, existem várias condições e razões. Cabe ao pesquisador identificar essas dimensões, para efetivamente compreender e poder explicar as relações interorganizacionais, que permitem o fluxo de pessoas, informações, capital, influência, mercadorias e serviços (EVAN, 1978). Ao mesmo tempo, é necessário constatar que essas interações estão imersas em ambiente institucional, composto por pressões normativas, sociais e políticas. Essas pressões podem restringir ou possibilitar as ações organizacionais, implicando padrões de interações que, embora muitas vezes não sejam visíveis, formam estruturas concretas em uma rede de relações. Este é o enfoque essencial da presente pesquisa.

2.1.2 Natureza dos relacionamentos

Nota-se que as relações das organizações podem manifestar-se sob as mais diversas formas, desde a reciprocidade e cooperação, até relações restringidas por forças coercitivas ou por relações de poder. Dessa forma, dependendo da natureza do negócio, da capacidade das organizações e do contexto em que os atores se relacionam, uma dessas manifestações pode ser predominante. Assim, para a explicação das relações, reputa-se de importância a identificação dessas manifestações percebidas através das ações organizacionais dos atores integrantes da rede, essencialmente, na competitividade, cooperação, relações de poder e conflito.

Mostra-se inevitável, sobretudo em cenário caracterizado por turbulências ambientais e interdependência organizacional, a busca das organizações no sentido de adaptarem suas estratégias mediante relações de parcerias no intuito de se tornarem mais competitivas. Entretanto, mesmo diante de interesses recíprocos, pode haver uma relação de poder e conflitos, não só das parcerias formalizadas, mas das relações intersubjetivas inerentes a organizações heterogêneas, que fazem parte de uma estrutura social mais ampla.

Faerman, McCaffrey e Slyke (2001) apontam quatro fatores presentes nos processos de cooperação interorganizational, os quais podem influenciar de forma a

colaborar ou arruinar os processos de cooperação: 1) disposição inicial para a cooperação, baseada em interesses mútuos, em que as pessoas estariam mais dispostas a cooperar, quando esperam que seu gentil comportamento seja recompensado com o gentil comportamento dos outros; 2) incentivos, tendo como base os interesses pragmáticos presentes nas relações econômicas, tecnológicas e sociais; 3) liderança, a partir da legitimação das formas de atuação no interior do grupo; 4) número e variedade de organizações envolvidas, em que a cooperação é desenvolvida mais facilmente, quando os membros são semelhantes e quando o número de integrantes é suficiente para que possa haver comunicação e negociação com resultados favoráveis. De acordo com esses autores, tais fatores podem prejudicar os processos de cooperação ou colaborar com eles, implicando manifestações ambíguas que se refletem nas ações organizacionais e na formação de padrões de relacionamento.

Ainda no que se refere à cooperação, para Smith, Carroll e Ashford (1995), muitas definições se focam nos processos pelos quais atores e grupos se unem, interagem e formam relações para ganhos ou benefícios mútuos. Ring e Van de Ven (1994) definem a cooperação de forma mais dinâmica, incluindo a disposição dos atores em continuar as relações cooperativas. Para esses autores as relações de cooperação são mecanismos socialmente construídos para a ação coletiva, que é continuamente reestruturada por ações e interpretações simbólicas das partes envolvidas (RING e VAN de VEN, 1994).

Por outro lado, conforme salienta Meyer e Rowan (1977), é preciso considerar que atores institucionais têm freqüentemente múltiplos e inconsistentes interesses. Assim, a partir do momento em que se aceita essa consideração, e que esses interesses se manifestam nas próprias relações, os conflitos interorganizacionais podem surgir. Conforme observam Bourdieu e Wacquant (1992), os conflitos estão presentes em um campo organizacional, já que atores buscam individualmente ou coletivamente manter e desenvolver suas posições e impor os princípios de hierarquização mais favoráveis aos seus interesses. Essa busca pode situar-se nas ações, nos discursos e nas intenções.

Já Pfeffer (1982) considera que a teoria do poder e conflito é útil para predizer as dinâmicas das relações cooperativas. Além disso, teorias da estrutura social explicam que a emergência de relações cooperativas surge de características

estruturais como heterogeneidade e homogeneidade, distância e poder, ou seja, a partir de dimensões externas à relação (SMITH, CARROLL e ASHFORD, 1995).

Após terem sido verificadas as diversas naturezas de relacionamento, é importante lembrar que Mizruchi e Galaskiewicz (1994) destacam três importantes abordagens para o estudo das relações interorganizacionais: dependência de recursos, classe social e institucional. O princípio básico para a primeira é que as organizações operam em ambientes turbulentos e incertos, em que as organizações buscam obter controle sobre recursos críticos. A abordagem da classe social enfatiza formas de dominação e predominância dos interesses de classes capitalistas. A teoria institucional prima por sistemas culturais mais complexos, partindo da idéia de que as organizações agem não apenas de acordo com cálculos racionais, mas também de acordo com as pressões presentes nas fronteiras do ambiente organizacional.

2.1.3 A rede de organizações e os campos organizacionais

O conceito de campo organizacional é central para a análise institucional (DIMAGGIO, 1991), sendo considerado por Scott (1991, 2001) como o nível de maior significância para a teoria institucional. O tema ganhou proeminência nos estudos organizacionais com DiMaggio e Powell (1983, 2005), que entendem por campo organizacional “aquelas organizações que, em conjunto, constituem uma área reconhecida da vida institucional: fornecedores-chave, consumidores de recursos e produtos, agências regulatórias e outras organizações que produzam serviços e produtos similares” (DIMAGGIO e POWELL, 2005, p. 76).

Com um entendimento próximo de DiMaggio e Powell (1983, 2005) sobre o conceito de campo organizacional, Scott (2001, p. 84) afirma que:

“campos organizacionais são definidos pela presença de estruturas cultural-cognitivas ou normativas com um sistema regulador comum, ou seja, ‘constitui uma área reconhecida de vida institucional’: A noção de campo conota a existência de uma comunidade de organizações que partilham de sistemas de significados comuns e dos quais participantes interagem mais freqüentemente entre eles do que com atores de fora do campo.” (SCOTT, 1994, p. 207-8).

Em face de sua existência, os campos só existem na medida em que puderem ser definidos institucionalmente. Todavia o processo de definição ou estruturação institucional consiste em quatro elementos: (1) aumento na amplitude de interação das organizações do campo; (2) surgimento de estruturas de

dominação e de coalizões bem definidas; (3) aumento da carga de informação; e (4) desenvolvimento de consciência mútua entre os participantes do campo (DIMAGGIO e POWELL, 1983, 2005).

Scott (2001) ainda adiciona outros indicadores de estruturação do campo: (1) a extensão dos acordos na lógica institucional que direciona as atividades no campo; (2) o aumento do isomorfismo entre as populações; (3) o aumento da equivalência estrutural de conjuntos de organizações no campo; e (4) o aumento da definição das fronteiras do campo. Portanto, na medida em que as organizações que integram o campo tendem a se institucionalizar, adotando regras, desenvolvendo competências e padrões de comportamento similares e próprios de seu contexto, pode-se dizer que há um campo configurado (SELZNICK, 1996).

As escolas dos institucionalistas históricos e dos cientistas políticos são as que mais focam o nível de campo no desenvolvimento de seus estudos, conjuntamente com os sociólogos institucionalistas tradicionais. Entretanto as duas primeiras escolas enfatizam os aspectos regulatórios das instituições. Já os sociólogos institucionalistas dão mais atenção a questões normativas (SCOTT, 2001).

“O reconhecimento da multiplicidade de abordagens do campo organizacional, em alguns casos com diferenciações sutis”, levou Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006, p.161) a categorizarem seis perspectivas teórico-conceituais, conforme se pode verificar no Quadro 1.

QUADRO 1 – PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE CAMPOS ORGANIZACIONAIS

Perspectiva Teórica	Autores	Elementos-chave	Descrição
Campo como a totalidade dos atores relevantes	DiMaggio; Powell.	Significação e Relacionamento	Organizações que partilham de sistemas de significados comuns e que interagem mais freqüentemente entre si do que com atores de fora do campo, constituindo assim uma área reconhecida da vida institucional.
Campo como arena funcionalmente específica	Scott; Meyer.	Função Social	Organizações similares e dissimilares, interdependentes, operando numa arena funcionalmente específica, compreendida técnica e institucionalmente, em conjunto com seus parceiros de troca, fontes de financiamento e reguladores.

continuação do QUADRO 1 – Perspectivas teóricas sobre campos organizacionais

Campo como centro de diálogo e discussão	Hoffman; Zietsma; Winn.	Debate por Interesse Temático	Composto por organizações, muitas vezes com propósitos díspares, que se reconhecem como participantes de um mesmo debate acerca de temáticas específicas, além daquelas preocupadas com a reprodução de práticas ou arranjos institucionais relacionados à questão.
Campo como arena de poder e conflito	Vieira; Carvalho; Misoczky.	Dominação e Poder de Posição	Campo como resultado da disputa por sua dominação, numa dinâmica pautada pela (re)alocação de recursos de poder dos atores e pela sua posição relativa a outros atores.
Campo como esfera institucional de interesses em disputa	Fligstein; Swedberg; Jepperson.	Poder e Estruturas Cognitivas	Construções produzidas por organizações detentoras do poder, que influenciam as regras de interação e de dependência do campo em função de seus interesses, que por sua vez, são reflexos de sua posição na estrutura social.
Campo como rede estruturada de relacionamentos	Powell; White; Owen-Smith	Articulação Estrutural	Redes de interação em especial, normalmente mais integradas e entrelaçadas, que emergem como ambientes estruturados e estruturantes para organizações e indivíduos, revelados a partir de estudos topológicos e de coesão estrutural.

Fonte: Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006).

Reputa-se de real importância para este estudo esse trabalho de Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006) que trata da dinâmica do campo organizacional sob uma lógica estruturacionista. Como se vê no Quadro 1, entre as seis perspectivas teóricas que os autores identificam, está a de que o campo define uma reconhecida área de atividade social ou econômica, em que os atores estabelecem relacionamentos entre si, reconfigurando seus modelos de ação e a estrutura social. As organizações e outros atores sociais não estão envolvidos somente em relações de troca, mas se posicionam em uma estrutura de relacionamento, ou rede, que configura suas ações e delimita suas possibilidades (DIMAGGIO, 1991; SCOTT, 1991). Mohr (2007) considera que o conceito de campo, desde a sua formulação por DiMaggio e Powell (1983), traz uma metáfora de espaço topológico, onde ocorre a interação, o que naturalmente tem atraído o interesse em estudos de redes interorganizacionais (MACHADO-DA-SILVA, GUARIDO FILHO e ROSSONI, 2006).

Concordando com essa perspectiva teórica de campo, Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006), ou seja, como redes estruturadas de relacionamentos, pode-se recorrer a Giddens (2003) e admitir que as relações entre atores de um campo organizacional podem ser de natureza bastante diversa, contendo entre outros: conflito, competição, cooperação e relações de poder, os

quais constituem interações que interferem nas definições e redefinições das estruturas institucionais e dos isomorfismos, compreendendo as estruturas como mutuamente constitutivas da ação e por esta constituída (GIDDENS, 2003; MACHADO-DA-SILVA e COSER, 2006).

2.1.4 Análise de redes

Ao se alinhar a Castells (1999) e a vários outros cientistas, aceitando que realmente tem surgido um novo modelo organizacional que ultrapassa os limites de uma única organização, formando redes organizacionais, emerge a necessidade de melhor se compreender como se processa esse modelo. Nesse intuito, a análise de redes mostra-se como instrumento essencial.

Para Emirbayer e Goodwin (1994), a análise de redes não é uma teoria formal ou unitária, mas ampla estratégia de investigação de estruturas sociais. A análise deve partir do pressuposto da rejeição das tentativas de explicar o comportamento humano ou o processo social somente em termos dos atributos dos atores (EMIRBAYER e GOODWIN, 1994; NELSON, 1984; SCOTT, J., 2000; WASSERMAN e FAUST, 1994; WELLMAN, 1988). O comportamento social é tanto resultado da posse individual de atributos e normas como também o resultado de seu envolvimento na estrutura das relações sociais (WELLMAN, 1988); ou seja, o comportamento pode ser analisado por meio de dados de atributos e dados relacionais.

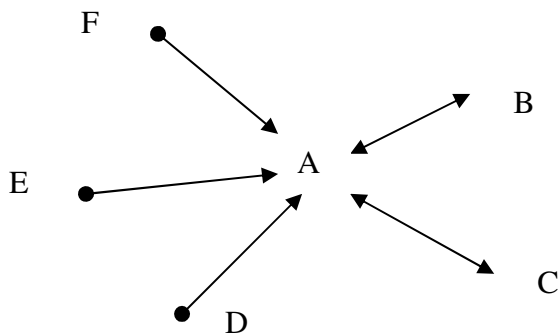
J. Scott (2000) acredita que existem três tradições principais nos métodos relacionais: a análise sociométrica, que trabalhou com pequenos grupos e produziu muitos avanços técnicos, usando os métodos da teoria dos grafos; os pesquisadores de Harvard, que exploraram características das relações interpessoais e a formação de *cliques*; e os antropologistas de Manchester, com os estudos da urbanização feitos principalmente na [Zâmbia](#) durante os anos 60 do século passado. Cada uma das tradições contribuiu para o desenvolvimento da análise de redes sociais contemporânea.

J. Scott (2000) insiste em que a análise sociométrica, da qual Jacob Moreno foi um dos seus precursores, abordou a relação dos aspectos psicológicos dos indivíduos com as configurações sociais, influenciadas por escolhas interpessoais, como atração, repulsão, amizade. Para a compreensão dessas configurações

sociais, Moreno desenvolveu o sociograma, como forma de representar as propriedades formais de matrizes. Estas podem ser representadas de forma análoga à geometria espacial, em que os indivíduos são representados por pontos e seus relacionamentos sociais são representados por linhas.

No sociograma as configurações sociais têm estruturas definidas e visíveis; o mapeamento dessas estruturas permite visualizar, por exemplo, os canais por meio dos quais poderiam fluir informações entre as pessoas, de modo que uma pessoa possa influenciar a outra, expondo a assimetria, a reciprocidade e os canais de conexões dos atores. Um dos principais conceitos de Jacob Moreno é a estrela sociométrica, que permite a visualização de relações entre os membros de um grupo (figura 1), onde A é a receptora da escolha da amizade de todos os outros membros de um grupo; A escolhe, reciprocamente, B e C como amigos. A é, dessa forma, a estrela de atração no grupo. Essa é uma forma de visualização que se tornou padrão nas análises de redes (SCOTT, J., 2000).

FIGURA 1 – UM SOCIOGRAMA – A ESTRELA SOCIOMÉTRICA DE MORENO.
Fonte: J. Scott (2000, p.10)



Ainda em J. Scott (2000), recupera-se que os pesquisadores da Universidade de Harvard se ativeram ao estudo de subgrupos, incluídos em sistemas sociais maiores. Um dos mais conhecidos estudos na área de organizações, a experiência de Hawthorne, teve particular importância no desenvolvimento da análise de redes sociais, por ter desenvolvido o uso de sociogramas para relatar a estrutura dos grupos. Os subgrupos identificados pelos pesquisadores – chamados por esses de *cliques* – eram aqueles que os trabalhadores reconheciam como elementos importantes para a situação em estudo. Assim, em um sociograma, um *clique* passa a ser um agregado de pontos interconectados, que representam o agrupamento em

pauta. Nesse sentido J. Scott (2000) afirma que a maior inovação de Harvard foi a exploração da estrutura interna dos *cliques*.

Barnes, Mitchell e Bott, antropólogos sociais de Manchester, além de enfatizar a coesão e integração, também se interessaram pelo conflito e mudança nas relações. Deram menos atenção às normas formalmente institucionalizadas e às instituições da sociedade, interessando-se na influência das relações para o exercício do poder e conflito. Foi assim que outros aspectos das relações passaram a ser discutidos: a reciprocidade, a intensidade e a durabilidade das relações (SCOTT, J., 2000).

A análise de redes sociais permite medir estruturas e sistemas que poderiam ser quase impossíveis de descrever sem conceitos relacionais, provendo tanto uma análise descritiva quanto testes de hipóteses sobre propriedades estruturais (HANNEMAN, 2001; HANNEMAN e RIDDLE, 2005; WASSERMAN e FAUST, 1994). Seus fundamentos matemáticos são originados na teoria dos grafos, estatística, probabilidade e nos modelos algébricos, que proporcionam robustas possibilidades de análise dos relacionamentos.

Segundo Burt (1976) e Emirbayer e Goodwin (1994), existem duas formas distintas para analisar redes de relacionamento: a abordagem relacional, calcada nas propriedades estruturais do relacionamento; e a abordagem posicional, fundamentada nos papéis e posições dos atores.

A relacional foca as conexões diretas e indiretas entre os atores (EMIRBAYER e GOODWIN, 1994), buscando entender comportamentos e processos através da conectividade dos atores. Para tanto são utilizados principalmente três grupos de medidas: centralidade e prestígio; equilíbrio e transitividade; e coesão social.

A posicional atenta para a natureza ou para os atributos dos atores, utilizando os padrões de relações que definem a posição dos atores como relativa a todos outros atores em um sistema social (EMIRBAYER e GOODWIN, 1994). Posição e papel são os dois importantes conceitos relacionados a essa abordagem. De acordo com Wasserman e Faust (1994), posição se refere à coleção de indivíduos que são similarmente imersos em uma rede de relações; o papel se refere às características das relações obtidas entre atores e posições. Assim, enquanto posição se refere a uma coleção de atores, o papel se refere às associações entre relações que ligam posições sociais.

Existem dois aspectos chaves na análise de papéis e posições nas redes: 1) focar a avaliação de posições a partir de grupos de atores, utilizando o conceito de equivalência estrutural (LORRAIN e WHITE, 1971); e 2) avaliar papéis a partir de grupos de relações, contando com métodos de *blockmodels* (WHITE, H.; BOORMAN; BREIGER, 1976) e de álgebra relacional (BOORMAN e WHITE, 1976). Há também abordagens que atendem a ambos os aspectos, analisando posições e papéis simultaneamente (BORGATTI, EVERETT e SHIREY, 1990).

Segundo Hanneman e Riddle (2005), pesquisadores de redes sociais começam a reconhecer que as observações dessas características descritivas de uma rede, apesar de úteis, são falíveis. Por isso se torna relevante uma análise estatística de dados relacionais da rede, complementando a análise e possibilitando o teste estatístico de teorias sobre redes, sob um ponto de vista probabilístico (WASSERMAN e FAUST, 1994).

De acordo com Hanneman e Riddle (2005), existem duas situações que justificam os métodos estatísticos em análise de redes. A primeira, no caso de grandes redes, é a possibilidade de descrever e entender padrões de comportamento, tanto da rede como um todo, quanto de seus atores imersos. A segunda é a possibilidade de entender o processo de evolução de redes no tempo, a partir da probabilidade de ações dos atores. As ferramentas estatísticas podem ser utilizadas para três finalidades: 1) comparar duas relações no mesmo conjunto de atores; 2) explicar o impacto de atributos nos relacionamentos, e vice-versa; 3) explicar as relações entre os atores na rede. Todos esses procedimentos podem ser realizados por meio de *softwares* de análise de redes.

Em relação à avaliação longitudinal de redes, houve grande esforço de vários pesquisadores no refinamento de métodos e ferramentas, a exemplo dos estudos dos *small worlds* e redes sociais dinâmicas.

A análise de *Small Worlds* (WATTS e STROGATZ, 1998) tem aplicação em diversos campos, como física, química, e neurologia (BARABASI, ET AL, 2002). No campo das ciências sociais, a abordagem vem sendo usada para compreender a formação de redes de proprietários (KOGUT e WALKER, 2001), da dinâmica de colaboração entre pesquisadores (BARABASI, ET AL, 2002) e de campos organizacionais (POWELL ET AL, 2005), entre outros. O pressuposto fundamental do fenômeno é que os atores presentes em uma grande rede se podem conectar a partir de pequeno número de intermediários, tipicamente seis (NEWMAN, 2004).

Watts e Strogatz (1998) sugerem que um *Small World* ocorre quando atores em uma rede extensa estão muito agrupados, no entanto, concomitantemente, ligam-se a atores externos a seus grupos.

A dinâmica de *Small Worlds* torna-se fundamental para a compreensão da relação entre níveis micro e macro, pois possibilita entender como a estrutura de relacionamento local influencia a construção de estruturas globais, que também conformam a elaboração de estruturas locais, em uma relação de constante dualidade (GIDDENS, 2003).

As redes sociais dinâmicas procuram estudar a dinâmica de relacionamento em uma perspectiva longitudinal e podem prover novos parâmetros, demandando que novos métodos estatísticos, modelos de simulação e técnicas de visualização sejam implementadas para tal realização. Nessa direção, alguns pesquisadores vêm implementando modelos estatísticos e de simulação (BOER ET AL 2003; CUMMINGS e HIGGINS, 2006); outros vêm implementando novas formas de visualização (DE NOOY, MRVAR e BATAGELJ, 2005; MOODY, 2004; MOODY, McFARLAND e BENDER-DE-MOLL, 2005). Todavia, apesar das vantagens que a análise longitudinal fornece, ela é pouco utilizada, pois os modelos são complicados, de difícil operacionalização, além de que a coleta de dados no decorrer do tempo é penosa (CUMMINGS e HIGGINS, 2006).

Do que foi exposto até agora neste trabalho, além das diversas técnicas e abordagens, nota-se que as redes organizacionais podem e precisam ser analisadas de acordo com diversos critérios e medidas; a maioria dos autores da área prefere denominá-las de dimensões de uma rede organizacional. A seguir serão conhecidos conceitos das dimensões que mais interessam à presente pesquisa.

2.1.4.1 Centralidade

A idéia da centralidade dos atores em suas redes sociais é uma das primeiras a serem utilizadas pelos analistas sociais; com a sociometria eram apontados os atores *star* ou populares (SCOTT, J., 2000). É importante diferenciar os conceitos de ponto de centralidade e centralização. O primeiro indica proeminência de alguns atores quanto ao número de conexões e contatos diretos, enquanto a centralização se refere à coesão ou integração da rede em torno de pontos particulares focais.

Atores no centro da rede são estruturalmente dominantes (GALASKIEWICZ, 1979). Knoke e Burt (1983) conceituam duas estratificações de atores: proeminentes e periféricos, associados à posição da organização na rede. Atores proeminentes são altamente visíveis, devido ao seu envolvimento em relações substantivamente importantes, comparados aos que sustentam poucas relações, ou estão no anonimato. Atores proeminentes têm maior controle sobre recursos e informações, entre outros. A centralidade está associada ao grau em que um ator está envolvido em todas as relações no sistema, enquanto o prestígio incide em relações assimétricas, sendo também objeto de relações intensas. Alerta-se para a clara distinção entre centralidade e prestígio; para Knoke e Burt (1983), a centralidade pode ser mais importante, quando se trata da disseminação entre os atores de processos de inovação.

2.1.4.2 Nível de interdependência

Refere-se ao “número de articulações, programas conjuntos que uma organização focal possui com outras organizações” (AIKEN E HAGE, 1968, p. 913). Quanto maior o número de programas conjuntos, mais a organização é limitada a obrigações, compromissos ou contratos com outras, ou seja, maior será o seu grau de interdependência. Esses processos podem incidir na perda de poder e autonomia das organizações participantes.

Blau (1982) relaciona as condições que facilitam independência e interdependência entre organizações:

QUADRO 2 – INDEPENDÊNCIA E INTERDEPENDÊNCIA ENTRE ORGANIZAÇÕES

Condições para a Independência de A para B	Condições para o poder de Reserva de B	Implicações na Estrutura Interorganizacional
Controle sobre recursos estratégicos	Indiferenças para os recursos de A	Permuta potencial
Existência de fontes alternativas	Controle sobre os recursos alternativos	Índices competitivos no sistema de troca
Uso do poder coercivo	Controle sobre leis e ordens	Formação de coalizão

continuação do **QUADRO 2 – INDEPENDÊNCIA E INTERDEPENDÊNCIA ENTRE ORGANIZAÇÕES**

Condições para a Independência de A para B	Condições para o poder de Reserva de B	Implicações na Estrutura Interorganizacional
Não necessidade por recursos de B	Habilidade para manipular valores e controle de inovação	Inovação e formação de Ideologias
A não tem nenhum dos itens acima	B tem todos os itens acima	Dependência de A sobre B

Fonte: adaptado de BLAU, Peter M. A structural sociology and network analysis. In: MARSDEN, Peter; LIN, Nan. **Social structure and network analysis**. California: Sage Publications, 1982.

Conforme foi exposto, o poder pode ser exercido de forma coerciva, legitimada ou também derivada da dependência entre atores dentro de uma rede.

2.1.4.3 Hierarquia

Diversos autores tratam de questões relacionadas à posição dos atores na rede ou à hierarquia da rede. Para Knoke e Laumann (1982), as fronteiras entre atores dominantes e periféricos de uma rede nunca são bem definidas. Em domínios políticos, por exemplo, fazer ou deixar de fazer parte do domínio político consiste numa construção social contínua e coletiva. Para esses autores, as duas técnicas predominantes utilizadas para identificar posições são: a equivalência estrutural e subgrupos de coesão.

Na equivalência estrutural dois ou mais atores conjuntamente ocupam uma posição equivalente na estrutura, tendo alguns padrões de relação com os outros atores (MARSDEN e FRIEDKIN, 1994; BORGATTI, EVERETT e FREEMAN, 2002). No critério de subgrupos de coesão, a união acontece apenas entre atores que mantêm interações mútuas e densas; são grupos chamados também de *cliques*. Um *clique* é um conjunto de atores, no mínimo três, que ligados de forma coesa a outro ator, no tempo em que não estabelece este tipo de relação com outro ator da rede (BURT, 1983). Na equivalência estrutural, o conceito de padrões de relação é mais importante. Na coesão, é tratada enfaticamente a intensidade das relações específicas dentro dos padrões gerais.

Marsden e Friedkin (1994) apontam a existência de duas formas para mensurar a proximidade social: a coesão e a equivalência estrutural. A primeira enfatiza questões associadas a ambientes de redes solidárias e à conectividade

entre os atores, enquanto a segunda descreve a semelhança entre os atores, em termos de perfil das relações interpessoais. Quanto às semelhanças estruturais, quando os atores estão diante de situações ambíguas, tendem a se apoiar por orientações normativas pela comparação de suas atitudes com as atitudes de atores de grupos semelhantes, ou ainda de atores que estão na mesma posição social, com papéis sociais semelhantes, denotando, assim, padrões de relacionamento (PATTISON, 1994).

2.1.4.4 Densidade

A densidade da rede é obtida pela proporção do número de ligações observadas em relação ao número de ligações teoricamente possíveis (GRANOVETTER, 1976). A densidade mede o grau de coesão e homogeneidade (BORGATTI, EVERETT & FREEMAN, 2002). Para Cook e Whitmeyer (1992), a densidade das conexões entre organizações de uma rede exerce um dos maiores impactos sobre uma organização focal.

A medida de densidade é uma das mais comuns na análise de redes, sendo problemática, quando utilizada com dados com valor. Também varia de acordo com o tamanho da rede (SCOTT, 2000).

2.1.4.5 Intensidade

É o grau em que os atores estão preparados para cumprir obrigações, ou se sentirem livres para exercer os direitos implícitos na sua relação com outros atores (MITCHELL, 1976). Para Uehara (1990, p. 529), “redes de alta intensidade e densidade facilitam trocas generalizadas, enquanto estruturas de baixas densidade e intensidade facilitam trocas restritas”.

2.1.4.6 Freqüência

Implica freqüência dos contatos entre atores da rede em dada espaciotemporalidade. Mitchell (1976) e Knoke e Laumann (1982) apontam que uma alta freqüência de contato pode não significar alta intensidade das relações. Essa confusão é feita por alguns autores.

2.1.4.7 Multiplicidade

Denota a sobreposição ou redundância nas relações (ALDRICH, 1979), que contêm dois ou mais canais de interação. Pode significar aumento de estabilidade nas relações. Afirma Burt (1983, p. 159): “coordenação de relações com diferentes conteúdos é capturada pelo conceito de multiplicidade”. Manifesta-se pelo número de tipos de relações que um ator estabelece com cada ator da rede (KNOKE e BURT, 1983).

2.1.4.8 Importância do relacionamento

Consiste na forma como um ator da rede percebe a relação com o outro como sendo significativa para o desenvolvimento das suas atividades (SCHIMIDT e KOCHAN, 1997).

2.1.4.9 Unidade de observação

É a entidade da qual as medidas são extraídas. Na maioria das vezes os dados são obtidos por observação direta, entrevistas ou questionários; assim, a unidade de observação pode ser um ator do qual se tomam informações a respeito de ligações com outros; pode ser uma díade, quando se obtêm medidas de laços entre pares de atores; tríade, ao se examinarem três nós e suas relações; subgrupos, quando as medidas de interesse buscam as relações entre alguns membros de uma rede ; e finalmente a rede, pois muitas propriedades somente pertencem à rede como um todo (WASSERMAN e FAUST, 1994).

2.1.5 UCINET *software*

A escolha do programa a ser usado é uma preferência individual; mas, na opinião de Scott (2000), UCINET é um dos melhores entre os disponíveis. Foi produzido por um grupo de analistas de rede na Universidade da Califórnia, Irvine (UCI): Stephen Borgatti, Martin Everett e Linton Freeman. Iniciou como programa em *Basic* e hoje já está bem desenvolvido para a plataforma *Windows*. A versão atual é a do UCINET 6, que possui funcionalidades adequadas e boa usabilidade, atributos que são requeridos para proceder às análises necessárias.

Durante a pesquisa de uma rede, após a coleta de dados relacionais, pode-se utilizar o UCINET para a construção das matrizes sociométricas e sua análise

posterior através dos diversos algoritmos apropriados, além de permitir a visualização final das redes sociais constituídas. Os diagramas das redes são obtidos com o programa NETDRAW que é integrado ao UCINET.

O quadro 3, a seguir, mostra algumas medidas que o UCINET permite na análise de redes.

QUADRO 3 – MEDIDAS QUE O UCINET 6.0 PERMITE NA ANÁLISE DE REDES

Medidas Descritivas	
1. Densidade (density)	Proporção de laços efetivos entre laços possíveis.
2. Centralidade (centrality)	Localização do ator em relação à rede total.
3. Proximidade (closeness)	Grau de proximidade em relação a outros atores da rede.
4. Intermediação (betweenness)	Grau de intervenção de um ator sobre outros da rede.
5. Distância Geodésica (distance)	Grau de afastamento de uma localização em relação a outros atores.
6. Alcance (reachability)	Extensão do contato que um ator tem com outros na rede.
7. Subgrupos (Cliques)	Grau de concentração e formação de subgrupos em uma rede.
Medidas Estruturais	
1. Densidade (density)	Densidade da rede mede o grau de coesão e homogeneidade.
2. Transitividade (transitivity)	Grau de flexibilidade e cooperação de uma rede.
3. Equivalência Estrutural	Posição relativa de um ator na rede.
4. Equivalência Regular	Medida menos estrita que a anterior - mede literalmente o papel social.
5. Buraco Estrutural	Grau de coesão e competição de uma rede.

Fonte: UCINET 6.

2.2 PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS

São muitas as obras científicas que se dedicam ao estudo das práticas sociais, abordadas por cientistas como Pierre Bourdieu, Michel de Certeau, Michel Foucault e Anthony Giddens. Esses teóricos diferem em detalhes, mas geralmente compartilham a idéia de que devem diminuir ou mesmo desaparecer com o dualismo existente entre a visão do individualismo e aquela dos macrofenômenos sociais. Esta dissertação se preocupou com as práticas de desenvolvimento urbano, assumindo a idéia de que essas práticas ficam mais bem explicadas sob a

perspectiva estruturacionista de Giddens, que vence este dualismo e permite certa flexibilidade epistemológica para investigação em pauta.

2.2.1 Teoria da Estruturação e as práticas organizacionais

Antony Giddens (1978, 1999, 2001, 2003), pesquisador inglês, constituiu a teoria da estruturação por meio do exame crítico de grande quantidade de autores e escolas de pensamento na filosofia e nas diversas ciências sociais. Dentre as abordagens que figuram em maior destaque no modelo teórico analítico de Giddens, podem-se incluir, além dos clássicos Marx, Weber e Durkheim, também a microsociologia de Goffman, a fenomenologia de Schutz, o estrutural-funcionalismo de Parsons e Merton, o estruturalismo de Saussure e Lévi-Strauss, o pós-estruturalismo de Foucault e a pragmática da linguagem de Wittgenstein.

A avaliação dessas abordagens permitiu que o autor construísse a sua própria perspectiva, buscando superar tanto o **determinismo**, que reduz as práticas dos agentes à operação coercitiva das estruturas, caracterizando os processos de reprodução social como resultado mecânico e não como consecução ativamente instituída por agentes hábeis, quanto o **voluntarismo**, que ignora o papel condicionante dos contextos estruturais em que aquelas práticas se dão, centrando-se somente nos processos de produção da sociedade através da agência humana. Giddens ergueu o seu estudo sobre a base das práticas sociais recursivamente ordenadas pelos agentes na espaciotemporalidade (GIDDENS, 2003).

A busca de Giddens de se evitarem polarizações extremistas nos estudos sociais está evidente na crítica de Cohen (1999), quando mostra que o pesquisador inglês insiste vigorosamente na afirmação de que todos os modos de teoria que postulam ou implicam qualquer teleologia funcional ou trajetória funcional da evolução social são enganosos e incorretos. Essa preocupação fica patente na afirmação de que “a produção e reprodução da sociedade devem ser tratadas como desempenho qualificado por parte de seus membros” (COHEN, 1999, p. 433), e não simplesmente como uma série mecânica de processos.

A concepção de ação humana de Giddens foca a atenção para a agência, um aspecto mais característico de toda conduta humana, o poder de intervir no curso dos acontecimentos ou no estado de coisas (GIDDENS, 1978, 2003).

Para Selznick (1949), a agência denota competência, intencionalidade e calculabilidade. Para ser agente deve-se atuar com propósito. Nesse sentido Giddens (2003) concorda com Selznick (1996), pois também associa agência à intencionalidade. Entretanto o pesquisador inglês afirma que a intenção é aspecto relevante, mas não é suficiente para explicar a capacidade de agência. Assim, considera que agência não consiste tão somente na intenção que os indivíduos possuem de realizar as coisas, mas na sua habilidade de fazer tais coisas em primeiro lugar, o que implica poder: segundo ele, em dicionário da língua inglesa, o vocábulo agente significa “aquele que exerce poder ou produz um efeito” (GIDDENS, 2003, p. 17).

Preocupado com “estruturas”, Sewell (1998) desenvolveu uma teoria que permite repensar e apontar três problemas no uso corrente do termo “estrutura”; o mais fundamental é que ele tende a assumir um rígido determinismo casual na vida social; em segundo lugar sua metáfora implica estabilidade; e em terceiro lugar está o sentido contraditório em diferentes discursos científicos sociais.

Giddens define as estruturas como regras e recursos implicados na articulação institucional de sistemas sociais. Para ele, estudar estruturas, até mesmo princípios estruturais, é estudar aspectos importantes das relações de transformação/mediação que influenciam a integração social e sistêmica (GIDDENS, 2003). Neste momento é importante ressaltar que, para Giddens (2003), a integração social é tida como a reciprocidade entre atores em contextos de co-presença, e a integração de sistemas é a reciprocidade entre atores ou coletividades através da espaciotemporalidade ampliada.

Mesmo diante de várias contradições, como as citadas por Sewell (1998), Giddens fornece uma base sedimentada para a reconciliação da agência com a estrutura. Como ressaltado por Machado-da-Silva, Fonseca e Crubelate (2005, p. 25), se tornou possível, enfim, visualizar a interdependência de estruturas e ações sociais, “sem sucumbir à idéia de causalidade linear entre elas”. Nesses termos, Giddens (2003, p. 442) entende estruturas como “traços de memória” que se manifestam, se reproduzem e se reconstroem em qualquer atividade humana prática, em que os atores sociais se expressam como tal.

“Dessa forma, para além de padrões externos e objetivos construídos para exercer pressão sobre a ação, estruturas são referências que permanecem virtuais e latentes até o momento em que alguma prática social ocorre, tornando-se tanto meio como resultado dela.” (MACHADO-DA-SILVA, FONSECA E CRUBELATE, 2005, p.26)

A teoria da estruturação traz em seu cerne a definição da **dualidade da estrutura** que, segundo Giddens (2003), se refere à retroatividade da vida social como constituída em práticas sociais. A estrutura é tanto meio como resultado da reprodução das práticas. A estrutura entra simultaneamente na constituição das práticas sociais e existe nos momentos geradores dessa constituição (GIDDENS, 2000; COHEN, 1999). As estruturas não devem ser conceitualizadas simplesmente como coativas, mas como habilitadoras (GIDDENS, 1978).

A interpenetração entre agência e estrutura é derivada, na teoria da estruturação, do fato de que a interpretação reflexiva que o ator possui da própria experiência e de seus contextos de ação, bem como a própria capacidade de interagir com outros e produzir efeitos no mundo social, estão assentadas, para Giddens (2003), na utilização de regras e recursos necessariamente intersubjetivos, incorporados pelo aprendizado social em situações de interação face a face e pelo contato com produtos culturais objetivados em meios materiais. Estas regras e recursos, na medida em que contribuem para organizar tais interações de maneira rotinizada, cumprem a função psicológica e existencial de propiciar aos atores uma sensação de segurança ontológica, no sentido de um efeito de neutralização da ansiedade derivado da “confiança em que os mundos natural e social são o que parecem ser, incluindo os parâmetros existenciais básicos do *self* e da identidade social” (GIDDENS, 2003, p. 444).

A tese da necessidade de manutenção contínua de um senso de segurança ontológica constitui uma espécie de fundamento psíquico para a explicação de caráter poderosamente padronizado e rotinizado da conduta das interações sociais cotidianas. Assim, é esse mesmo fluxo de interação reflexivamente monitorada que constitui o único meio de continuidade, persistência e mudança de sistemas sociais, isto é, de conjuntos de relações e práticas reproduzidas no interior de dados marcos ou coordenadas espaciotemporais. Sustentando que a temporalidade, ou seja, a presença no tempo e no espaço, é elemento constitutivo de todo ser, Giddens (2003, p. 20) afirma que os sistemas sociais só podem existir, portanto, em sua

“presentificação”, momento a momento, em práticas e interações espaciotemporalmente localizadas levadas a cabo por atores individuais:

“Quis dar ênfase ao fluxo dinâmico da vida social. Não devemos ver a vida social simplesmente com a ‘sociedade’, de um lado, e o produto do ‘indivíduo’, de outro, e sim como uma série de atividades e práticas que exercemos e que ao mesmo tempo reproduzem instituições mais amplas. Essa foi a idéia original, e, a partir daí, procurei elaborar os termos principais, falando precisamente de ‘ação’ e ‘estrutura’. Tomei a idéia de práticas sociais recorrentes como objeto central das ciências sociais, em vez de partir do conceitos de ‘indivíduo’ ou ‘sociedade’ ”(Giddens, 2000, p. 61).

Finalmente, sob a perspectiva de Giddens (2003, p. 194), “sistemas sociais são relações reproduzidas entre atores ou coletividades, organizadas como práticas sociais regulares”. Como tal, Giddens (2003) lhes atribui caráter pessoal e espaciotemporal, na medida em que são continuamente criados e recriados, como a realização ativa de sujeitos. Nessa perspectiva, investigar os processos de estruturação das práticas sociais é procurar explicar como as estruturas são constituídas pela ação e, reciprocamente, como a ação é constituída estruturalmente. Esses processos envolvem uma interação de significados, normas e poder (GIDDENS, 1978). Nesse mesmo sentido, Giddens (2003) afirma que as estruturas podem ser analiticamente distinguidas dentro de cada uma das três dimensões de estruturação, a significação, a legitimação e dominação, ou através de todas estas. Essas dimensões serão mais detalhadamente tratadas em um item posterior desta revisão teórica.

Reputa-se de especial importância lembrar Richard Scott (2001), ao ressaltar que Giddens cunhou o termo **estruturação** para lembrar a todos que a estrutura social envolve a padronização das atividades sociais e das relações ao longo do tempo e do espaço. Nesse sentido, o próprio Giddens (2003) afirma que as práticas mais profundamente incrustadas no tempo e no espaço são as práticas institucionais. Dessa forma, para uma abordagem mais abrangente da estruturação de práticas organizacionais se faz necessária uma compreensão dos aspectos das organizações envolvidos pela Teoria Institucional.

2.2.2 Instituições e Organizações

A teoria institucional brotou nas cenas das organizações como continuação e extensão da revolução intelectual iniciada durante os anos 60 do século passado, que introduziu a conceituação de sistemas abertos no estudo das organizações. Uma década depois, os pesquisadores começaram a reconhecer os efeitos

significativos de organizações associados com o aumento de forças culturais e sociais: o ambiente institucional.

Essa nova forma de ver as organizações imprimiu provocativas questões e tem comprovado que organizações não são apenas sistemas de produção, são sistemas culturais e sociais (SCOTT, R., 2001). Os artigos de Meyer e Rowan (1977) e de DiMaggio e Powel (1983) foram seminais para o crescimento da teoria institucional que, desde então, tem abrangido grande variedade de fenômenos no campo dos estudos organizacionais.

O clássico artigo de Meyer e Rowan (1977) permitiu pesquisas e análises que ofereceram uma mudança radical nos modos convencionais de se pensar a estrutura formal de uma organização, ao evidenciar que as estruturas podem ser revestidas de significados socialmente compartilhados. Uma visão que proporcionou inúmeras alternativas aos pesquisadores organizacionais para novas idéias sobre as causas e conseqüências da estrutura. O artigo contribuiu para ressaltar as limitações de explicações da estrutura baseadas apenas em racionalidade, permitindo compreensão das implicações de propósitos simbólicos (TOLBERT e ZUCKER, 1999).

Machado-da-Silva e Gonçalves (1999) já afirmam que, sob o título de teoria institucional, é usualmente colocado o resultado da convergência de influências de corpos teóricos originários principalmente da ciência política, da sociologia e da economia, que buscam incorporar em suas proposições a idéia de instituições e padrões de comportamento, de normas e de valores, de crenças e de pressupostos, em que se encontram imersos indivíduos, grupos e organizações.

Com uma compreensão semelhante, já ressaltam Barley e Tolbert (1997) que as influências culturais na tomada de decisão e nas estruturas formais são realçadas pela teoria institucional, pressupondo que as organizações e os indivíduos que as ocupam são suspensos numa rede de valores, normas, regras, crenças e pressupostos tomados como verdades. Esses elementos culturais definem a forma como o mundo é e deveria ser.

No âmago da abordagem institucional de análise está o conceito de instituição. E, dentre os vários conceitos, R. Scott (2001) enfatiza instituições como estruturas sociais que atingiram alto grau de flexibilidade, compostas por elementos

normativos, regulativos e cultural-cognitivos que dão estabilidade e significado à vida social. Elas operam em múltiplos níveis de jurisdição, desde o sistema mundial até as relações interpessoais. Ressalta o autor que, por definição, instituições conotam estabilidade; no entanto estão sujeitas a processos de mudança, tanto incremental, quanto descontínua (SCOTT R., 2001).

Ao estudar mudanças e pensando nos arranjos organizacionais, em termos de ações ou arquétipos, Greenwood e Hinings (1988) definem dois tipos de mudança: a radical e a convergente. Esta ocorre dentro dos parâmetros de práticas arquetípicas existentes; aquela, em contraste, ocorre quando a organização muda de uma prática em uso para outra. A esse respeito Meyer e Rowan (1977) enfatizam que as mudanças advindas do largo espectro do ambiente institucional causam impactos nas formas organizacionais.

Uma influente contribuição de DiMaggio e Powel (1983) para a teoria institucional é o desenvolvimento de uma perspectiva macroambiental, que se tem tornado ênfase dominante do trabalho sociológico. DiMaggio e Powel (1983) distinguiram três importantes mecanismos – coercivo, mimético e normativo – pelos quais os efeitos institucionais são difundidos através de um campo de organizações. Os autores enfatizaram o isomorfismo estrutural (similaridade) como importante conseqüência do processo competitivo e institucional. Nesse sentido, Meyer e Scott (1994) sugeriram que, apesar de todas as organizações serem moldadas por forças técnicas e institucionais, alguns tipos são mais fortemente influenciados por uma forma de força do que por outra (SCOTT, R., 2001). Entretanto é válido lembrar que, para sobreviver, as organizações devem acomodar expectativas institucionais, mesmo que essas expectativas tenham pouca relação com noções técnicas de desempenho (DIMAGGIO e POWELL, 1991).

Resumindo, os teóricos declaram que o impacto do contexto institucional, que regulariza o comportamento organizacional, é produto de idéias, valores e crenças que deram origem a esse contexto (MEYER e ROWAN, 1977).

Dessa forma, o novo foco da teoria institucional não está na organização individual, mas na categoria ou rede de organizações. Apesar de muitos dos primeiros trabalhos empíricos serem baseados em organizações individuais, ou estudos de caso, teóricos neoinstitucionais tratam das organizações como de uma população dentro do campo organizacional. Esses teóricos ressaltam que o

contexto institucional é feito de interligações organizacionais verticais e horizontais; e que as pressões e prescrições dentro desse contexto se aplicam a todas as classes de organizações relevantes (GREENWOOD e HININGS, 1988).

DiMaggio e Powell (1983) observaram que a ação racional para uma organização individual pode não ser racional para grande número de organizações. Há uma tonalidade normativa nessas discussões institucionais (MEYER e ROWAN, 1977; OLIVER, 1991). Meyer e Rowan (1977) ressaltam que as obrigações normativas entram na vida social antes dos fatos.

Na perspectiva dos primeiros institucionalistas, as formas-chaves de cognição são vistas como valores, normas e atitudes. Os conflitos de interesses são centrais, a organização individual é o foco da institucionalização e unidade primária de análise. Nesse contexto, enfatizam-se detalhes das interações organizacionais com seu ambiente no tempo e direciona-se atenção às crenças e ações daqueles que têm poder de definir rumos e interesses. O novo institucionalismo enfatiza o regulativo, o normativo e o cognitivo. No entanto, mais do que estruturas de valores e normas é a cognição que é importante. As instituições impõem restrições, ao definir as fronteiras legais, morais e culturais que diferenciam as atividades legítimas das ilegítimas, provendo proibições e controle para a ação (SCOTT, R., 2001). Meyer e Rowan (1977) propuseram a ampliação conceitual da visão de ambiente em termos técnicos e institucionais, como facetas de uma mesma dimensão.

Machado-da-Silva e Fonseca (1996) explicam os ambientes técnico e institucional:

Ambientes técnicos, ou espaços de competição na ótica econômica, são aqueles cuja dinâmica de funcionamento desencadeia-se por meio da troca de bens ou serviços, de modo que as organizações que neles se incluem são avaliadas pelo processamento tecnicamente eficiente do trabalho [...] Os ambientes institucionais caracterizam-se, por sua vez, pela elaboração e difusão de regras e procedimentos, que proporcionam às organizações legitimidade e suporte contextual (MACHADO-DA-SILVA e FONSECA, 1996, p. 104).

A separação entre ambiente técnico e institucional é analiticamente relevante, mas não pode nem deve implicar a interpretação de que existem dois ambientes (MEYER e ROWAN, 1977; MACHADO-DA-SILVA e FONSECA, 1996).

A cognição, individual ou organizacional, serve como o nexos entre instituições existentes e as ações que elas formulam. Elementos culturais envolvem interpretação e ação, devendo ser feita uma análise do relacionamento entre esses

elementos dentro do contexto em que estão envolvidos (HARGADON e DOUGLAS, 2001).

Na abordagem institucional, o fator ambiente passa a ter destaque especial, em que ele é percebido como “repositório de redes relacionais e de sistemas culturais, compostos por valores/crenças e regras, que transmitem conceitos sobre modos apropriados de fazer e agir” (FONSECA e MACHADO-DA-SILVA, 2002, p. 97).

Muitos cientistas de organizações buscam descrever e explicar diferentes tipos de estruturas organizacionais. DiMaggio e Powell (1983), pelo contrário, não perguntam o porquê de as estruturas organizacionais se diferenciarem, mas o porquê da existência de um surpreendente grau de homogeneidade nas formas e práticas organizacionais. As organizações do mesmo tipo em qualquer campo organizacional (exemplo: organizações do mesmo setor industrial, departamentos governamentais e hospitais) podem ter demonstrado considerável diversidade nas abordagens, quando inicialmente instaladas, mas uma vez que uma área se torna estabelecida, há um inexorável ímpeto em direção à homogeneidade.

Para descrever o processo de homogeneização, DiMaggio e Powel (1983) adotaram o conceito ecológico de isomorfismo, que envolve competição organizacional para legitimação política e institucional, assim como posição de mercado. Eles propuseram três mecanismos por meio dos quais o isomorfismo institucional ocorre: coercitivo, mimético e normativo.

O isomorfismo coercitivo são pressões formais ou informais advindas do ambiente legal e político ou da condição de dependência entre organizações. Ele é dirigido por duas forças: pressão de outras organizações das quais a organização focal é dependente e uma pressão para a organização estar em conformidade com as expectativas culturais da sociedade (DIMAGGIO e POWEL, 1983; MACHADO-DA-SILVA e FONSECA, 1993).

O isomorfismo mimético consiste na “adoção, por parte de uma organização, de procedimentos e arranjos estruturais implementados por outras organizações, a fim de reduzir a incerteza ocasionada por problemas tecnológicos, objetivos conflitantes e exigências institucionais” (MACHADO-DA-SILVA, FONSECA e FERNANDES, 2000, p. 140). O isomorfismo mimético é uma resposta à incerteza. Em situações em que o curso das ações é incerto, líderes organizacionais podem

decidir que a melhor resposta é imitar uma ação que se percebe bem-sucedida (DIMAGGIO e POWEL, 1983; MACHADO-DA-SILVA e FONSECA, 1993).

O isomorfismo normativo consiste no compartilhamento de um conjunto de normas e rotinas de trabalho pelos membros de uma determinada ocupação, conduzindo a formas comuns de interpretação e de ação em face dos problemas e das exigências organizacionais (MACHADO-DA-SILVA, FONSECA e FERNANDES, 2000). Este tipo de isomorfismo é o resultado da profissionalização, que envolve dois processos: membros de profissões recebem treinamento similar, que os socializa em visões de mundo similares, e profissionalização através de associações profissionais e de comércio, que difundem idéias entre eles (DIMAGGIO e POWEL, 1983; MACHADO-DA-SILVA e FONSECA, 1993).

Esses três mecanismos por meio dos quais o isomorfismo institucional é difundido não são mutuamente excludentes. Cada um envolve um processo independente, mas dois ou mais podem operar simultaneamente e seus efeitos não serão sempre claramente identificáveis. A distinção entre os três tipos de isomorfismo institucional é analítica e não necessariamente empírica. Um fator chave é que os três tipos tendem a derivar de diferentes condições: influência política (isomorfismo coercitivo), padrões responsáveis pela incerteza (mimético) e profissionalização (normativo).

A articulação entre os três mecanismos na análise do processo de transformação é relevante em qualquer sociedade; contudo o peso específico de cada mecanismo depende do contexto de cada sociedade. Em sociedades com forte tradição democrática e com alto nível de competição na oferta de bens e serviços, por exemplo, a tendência é que predominem os mecanismos miméticos e normativos de pressão para a estabilidade e mudança (MACHADO-DA-SILVA e GOLÇALVES, 1999).

O isomorfismo e as pressões da convergência institucional conduzem as organizações a adotarem a mesma forma institucional, ou seja, o “contexto institucional impõe práticas para a organização” (DIMAGGIO e POWELL, 1991, p.66). O isomorfismo institucional é o processo de homogeneização de regras, normas e práticas que pressiona as organizações a se modificarem e a se harmonizarem às características e condições do ambiente (DIMAGGIO e POWELL, 1991; MACHADO-DA-SILVA e FONSECA, 1993).

Uma consequência fundamental do isomorfismo institucional, de acordo com a teoria institucional, é a legitimidade organizacional, a aceitação de uma organização por seu ambiente externo (DIMAGGIO; POWELL, 1983; MEYER; ROWAN, 1977).

Pesquisadores identificaram diversas características organizacionais que estão sujeitas ao isomorfismo. O interesse inicial foi em estruturas e práticas (MEYER e ROWAN, 1977; TOLBERT e ZUCKER, 1999).

Deephouse (1996) aponta a legitimação como outro conceito crucial na teoria institucional, servindo como ponte de apoio de um aparato teórico amplamente estendido. A legitimação pode ser conceituada como processo ou estágio; e compreendida por meio de uma perspectiva avaliativa, significando desejos e normas; ou de uma perspectiva cognitiva, significando entendimento tomado como verdade.

A legitimação organizacional é também definida como *status* conferido por atores sociais. Da perspectiva de um ator social particular, uma organização legitimada é aquela cujos valores e ações são congruentes com os valores e expectativas de ação daquele ator social (GALASKIEWICZ, 1979). O ator social endossa os meios-fins da organização como válidos, razoáveis e racionais (DEEPHOUSE, 1996).

Diante da definição de que a legitimação é o endosso de uma organização por atores sociais, cabe então identificar atores sociais relevantes. Meyer e Scott (1983) defendem que somente alguns atores possuem a posição de conferir legitimidade. Um importante conjunto de atores inclui os regulatórios do governo que possuem autoridade sobre uma organização. Outro ator chave é o público, investido de opinião, pois possui o importante papel de selecionar e manter padrões de aceitabilidade (MEYER e ROWAN, 1977).

Num sistema institucional bem desenvolvido, os elementos normativos, regulativos e cultural-cognitivos, já citados anteriormente e distinguidos analiticamente por R. Scott (2001), estão presentes e interagem para promover e sustentar o comportamento ordenado. Cada elemento permite a promoção de uma distinta base de legitimação.

QUADRO 4 - TRÊS PILARES DAS INSTITUIÇÕES

	PILARES		
	Regulativo	Normativo	Cultural-Cognitivo
Base de conformidade	Obediência	Obrigação social	Aceito como verdade
Base de ordem	Regras reguladoras	Expectativas de conduta	Esquemas constitutivos
Mecanismos	Coercitivo	Normativo	Mimético
Lógica	Instrumentalidade	Conformidade	Ortodoxia
Indicadores	Regras, leis e sanções	Certifica�o Credibilidade	Predomínio Difusão
Base de legitimidade	Legalmente sancionado	Moralmente governado	Culturalmente sustentado Compreensível Reconhecível

FONTE: Scott (2001, p. 52)

Os três pilares das institui es são definidos por R. Scott (2001) como facetas que fortalecem e reforçam as estruturas. O pilar regulativo envolve a capacidade de estabelecerem regras, inspecionar a conformidade a elas e, se necessário, manipular sanções (recompensas ou puni es), com o objetivo de influenciar o comportamento futuro. Além de regras e leis, outros ingredientes são centrais ao pilar regulativo, tais como força, medo e utilidade (SCOTT, R., 2001).

O pilar normativo enfatiza regras que introduzem a uma dimensão prescritiva, avaliativa e obrigatória   vida social. Sistemas normativos incluem valores e normas. Os valores especificam o que   desejável ou preferido juntamente com a constru o de padrões com os quais as estruturas existentes ou o comportamento podem ser comparados. Já as normas especificam como as coisas deveriam ser feitas, definindo significados legitimados pelos valores adotados. O pilar normativo define metas e objetivos, designando quais são as maneiras mais apropriadas para atingi-los (SCOTT, R., 2001).

No pilar cultural-cognitivo a ênfase   dada   existência e intera o dos atores. Símbolos (palavras, sinais, gestos) moldam os significados que se atribuem aos objetos e atividades. As estruturas cognitivas são constituídas de compreensões internalizadas de cada ator, a partir de sua interpreta o da realidade social em que atua. Os papéis sociais proporcionam diferentes interpreta es subjetivas do ator, cujas características sociais variam espaciotemporalmente (SCOTT, R., 2001).

Assim, é válido reforçar a assertiva de que cada um desses três pilares pode conduzir as organizações à legitimação, como condição de alinhamento cultural, suporte normativo ou consonância com regras ou leis relevantes (SCOTT, R., 2001).

Cabe lembrar que a legitimação é percepção generalizada, pois representa as reações dos observadores da organização de como a vêem; logo legitimação é possuída objetivamente, apesar de ser criada subjetivamente (SUCHMAN, 1995).

Nas organizações, esse processo de legitimação pode ser considerado em três níveis: toda a população organizacional, organização individual ou subunidades e aspectos especializados das organizações. Teoristas ecológicos, assim como muitos pesquisadores institucionais, focam a atenção na legitimação de populações organizacionais, coleções de organizações, exibindo uma dada estrutura ou forma (SCOTT, R., 2001).

Outros atributos organizacionais, como idade, tamanho e desempenho, têm sido sugeridos pelos pesquisadores como potencialmente importantes para se determinar a legitimação. Organizações mais velhas são mais propícias a desenvolver relações fortes, a se tornarem parte do poder hierárquico, a serem endossadas por atores sociais poderosos e a serem inevitáveis. Nesse sentido Hannan e Freeman (1989, p. 78) afirmam: “nada legitima mais indivíduos e formas organizacionais do que a longevidade”. Quanto ao tamanho, firmas maiores possuem mais ligações contratuais e sociais e endossamentos de atores em seus ambientes externos, reforçando sua legitimidade. Da mesma forma o desempenho pode agregar essa condição, pois firmas bem-sucedidas são eficientes em converter recursos em mercadorias e serviços, e a sociedade valoriza essa eficiência (MEYER e ROWAN, 1977).

Os aspectos teóricos aqui expostos, concernentes à teoria institucional, adicionados aos estudos que tratam da dinâmica do campo organizacional, são fundamentos importantes que permitem iniciar-se uma abordagem teórica mais específica sobre a influência de uma rede de organizações nas práticas por elas adotadas. Devido ao fato de a presente dissertação ter como objeto as relações entre organizações que lidam com o desenvolvimento urbano, necessita-se de base teórica específica e direcionada para práticas desse tipo de desenvolvimento, o que constitui a revisão apresentada no item a seguir.

2.2.3 Práticas de desenvolvimento urbano

Antes de passar à discussão das práticas de interesse desta pesquisa, cabe situar o tratamento conceitual de desenvolvimento socioespacial em geral.

Segundo Souza (2002, p. 60), “as discussões sobre ‘desenvolvimento’ têm-se apresentado como extremamente viciadas”. O autor considera que vícios como economicismo, etnocentrismo, teologismo e conservadorismo têm flagelado, em combinação e com pesos variáveis, quase toda a literatura teórica sobre o tema. O usual, no tocante ao assunto, ainda é tomar “desenvolvimento” como sinônimo de desenvolvimento econômico, e mesmo a maioria das tentativas de amenizar o economicismo não consegue ultrapassar o seguinte ponto: “no limite, a modernização da sociedade, em sentido capitalista e ocidental, é o que se entende por desenvolvimento” (Souza, 2002, p. 61). Muitos autores têm concordado em que considerações sobre problemas ecológicos e sociais, via de regra, não têm servido para outra coisa senão meramente relativizar ou suavizar o primado da ideologia modernizadora capitalista, sem destroná-la e mesmo sem tentar questioná-la radicalmente.

Para o autor do presente trabalho, o desenvolvimento, sobretudo em conexão especificamente com o ambiente urbano, é entendido, convergentemente com Souza (2002), como mudança social positiva. Em termos muito singelos e puramente introdutórios, pode-se dizer que se está diante de autêntico processo de desenvolvimento socioespacial, quando se constata uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social. A mudança social positiva, no caso, precisa contemplar não apenas as relações sociais, mas, igualmente, a espacialidade.

Dessa forma pode-se assumir que o desenvolvimento urbano deixa-se definir com a ajuda de dois objetivos derivados: a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social. No entanto esses objetivos são constructos muito abstratos, que precisam ser tratados como parâmetros gerais, a serem complementados por parâmetros particulares com maior concretude. Acrescente-se que justiça social e qualidade de vida são vinculadas a diferentes esferas: esta à esfera privada e aquela à pública (SOUZA, 2002).

Nesse sentido Souza (2002) cita exemplos de parâmetros particulares referentes aos dois constructos. Associados à justiça social podem ser o nível de

segregação residencial, o grau de desigualdade socioeconômica e o grau de oportunidade para participação cidadã direta em processos decisórios relevantes. Já os associados à qualidade de vida são exemplos aqueles relativos à satisfação individual no que se refere à educação, à saúde e à moradia.

Os exemplos de parâmetros relativos à justiça social possuem, em parte, um alcance bastante geral, embora o nível de segregação residencial tenha sido diretamente inspirado pelo ambiente urbano. Mas aqueles relativos à qualidade de vida demandam, em princípio, apenas aplicação específica ao meio citatino.

Ainda a propósito da qualidade de vida, Souza (2002) oferece uma reflexão em que são identificados dez conjuntos de necessidades, cada um encerrando diversos aspectos específicos. As diferentes necessidades devem ser satisfeitas em um ou vários “domínios de uso e fruição”: habitação, trabalho, circulação, diversão, consumo e eliminação de lixo/resíduo, correspondendo a uma adaptação crítica das famosas “funções básicas” consagradas pelo Urbanismo modernista. O Quadro 5, a seguir, reproduz a reflexão.

Considerações do conteúdo desse Quadro 5 podem, com efeito, orientar a elaboração de ações por órgãos e autoridades competentes, desde o nível do planejamento até a própria implementação, que permitam alcançar as necessidades especificadas, ações estas que se podem estruturar como práticas de desenvolvimento urbano. No entanto não é objeto deste trabalho o levantamento de quais as práticas que conduzirão a um desenvolvimento urbano, mas tão somente verificar o nível de influência impingido a elas pela estrutura de uma rede de relações. Por isso se faz necessária uma pressuposição de práticas que conduzam ao desenvolvimento. Pressupostos bem adequados ao momento atual da sociedade brasileira, cujos destinos dos fatos urbanos estão sistematizados na Lei Federal Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001- O Estatuto da Cidade - que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal. Portanto, de acordo com essa disposição legal, assume-se que práticas de desenvolvimento urbano são aquelas implementadas no sentido de serem cumpridas as funções sociais da cidade e da propriedade urbana que asseguram o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida e à justiça social. (BRASIL, 2001).

QUADRO 5 - NECESSIDADES URBANAS

Necessidades	Aspectos particulares	Possíveis conseqüências da não-satisfação
1. Regeneração	Insolação, luz do dia, aeração, proteção contra barulho, espaços para atividades corporais, locais para a prática de esportes e brincadeiras.	Esgotamento físico e psíquico, vulnerabilidade em face de doenças, insônia, estresse, depressão.
2. Privacidade 3. Segurança	Proteção da esfera privada, proteção contra roubos e assaltos.	Raiva, medo, estresse, agressão, isolamento, atritos com vizinhos, fraca topofilia.
4. Funcionalidade 5. Ordem	Necessidade de espaço, conforto, senso de orientação.	Raiva, desperdício de tempo e dinheiro, desorientação, insatisfação com a moradia e a vida, fraca topofilia.
6. Comunicação 7. Apropriação 8. Participação	Conversas, ajuda dos vizinhos, participação e engajamento.	Preconceitos e conflitos sociais, insatisfação com a moradia, vandalismo, segregação.
9. Estética 10. Criatividade	Aspectos dos prédios e fachadas, arruamento, presença de praças e parques.	Fraca topofilia, insatisfação com a moradia, mudança de local, vandalismo.

Fonte: adaptado de SOUZA (2002, p.78)

O Estatuto da Cidade estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Apresenta instrumentos essenciais ao planejamento e elaboração de ações presumivelmente necessárias às aspirações e objetivos da sociedade brasileira, da mesma forma que lista diretrizes gerais que podem orientar a investigação das principais práticas adotadas e de interesse para este estudo.

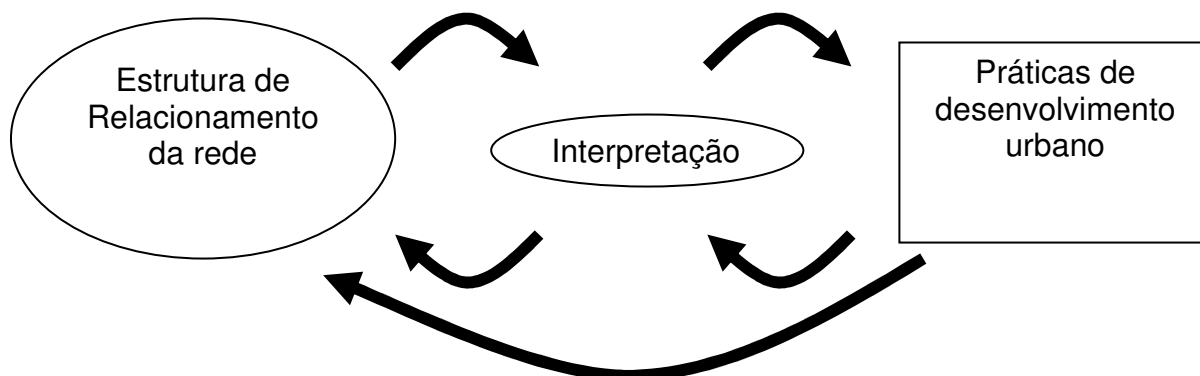
Ao se estudarem as práticas de desenvolvimento urbano é importante ressaltar a diferença conceitual entre planejamento urbano e urbanístico, este último se referindo ao termo urbanismo, que trata diretamente dos interesses deste trabalho de pesquisa nos estudos organizacionais. O Urbanismo lida com o **desenho urbano** e o projeto das cidades, em termos genéricos – arquitetura da cidade-, sem

necessariamente considerar a cidade como agente dentro de um processo social conflitivo. “Criação de um ambiente mais propício à vida e intencionalidade estética são as características estáveis da Arquitetura” (ROSSI, 2001). Apesar de tratarem de muitas questões comuns, muitos autores defendem que os termos urbanismo e planejamento urbano se diferenciam sob alguns aspectos importantes. Tanto o planejamento urbano quanto o urbanismo são entendidos como o estudo do fenômeno urbano em sua dimensão espacial, mas diferem notadamente no tocante às formas de atuação no espaço urbano. Desta maneira, o urbanismo trabalha preocupado inicialmente com uma melhor construção do espaço físico, segundo Souza (2005, p.112), “uma simples expansão do tecido urbano e sua complexidade”. Já o planejamento urbano, antes de agir diretamente no ordenamento físico das cidades, trabalha com os processos que conduzem a um “desenvolvimento socioespacial na cidade e da cidade” (SOUZA, 2005, p.112); é a ação do Estado sobre a organização do espaço intra-urbano (VILAÇA, 2004).

Assim, o entendimento de urbanismo que orienta a presente pesquisa é aquele defendido por ASCHER (1995), segundo o qual o urbanismo deve ser visto de forma ampla como o conjunto das teorias e práticas de *aménagement* e de gestão dos espaços urbanos, do planejamento aos serviços urbanos, passando pelo urbanismo operacional, os estudos e a composição urbana. Diante dessa definição, Firkowski (2002) conclui que o urbanismo tem por objetivo não permitir que a cidade se construa espontaneamente, mas a partir de intervenções.

2.3. INTEGRANDO REDES DE RELACIONAMENTOS E PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS

No intuito de promover a integração dos conceitos e noções delineados nesta revisão bibliográfica, bem como evidenciar a forma como se fundem e orientam no presente estudo, propôs-se um modelo integrativo (Figura 2), no qual se apresentam as principais categorias analíticas do estudo e suas relações. Posteriormente discutem-se as prováveis implicações dessa revisão teórica no esclarecimento do problema central desta pesquisa, ou seja, a influência da estrutura de relacionamento da rede de organizações a ser estudada nas práticas de desenvolvimento urbano.

FIGURA 2 – ESTRUTURA E AÇÃO

FONTE: elaborado a partir de discussões com o orientador e análise dos textos que compõem a base teórico-empírica.

A primeira categoria analítica do estudo é resultado do pressuposto da existência de uma rede de relações entre os órgãos responsáveis pelo urbanismo dos municípios que constituem a Região Metropolitana de Curitiba. Esse posicionamento fundamenta-se nos estudos de vários cientistas, entre os quais se destacam Castells (1999) e Alvarez (1994), que concluem por um novo modelo organizacional que ultrapassa os limites de uma única organização: cumpre formar redes organizacionais, para vencer a instabilidade ambiental com a formação de relações entre organizações. Esta fundamentação fica mais adequada e sedimentada na afirmação de Gulati (1998): mesmo que duas organizações formem uma aliança na busca de objetivos comuns, elas necessariamente irão relacionar-se com outras organizações que vivem em um mesmo ambiente institucional.

Da mesma forma, ao estudar campos organizacionais, Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006) identificam a perspectiva teórica, entre outras, de que campo define uma reconhecida área de atividade social ou econômica: os atores estabelecem relacionamentos entre si, não envolvidos somente em relações de trocas, mas em uma estrutura de relacionamentos, ou rede, que configura suas ações e delimita suas possibilidades (DIMAGGIO, 1992; SCOTT, 1991).

No intuito de melhor compreenderem essas redes, cientistas, como Oliver (1990) e Aldrich e Whetten (1981), apontam algumas condições e razões para a existência desses agregados organizacionais. Já outros têm direcionado esforços para a natureza e para os fatores que estão presentes nos relacionamentos, como Faerman, McCaffrey e Slyke (2001): estes se atêm mais aos processos de cooperação interorganizacional, enquanto, por outro lado, Meyer e Rowan (1991),

Bourdieu e Wacquant (1992) e Pfeffer (1982) investigam o conflito para prever as dinâmicas das relações interorganizacionais.

Diante dessas considerações e dos diversos estudos apresentados na base teórica, recorre-se a Giddens (1989) e admite-se que a rede a ser estudada pode ser constituída de relações de naturezas diversas, contendo entre outros: conflito, competição, cooperação e relação de poder, que constituem interações que interferem nas definições e redefinições das estruturas institucionais e dos isomorfismos (Giddens, 1989; Machado-da-Silva e Coser, 2006).

Nesse contexto surgem os estudos de análise de redes sociais, permitindo medir estruturas e sistemas, quase impossíveis de serem descritos sem conceitos relacionais. Ela pode prover tanto uma análise descritiva quanto testes de hipóteses sobre propriedades estruturais (HANNEMAN, 2001; HANNEMAN e RIDDLE, 2005; WASSERMAN e FAUST, 1994), com fundamentos que proporcionam fortes possibilidades de análise dos relacionamentos.

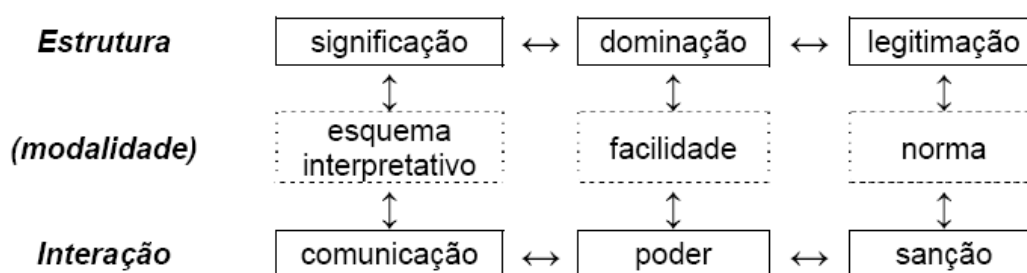
A rede a ser pesquisada pode ser analisada com auxílio de *softwares*, que utilizam matrizes sociométricas e diversos algoritmos apropriados, além de permitir a visualização final das redes sociais constituídas. Entre esses programas computacionais destaca-se o UCINET que, na opinião de Scott, J. (2000), é um dos melhores entre os disponíveis.

Quanto à segunda categoria analítica considerada neste estudo, pressupõe-se que a estrutura de relacionamento da rede incide na estruturação de práticas, inicialmente por meio da interpretação das relações interorganizacionais que constituem a rede. Esta assertiva é fundamentada na afirmação de Scott (2001), em que todos os atores, individuais ou coletivos, possuem algum grau de agência, sendo esta, por si só, socialmente estruturada. Entre o contexto e a resposta está o ator que interpreta. Assim, a agência reside no “processo interpretativo por meio do qual escolhas são imaginadas, avaliadas e contingencialmente reconstruídas por atores, em progressivo diálogo com situações desveladas” (SCOTT, R., 2001, p. 76). Nesse sentido Giddens (2003) deixa claro que o ator monitora reflexivamente a própria experiência e de seus contextos de ação, bem como a própria capacidade de interagir com outros e produzir efeitos no mundo social (GIDDENS 2003). Para agir e reconstruir a estrutura, inevitavelmente os fatores contextuais vão passar pela interpretação do agente.

Concordando com a teoria de Giddens (1978), é importante que se assuma a definição de que práticas organizacionais são ações regularizadas e recorrentes de atores sociais que continuamente constroem e reconstróem um sistema social espaciotemporalmente delimitado. Nelas, ressaltam-se características de durabilidade dinâmica, recursividade e reflexividade.

Para Giddens (1978), investigar os processos de estruturação das práticas sociais é procurar explicar como as estruturas são constituídas pela ação, e reciprocamente como a ação é constituída estruturalmente (Figura 2). A estruturação de práticas refere-se abstratamente ao processo dinâmico pelo qual as estruturas passam a existir (GIDDENS, 1978). Esse processo envolve uma interação de significados, normas e poder (GIDDENS, 1978). Cabe, portanto, ao pesquisador desvendar o nível de participação dessas dimensões (Figura 3): a significação, a legitimação e dominação, no processo de estruturação da rede examinada neste estudo e das práticas de desenvolvimento urbano, como prática social. Portanto a recursividade entre estrutura e ação fundamenta o próprio processo por meio do qual ambos emergem, permeados por configurações contínuas de interpretação.

FIGURA 3 – DUALIDADE DA ESTRUTURA EM INTERAÇÃO



Fonte: Giddens (2003, p. 34)

Segundo Giddens (2003), a dualidade da estrutura em interação é composta pela associação do domínio da estrutura ao domínio da ação humana por meio das três modalidades indicadas como categorias intermediárias na figura 3: esquema interpretativo, facilidade (recurso) e norma. São categorias responsáveis pela interação de estrutura e ação (propriedades de interação), relacionando as capacidades cognitivas dos agentes com as características estruturais. As modalidades compreendem o meio concreto pelo qual os agentes fazem uso das regras e recursos em um contexto específico. Como pode ser visto na Figura 3, os

três elementos acima (significação, dominação e legitimação) são caracterizações da estrutura e os três elementos abaixo (comunicação, poder e sanção) são os elementos de interação ou da ação humana, nos quais há uma modalidade e uma forma de interação para cada elemento estrutural. Apesar da distinção feita em categorias no que se refere tanto à estrutura quanto à interação; Giddens (1978, 2003) afirma que estas distinções são puramente analíticas. Portanto estruturas de significação devem ser apreendidas em conexão com dominação e legitimação, tanto como comunicação, poder e sanção.

De acordo com Giddens (1978), as três modalidades operam da seguinte maneira: a comunicação do significado na interação envolve o uso de esquemas interpretativos por meio dos quais os agentes interpretam o que os outros dizem ou fazem. A aplicação desses esquemas depende de uma ordem cognitiva compartilhada pela comunidade que possibilite a incorporação de significado por parte dos atores. Enquanto o ator utiliza essa ordem cognitiva, a aplicação dos esquemas interpretativos reconstitui essa ordem. O uso do poder na interação envolve a aplicação de facilidades ou recursos pelos quais os agentes são capazes de gerar resultados, afetando a conduta dos outros. Para Giddens (2003), esses recursos são entendidos de duas formas: (1) recursos alocativos, que são os recursos materiais envolvidos na geração de poder, mais intimamente relacionados ao ambiente natural e à dominação da natureza; (2) recursos autoritários: recursos não-materiais derivados da capacidade de tirar proveito das atividades de outros, ou seja, o domínio de alguns atores sobre outros. As facilidades tanto se inserem em uma ordem de dominação, como, na medida em que são aplicadas, reproduzem tal ordem. Por fim, a constituição moral da interação envolve a aplicação de normas, que são derivadas de uma ordem legítima, sendo reconstituída por sua aplicação, por meio do uso da sanção (GIDDENS, 1978, 2003).

Em suma, para Giddens (1978, p. 131), “as estruturas de significado podem ser analisadas como sistemas de regras semânticas; as de dominação como sistemas de recursos; as de legitimação como sistemas de regras morais [sanções]” que, em qualquer situação concreta de interação, os membros de dada coletividade usam como modalidade de produção, porém de forma integrada.

Uma vez expostas as principais considerações teóricas relativas ao tema de estudo, em que ficaram evidenciadas as necessárias abordagens da análise de

redes, da teoria institucional e da teoria da estruturação na explicação das relações encontradas entre as categorias analíticas, a próxima parte desta dissertação é dedicada aos aspectos metodológicos que orientaram a investigação empírica do problema de pesquisa proposto.

3. METODOLOGIA

A aplicação precisa de métodos adequados no processo de investigação das realidades sociais refletirá informações e conhecimentos estruturados com validade e fidedignidade, servindo como fundamentos sólidos para as diversas gerações que dão prosseguimento à enigmática trajetória da humanidade. Assim, se faz necessário o uso de metodologias bem elaboradas, para serem atingidos resultados mais seguros e confiáveis.

Esta parte apresenta a metodologia que foi utilizada para verificação empírica da influência das relações entre os órgãos responsáveis pelo planejamento urbanístico dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) nas práticas de desenvolvimento urbano adotadas.

3.1 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA

A presente seção contém as perguntas de pesquisa relativas ao objetivo geral e aos específicos alcançados; as categorias analíticas, bem como as definições constitutivas e operacionais das mesmas.

3.1.1 Perguntas de pesquisa

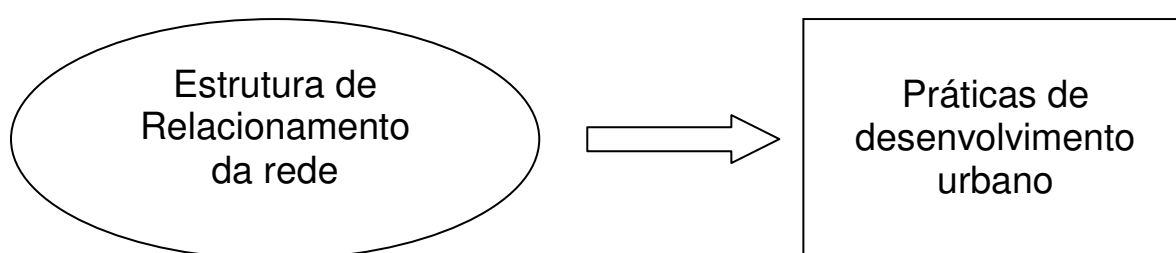
Para que pudessem ser alcançados o objetivo geral e os específicos propostos no presente estudo, elaboraram-se respostas às seguintes perguntas de pesquisa:

- a) Qual é o contexto ambiental da RMC, sob a ótica do planejamento urbanístico?
- b) Quais são as principais organizações responsáveis pelo planejamento urbanístico que integram a rede de relacionamentos da RMC?
- c) Qual é a estrutura das relações entre as organizações integrantes da rede?
- d) Quais as principais práticas de desenvolvimento urbano adotadas pelos municípios da RMC?
- e) De que forma a estrutura de relacionamento das organizações integrantes da rede influencia as principais práticas de desenvolvimento urbano?

3.1.2 Apresentação das Categorias Analíticas

Foram consideradas neste estudo duas categorias analíticas: a estrutura de relacionamento da rede e as práticas de desenvolvimento urbano. A relação, de interesse para o estudo, entre as categorias é apresentada na Figura 4:

FIGURA 4 - RELAÇÃO ENTRE AS CATEGORIAS ANALÍTICAS



3.1.3 Definição constitutiva e operacional das categorias analíticas

Apresentar a definição dos termos e das variáveis tem como objetivo: torná-los claros e compreensivos, a fim de não deixar alguma margem de erro no momento de interpretação dos elementos. A definição constitutiva é aquela que se encontra, por exemplo, em dicionários ou é utilizada regularmente na literatura de interesse. Este tipo de definição tem como objetivo esclarecer, de forma específica, definições muito gerais. Já a definição operacional tem por finalidade traduzir, para os interesses deste trabalho, em conteúdo prático as variáveis teóricas.

- Estrutura de relacionamento da rede

D.C.: São os padrões regulares de relações entre atores que interagem entre si (WASSERMAN e FAUST, 1994). As relações são constituídas pelos diversos tipos de contatos que as pessoas ou organizações estabelecem entre si: econômico, político, afetivo entre outros; estruturando redes com fins de captação de recursos financeiros, informações, conhecimento, mão-de-obra ou, ainda, suporte para legitimidade. Foi verificada, por meio de dados secundários e primários, com base nas seguintes variáveis estruturais: a) tamanho; b) densidade; c) conteúdo

relacional; d) multiplicidade; e) intensidade; f) importância das relações; e g) centralidade.

- Tamanho da rede

D.C.: É o número de vínculos diretos entre as unidades individuais da rede, indicando integração, polaridade ou extensão da rede (KNOKE e LAUMANN, 1982).

D.O. : O tamanho ou alcance da rede foi dimensionado a partir do levantamento do número de organizações que compõem a rede de relacionamento. A identificação dessas organizações foi feita por *positional approach* e *reputational approach* (SCOTT J., 2000), utilizando-se dados secundários, para uma definição inicial da amostra, e a aplicação de um questionário, no qual o respondente informava mais alguma organização omitida na lista inicial.

- Densidade da rede

D.C.: É a proporção do número de ligações observadas em relação ao número de ligações teoricamente possíveis (GRANOVETTER, 1976).

D.O.: A operacionalização ocorreu mediante o levantamento do número de ligações observadas entre as organizações componentes da referida rede, divididos pelo número de ligações teoricamente possíveis de cada organização.

- Conteúdo Relacional

D.C.: É o conteúdo que sustenta as relações de uma determinada rede. As redes são caracterizadas pelo conteúdo das relações que a constituem, que pode variar de contexto para contexto. A diversidade de conteúdo que pode basear uma rede exige do pesquisador uma definição, em princípio, do conteúdo que considera importante para seu problema. Para Knoke e Kuklinsky (1982), a especificação das relações segundo seu conteúdo define o conceito de redes “multiplexas”, ou seja, redes onde se verifica a sobreposição de relações diversas em conteúdo.

D.O.: Para o presente trabalho, que investiga as influências da rede em práticas de desenvolvimento urbano, as relações que mais interessam são de ordem instrumental, ou seja, os laços que se preenchem pelas práticas cotidianas, que visam a objetivos concretos e específicos para o desenvolvimento urbano. Assim, o

conteúdo foi operacionalizado a partir da aplicação de questionário fechado, buscando o tipo de atividade preponderante nas relações: política, técnica, administrativa, redução de custos, atividades sociais.

- Multiplicidade

D.C.: Denota a sobreposição ou redundância nas relações que contêm dois ou mais canais de interação (ALDRICH, 1979). Pode significar aumento de estabilidade nas relações. Afirma Burt (1983, p. 159): “coordenação de relações com diferentes conteúdos é capturada pelo conceito de multiplicidade”. Manifesta-se pelo número de tipos de relações que um ator estabelece com cada ator da rede (KNOKE e BURT, 1983).

D.O.: Foi operacionalizada a partir da aplicação de questionário fechado, buscando o tipo de atividade preponderante nas relações: política, técnica, administrativa, redução de custos, atividades sociais.

- Intensidade do relacionamento

D.C.: Grau em que os atores estão dispostos a cumprir obrigações, ou se sentem livres para exercer os direitos implícitos na sua relação com outros atores da rede (MITCHELL, 1976).

D.O.: A operacionalização se deu a partir da análise conjunta da frequência e da base de comprometimento, pois se partiu da consideração de que somente a frequência dos relacionamentos não implica, necessariamente, relações intensas. As informações foram elaboradas por meio da análise estatística do questionário aplicado aos dirigentes do nível estratégico das organizações, validadas com a análise de conteúdo das entrevistas semi-estruturadas.

- Importância do relacionamento

D.C. Consiste na forma como um ator da rede percebe a relação com o outro como sendo significativa para o desenvolvimento das suas atividades (SCHIMIDT e KOCHAN, 1997).

D.O.: Foi operacionalizada com base na resposta dada a questionário fechado em escala de cinco alternativas, para o grau de importância percebido pelo

respondente: sem importância, pouco importante, importante, muito importante e crucial.

- Centralidade local, global e centralização

D.C: A centralidade local é indicada pelo grande número de conexões de um ator com outros em seu ambiente imediato. A centralidade global indica uma posição estratégica significativa na estrutura global da rede (SCOTT, 2000). Esta enfatiza a proeminência dentro da rede total; aquela está interessada no destaque relativo de um ponto focal na sua vizinhança. A centralização difere da centralidade, já que ela não se refere à proeminência relativa dos pontos, mas sim à coesão ou integração da rede em torno de pontos particulares focais. De acordo com Galaskiewicz (1991), atores no centro da rede são estruturalmente dominantes.

D.O.: Foram operacionalizadas a partir da análise do número de laços de cada ator em relação aos outros. Os dados foram coletados na aplicação de questionário fechado; o respondente definia, em escala de duas alternativas, se mantinha ou não relações com outros atores da amostra pesquisada. Os resultados permitiram a elaboração de matrizes que foram tratadas pelo *software* UCINET 6.0.

- Práticas de desenvolvimento urbano

D.C.: Práticas de desenvolvimento urbano são ações regularizadas e recorrentes de atores sociais que continuamente constroem e reconstróem um sistema social urbano espaciotemporalmente delimitado (GIDDENS, 1978).

D.O.: Foram operacionalizadas a partir da análise das ações implementadas no sentido de serem cumpridas as funções sociais da cidade e da propriedade urbana que asseguram o atendimento das necessidades dos cidadãos, quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas (BRASIL, 2001). A análise se deu em fontes secundárias e no conteúdo de entrevistas semi-estruturadas com os dirigentes do nível estratégico das organizações integrantes da rede.

3.1.4 Definição de outros termos relevantes

- Zona urbana

De acordo com a lei orgânica de vários municípios brasileiros, para efeitos da definição do perímetro urbano, entende-se como zona urbana aquela definida em lei

municipal específica, observada a necessidade de aprovação por consulta pública e a existência de pelo menos três (alguns municípios adotam dois) dos seguintes melhoramentos para sua ampliação: meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; abastecimento de água; sistema de esgotos sanitários; rede de iluminação pública com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; escola de ensino fundamental ou unidade básica de Saúde, a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado; estrutura de arruamento ou de constituição de vias de passagem de uso público, cuja responsabilidade de manutenção seja do município. Somente em terrenos situados no interior de um perímetro urbano o Poder Público poderá autorizar o parcelamento do solo para fins urbanos e cobrar as taxas correspondentes e arrecadar o imposto sobre a propriedade urbana (terrenos e edificações).

- Urbanismo

Segundo ASCHER (1995), o urbanismo deve ser visto de forma ampla como o conjunto das teorias e práticas de *aménagement*¹ e de gestão dos espaços urbanos, do planejamento aos serviços urbanos, passando pelo urbanismo operacional, estudos e composição urbana. Diante dessa definição, Firkowski (2002) conclui que o urbanismo tem por objetivo não permitir que a cidade se construa espontaneamente, mas a partir de intervenções.

Apesar de tratarem de muitas questões comuns, muitos autores defendem que os termos urbanismo e planejamento urbano se diferenciam sob alguns aspectos importantes. Tanto o planejamento urbano quanto o urbanismo são entendidos como o estudo do fenômeno urbano em sua dimensão espacial, mas diferem notadamente no tocante às formas de atuação no espaço urbano. Desta maneira, o urbanismo trabalha preocupado inicialmente com uma melhor construção do espaço físico, segundo Souza (2005, p.112), “uma simples expansão do tecido urbano e sua complexidade”. Já o planejamento urbano, antes de agir diretamente no ordenamento físico das cidades, trabalha com os processos que conduzem a um “desenvolvimento socioespacial na cidade e da cidade” (SOUZA, 2005, p. 112); é a ação do Estado sobre a organização do espaço intra-urbano (VILAÇA, 2004).

¹ *aménagement* – Na Arquitetura refere-se à organização e ordenação dos espaços.

- O planejamento urbanístico

Planejamento se refere ao termo urbanismo, utilizado neste trabalho no sentido de melhor delimitar os órgãos que trabalham com o **desenho urbano** sob o ponto de vista dos aspectos funcionais e estéticos e o projeto das cidades, em termos genéricos - arquitetura da cidade- sem necessariamente considerar a cidade como agente dentro de um processo social conflitivo. Nas palavras de Rossi (2001, p.1): “criação de um ambiente mais propício à vida e intencionalidade estética são as características estáveis da Arquitetura”.

- Aglomeração urbana

O trabalho empregou o conceito, indicando as unidades que compõem uma mancha contínua de ocupação sobre mais de um município, envolvendo fluxos intermunicipais, complementaridade funcional e integração socioeconômica. Difere do entendimento de região metropolitana que, neste trabalho, corresponde a uma porção definida institucionalmente. Nesse contexto a metrópole é a cidade principal de uma aglomeração, destacando-se pelo tamanho populacional e econômico, desempenho de funções complexas e diversificadas, e relações econômicas com várias outras aglomerações, funcionando como centro de comando e coordenação de uma rede urbana (IPARDES, 2006).

3.2 DELIMITAÇÃO E “*DESIGN*” DA PESQUISA

3.2.1 População e amostragem

A população de atores considerada para este estudo foi constituída por todos os órgãos públicos, ou vinculados a estes, da RMC que se envolvem diretamente com planejamento urbanístico. A determinação da amostra levou em consideração as preocupações de Scott J.(2000) com relação às dificuldades inerentes à definição das fronteiras de uma rede de relações para uma pesquisa específica. O autor apresenta duas abordagens gerais para a tarefa de definir os atores envolvidos: a *positional approach* e a *reputational approach* (SCOTT J., 2000). Na primeira, a partir da identificação do grupo de interesse para o estudo, o pesquisador toma como amostra os atores ocupantes das posições já definidas formalmente. É uma técnica que pode ser facilmente empregada em caso de pequena população,

quando já se tem a disponibilidade de uma lista dos atores. Na segunda, o pesquisador relaciona cuidadosamente alguns nomes reconhecidamente pertencentes à amostra e solicita-os que identifiquem outros atores.

Para se conseguir definição mais precisa da amostra, nesta pesquisa utilizaram-se ambas as abordagens. Em um primeiro momento, a *positional approach* possibilitou, com a investigação de listas já existentes e outros dados secundários, a determinação inicial dos mais importantes órgãos de interesse. Essa lista de atores permitiu a elaboração e aplicação do questionário fechado. Em um segundo momento, por meio do próprio questionário, recorreu-se à técnica da *reputational approach*, solicitando aos respondentes a citação de outras organizações, que mantêm um importante relacionamento com aquela representada por ele. As organizações citadas foram selecionadas e participaram das etapas subseqüentes do estudo. Da mesma forma, as relações destas organizações com as primeiras foram motivo de pauta das diversas entrevistas. Assim, as organizações de interesse foram definidas de acordo com as 36 organizações apresentadas no Anexo 6 nesta dissertação.

3.2.2 Delineamento da pesquisa

De acordo com a natureza do problema proposto e os resultados a serem alcançados, julgou-se mais adequada uma perspectiva mista para a efetivação do trabalho, perspectiva que uniu dados quantitativos e qualitativos num único estudo: “essa integração de dados pode ocorrer em diversos estágios do processo de pesquisa, como na etapa de coleta de dados, análise desses dados, na interpretação ou numa combinação de momentos” (CRESWELL, 2003, p. 46).

Considerando os resultados alcançados, ensejados pelos objetivos iniciais deste trabalho, foram efetivadas três finalidades de pesquisa: duas descrições e uma explanação. Em síntese, foi envolvida nos resultados deste estudo, sob a perspectiva quantitativa, a descrição da rede de relacionamentos e, preponderantemente qualitativa, a explicação da influência da rede nas práticas de desenvolvimento urbano, permitindo o necessário aprofundamento do tema em exame. A descrição das práticas de desenvolvimento urbano de interesse para o estudo foi abordada com o auxílio de técnicas tanto qualitativas como quantitativas, estas por meio de procedimentos estatísticos simples, cujos resultados auxiliaram nas inferências da análise de conteúdo.

Tais finalidades foram satisfatoriamente alcançadas devido à utilização de uma análise de redes com base na Teoria Institucional.

Para Emirbayer e Goodwin (1994), a análise de redes não é teoria formal ou unitária, mas ampla estratégia de investigação de estruturas sociais. Assim, em termos intuitivos, as redes sociais são conjuntos de contatos que ligam vários atores, cujos contatos podem ser de diferentes tipos e apresentarem conteúdos diferentes e diferentes propriedades estruturais (NELSON, 1984). De forma geral, a análise de redes sociais permite medir estruturas e sistemas que poderia ser quase impossível descrever sem conceitos relacionais, provendo tanto uma análise descritiva quanto testes de hipóteses sobre propriedades estruturais (HANNEMAN, 2001; HANNEMAN e RIDDLE, 2005; WASSERMAN e FAUST, 1994), sendo o método predominantemente estrutural (EMIRBAYER e GOODWIN, 1994; WELLMAN, 1988).

Considerando os diferentes tipos de desenhos para pesquisas, a perspectiva do estudo foi de natureza seccional com avaliação longitudinal, pois acontecimentos passados foram resgatados por meio das entrevistas e dos dados secundários. Esse recurso longitudinal se fez importante, uma vez que as relações organizacionais e as práticas ocorrem ao longo do tempo. O nível de análise da pesquisa foi o de rede interorganizacional, sendo a unidade de análise cada ator organizacional da rede.

3.2.3 Coleta de dados

Para a realização do estudo foi necessária a associação de diversos instrumentos de coleta e análise dos dados. A coleta de dados se deu em três etapas. Inicialmente o pesquisador procedeu a uma análise das fontes secundárias extraídas de diferentes registros (Anexo 5) : jornais, *sites*, leis, contratos, arquivos históricos, quando foram levantados dados que permitiram descrever o contexto ambiental da RMC, sob a ótica do planejamento urbanístico; e identificar os órgãos responsáveis pelo planejamento urbanístico de cada município dessa região, bem como possibilitou levantar algumas práticas de desenvolvimento urbano.

Numa segunda etapa, para o início do estudo da estrutura da rede de relações, foi aplicado um questionário fechado aos dirigentes dos órgãos responsáveis pelo planejamento urbanístico. Estes dados resultaram em matrizes que foram tratadas pelo *software* UCINET.

A elaboração do questionário (Anexo 1) se baseou no estudo feito por Rogers (1974), que usou uma escala de relação interorganizacional. Esta mesma escala já

foi utilizada em pesquisas na UFPR (CLÉZIO,1999 e COSER, 2003), portanto com resultados e observações considerados no presente trabalho. A aplicação do questionário foi precedida de uma carta de apresentação, referendada pela UFPR.

Finalmente, outros dados primários foram coletados em entrevistas semi-estruturadas (Anexo 2) com pelo menos um ator-chave (estratégico) de cada organização. Nesta etapa levantaram-se dados que permitiram a validação das respostas emitidas nos questionários da etapa anterior, que conduziram à definição de outros órgãos de interesse para o estudo e à identificação das principais práticas de desenvolvimento urbano adotadas pelos diversos municípios, assim como foram tratadas informações que possibilitaram o exame das influências da estrutura de relacionamento entre as organizações integrantes da rede nas práticas de desenvolvimento urbano adotadas.

3.2.4 Facilidades e dificuldades na coleta de dados

O problema de pesquisa investigado exigia a coleta de dados de todas as organizações de interesse, pois não se tratava de identificar uma rede, mas de estudar as relações entre organizações definidas, *a priori*, por meio de um critério adotado – responsabilidade pelo desenvolvimento urbano na RMC. Assim, a remessa inicial dos questionários pelos correios não permitiu essa coleta integralmente, pois somente 14 dos 33 remetidos retornaram (42,4%). Necessitou-se de uma segunda remessa via Sedex, que permitiu atingir a coleta de 75,7% das organizações. Finalmente foi realizada a aplicação do questionário, pessoalmente pelo pesquisador, nas oito organizações que ainda não haviam retornado. Isso demandou uma demorada marcação em agendas dos prováveis respondentes e deslocamentos iniciais para seis municípios.

A aplicação do questionário mostrou-se inoperante para variáveis, como conteúdo relacional e multiplicidade. Essas variáveis exigiram novo levantamento, que foi realizado durante as entrevistas, aumentando o tempo destas. No caso do conteúdo relacional, os respondentes tiveram a oportunidade de apresentar mais de um tipo de atividade, em conjunto que existia nas relações apontadas.

Apesar da diversidade de nível de conhecimento dos entrevistados, as entrevistas semi-estruturadas se mostraram eficientes na coleta de dados primários e na validação dos dados secundários e dos dados coletados via questionário. No

entanto, devido à natureza das organizações, houve grande dificuldade na marcação de horários para entrevistar os gestores de interesse, demandando mais três meses para a consecução desta tarefa.

Inicialmente previa-se a efetivação de trinta e seis entrevistas, uma para cada organização; no entanto, ao se compararem dados secundários com o resultado das entrevistas, notaram-se divergências que careciam de verificação; por isso foram acrescentadas mais vinte e seis com gestores das organizações e mais duas com funcionários de duas empresas de Arquitetura e Engenharia, a serem detalhadas durante as análises. Essa decisão se deveu à necessidade de complementarem os dados que, em várias oportunidades, se mostraram insuficientes.

Quanto à documentação analisada, o acesso a elas não foi difícil, uma vez que muitas se encontram em *sites* da Internet. A dificuldade se restringiu à localização de alguns planos diretores e leis orgânicas de municípios, pois muitas das prefeituras não estão organizadas suficientemente para permitirem fácil acesso a estes documentos, exigindo a busca em outros órgãos, como câmaras municipais e outros arquivos públicos.

Na descrição do contexto de interesse do estudo, os trabalhos desenvolvidos pelo Observatório das Metrôpoles para o Ministério das Cidades e a publicação “Como Andam as Metrôpoles - Região Metropolitana de Curitiba” efetivada em 2006 pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2006) se mostraram completos, com alto nível de fidedignidade e de grande utilidade para investigações nesse campo.

3.2.5 Papel do pesquisador

Devido ao fato de grande parcela da pesquisa fundamentar-se em procedimentos qualitativos, o papel do pesquisador ressalta-se como relevante instrumento na coleta e interpretação de dados (CRESWELL, 2003). Assim, a oportunidade de estar presente, pelo menos dois dias em cada organização e município de interesse, possibilitou observações pessoais e compreensão mais acurada do objeto examinado. Da mesma forma, a participação na 3ª Conferência Regional das Cidades permitiu um primeiro contato com prefeitos e secretários de planejamento urbano e com problemas inerentes a cada cidade, sede das organizações de interesse. O comparecimento efetivo à reunião da ASSOMECA –

Associação dos Municípios da RMC, em novembro de 2007, esclareceu questões fundamentais para as conclusões referentes ao problema investigado. Acrescente-se o fato de o pesquisador ter freqüentado as aulas de Planejamento Urbano, lecionadas pelo então presidente do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) e de Sociologia urbana na UFPR de julho a agosto de 2007, período referente à primeira fase de coleta de dados secundários, oportunidade que facilitou a interpretação de documentos, jornais, revistas científicas e *sites* dos governos Federal, Estadual e Municipal. Ressalta-se a experiência do pesquisador em Administração Pública, como agente diretor e ordenador de despesas públicas, o que atuou como instrumento facilitador no processo de abordagem das entrevistas com os gestores de órgãos públicos.

3.2.6 Análise dos dados

A análise foi realizada em três etapas distintas. A primeira teve um tratamento qualitativo, quando foram adotadas técnicas de análise documental, que permitiram a descrição do contexto da RMC e a definição de alguns órgãos responsáveis pelo planejamento urbanístico desta região, assim como a elaboração do questionário fechado (Anexo 1) que foi remetido ou aplicado a cada um desses órgãos.

Numa segunda etapa, a análise se processou com base nos dados coletados por meio dos questionários, que permitiram a elaboração de matrizes para um o estudo inicial da estrutura de relações. As matrizes foram analisadas com o *software* UCINET 6.0 (BORGATTI, EVERETT & FREEMAN, 2002), o que auxiliou sobretudo a compreensão inicial dessas relações e um mapeamento preliminar de uma rede. Essa etapa foi base fundamental para a elaboração dos roteiros utilizados durante as entrevistas com representantes estratégicos das diversas organizações.

As entrevistas revestiram-se de três finalidades: coletar dados que possibilitassem a descrição das práticas organizacionais de urbanismo; complementar e validar dados secundários e aqueles coletados por meio dos questionários, sobretudo os referentes a órgãos incluídos na amostra somente após a análise dos questionários (COHAPAR, SANEPAR, COPEL e SEMA); e, assimilando a sugestão de Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2005), como parte de uma estratégia de pesquisa capaz de captar a interdependência da

estrutura das relações, a interpretação dos gestores e as ações constituintes das práticas, no contexto do desenvolvimento urbano da RMC.

A análise inicial da estrutura das relações entre as organizações integrantes da rede ressaltou inconsistências de conteúdo relacional que deveriam ser investigadas com mais profundidade por meio de outro instrumento de coleta. Assim, para evitar o risco de serem prejudicados conceitos como o de “multiplicidade” (KNOKE e BURT, 1983), decidiu-se realizar uma triangulação de dados (FLICK, 2004), e elaboraram-se as entrevistas nesse sentido. O tratamento dos dados coletados nas entrevistas permitiu, além da validação das relações apontadas no questionário, um detalhamento preciso de dois conteúdos predominantes na rede: um administrativo e outro técnico de urbanismo. O estranho isolamento social, evidenciado por duas prefeituras municipais no mapeamento inicial, também colaborou para a decisão da triangulação.

A média de tempo dos entrevistados nas funções que exercem na organização (6,3 anos) facilitou o resgate de acontecimentos passados, que permitiram uma avaliação longitudinal em muitos casos. Ressalte-se a entrevista com um ex-presidente do IPPUC que, apesar de estar somente há seis meses (data da entrevista) na função atual de assessor técnico do presidente daquele instituto, atua há trinta e cinco anos no campo. Este tempo não foi computado para o cálculo da média, pois a elevaria sobremodo; portanto foi considerado um *outlier*. Entretanto as informações desse entrevistado reforçaram muitas conclusões da pesquisa.

Finalmente, na terceira etapa, depois de realizadas todas as entrevistas, a análise de conteúdo dos dados serviu para a validação e complementação dos procedimentos anteriores e, sobretudo, de suporte para as inferências do estudo. Nessa última etapa, foram identificadas e descritas as práticas de desenvolvimento urbano de interesse para o estudo, concluído o mapeamento das relações interorganizacionais e, principalmente, investigadas as influências das relações nas práticas de desenvolvimento urbano.

3.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

No que diz respeito ao *design* de pesquisa, vale notar algumas limitações relativas ao próprio instrumento de coleta de dados primários. No caso, o questionário se sujeita ao entendimento das questões pelo respondente e ao seu

próprio viés pessoal que, em outras palavras, em certos casos pode não representar a opinião dos dirigentes da organização. Além disto, perde-se o controle sobre quem efetivamente responde ao questionário, bem como a própria qualidade das respostas. A impossibilidade de ter controle efetivo sobre o respondente compreende um agravante neste estudo, principalmente em face da necessidade de o respondente efetivamente interpretar corretamente as questões que permitem o levantamento das variáveis estruturais da rede. Adicione-se que uma solução por meio de um questionário “mais bem elaborado” poderá tornar a ferramenta extensa e enfadonha, conduzindo o pesquisado a “livrar-se do problema”. Para minimizar essa limitação foram acrescentados procedimentos nas entrevistas que permitiram a validação dos dados.

Na descrição das práticas de desenvolvimento urbano, apesar de se buscar resgatar acontecimentos passados, em algumas organizações, sobretudo aquelas cujos gestores não tiveram experiências passadas, percebe-se um viés seccional do presente, pois as práticas ressaltadas são aquelas que se mostram importantes na atualidade.

Durante as entrevistas notou-se uma ansiedade dos gestores no sentido de abordarem problemas que mais os afligiam naquele momento, fugindo dos aspectos que mais interessavam à pesquisa e não permitindo a coleta de todos os dados necessários ao trabalho. Esse fato dificultou sobretudo o resgate de acontecimentos passados. No entanto uma definição, *a priori*, de categorias para a identificação de práticas amenizou esta dificuldade. Essa dificuldade foi também amenizada pelas entrevistas realizadas com mais de uma pessoa na organização, pois complementaram os dados e permitiram melhor definir o posicionamento da organização como um todo.

Devido à natureza das diversas funções dos entrevistados nas organizações e, muitas das vezes, o envolvimento político, muitos deles não permitiram a gravação das entrevistas, de sessenta e duas entrevistas somente trinta e quatro (54,8%) foram gravadas, demandando mais tempo e dificultando o registro dos dados e a conseqüente análise de conteúdo.

As diversas análises, bem como os resultados alcançados, estão apresentadas nas próximas partes desta dissertação, que foram elaboradas em uma seqüência cronológica dos trabalhos realizados.

4. A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Esta parte apresenta a primeira etapa da análise de dados, que permitiu atingir a dois objetivos específicos estipulados por ocasião da formulação do problema de pesquisa: (1) descrever o contexto ambiental da RMC, sob a ótica do planejamento urbanístico; e (2) Identificar os órgãos responsáveis pelo planejamento urbanístico de cada município da RMC. Para alcançar esses objetivos do trabalho, foram analisados dados secundários obtidos em livros, artigos científicos, *sites* da Internet e outros documentos. No tratamento dos dados foram combinadas técnicas de análise interpretativa (FLICK, 2004) com análise de conteúdo dos documentos (BARDIN, 1977). Um resumo dos tipos de fontes consultadas nesse estágio e do tratamento dos dados consta do Anexo 5 desta dissertação. Para a identificação dos órgãos responsáveis pelo planejamento urbanístico, os dados secundários foram complementados com as entrevistas realizadas com prefeitos e secretários das 26 prefeituras que constituem a atual RMC.

4.1 CONTEXTO AMBIENTAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Para descrever o contexto de interesse deste estudo foram considerados essencialmente os resultados dos estudos desenvolvidos pelo Observatório das Metrôpoles para o Ministério das Cidades (OBSERVATÓRIO, 2005) e a publicação “Como Andam as Metrôpoles - Região Metropolitana de Curitiba” efetivada em 2006 pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2006).

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) localiza-se quase totalmente no Primeiro Planalto Paranaense. Apresenta como principais divisores naturais geográficos a Serra da Escarpa Devoniana, a sudoeste, alcançando as bordas do Segundo Planalto Paranaense, e a leste a Serra do Mar, divisor com a planície litorânea. Faz fronteira ao norte com o Estado de São Paulo e ao sul com o de Santa Catarina (COMEC, 2001).

A RMC foi criada em 1973 no corpo da Lei Federal 14/73 e atualmente, agrega 26 municípios (IPARDES, 2006): os catorze originais, cinco desmembrados desses e sete municípios integrados aos limites regionais por legislações estaduais (Quadro 6 a seguir e mapa do Anexo 1).

QUADRO 6 - COMPOSIÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

INSTITUIÇÃO ORIGINAL	MUNICÍPIOS DESMEMBRADOS	INCLUSÃO POR LEGISLAÇÕES ESTADUAIS
Almirante Tamandaré Araucária Balsa Nova Bocaiúva do Sul Campina Grande do Sul Campo Largo Colombo Contenda Curitiba Mandirituba Piraquara Quatro Barras Rio Branco do Sul São José dos Pinhais	Campo Magro Tunas do Paraná Fazenda Rio Grande Pinhais Itaperuçu	Adrianópolis Agudos do Sul Cerro Azul Doutor Ulysses Lapa Quitandinha Tijucas do Sul

FONTE: IPARDES

4.1.1 Evolução demográfica e econômica

Em 1970, a RMC não contava com mais de um milhão de habitantes e, em três décadas e meia, passou a abrigar mais de 3,2 milhões de moradores, segundo estimativas do IBGE para 2004. Já naquela década, a ocupação do espaço regional ultrapassou os limites territoriais do município-pólo, configurando uma aglomeração contínua que incorporou à dinâmica metropolitana os municípios de seu entorno imediato (IPARDES, 2006).

Desde a década de 1970, o Estado do Paraná passava por mudanças na agropecuária – modernização da base técnica de produção, expansão de culturas, comercialização de *commodities* e agroindustrialização – e por um processo de intensa concentração fundiária, com expressivos fluxos migratórios na direção dos centros urbanos, particularmente para Curitiba e entorno. A industrialização, que tinha maior expressividade no interior do Estado, intensificou-se no espaço metropolitano como parte do processo de desconcentração da atividade econômica

a partir de São Paulo, com a introdução dos ramos modernos na linha da metalmecânica (IPARDES, 2006).

De acordo com as projeções da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC – a população da RMC passará dos atuais 3.200.000 habitantes para 4.200.000 em 2020, ou seja, dentro de 12 anos ocorrerá um aumento demográfico equivalente à atual população de São José dos Pinhais, Colombo, Araucária, Piraquara, Pinhais, Fazenda Rio Grande e Campo Largo.

O rápido crescimento populacional e a intensificação do uso do solo metropolitano desencadeou um processo simultâneo e ininterrupto de planejamento urbano em Curitiba, iniciado nos finais dos anos 1960. A implementação do planejamento criou elementos que valorizaram a terra urbana e a moradia do pólo e elevaram o custo de melhorias e tributos locais, tornando seletivo o processo de ocupação e induzindo o crescimento de segmentos mais pobres nas áreas periféricas internas e principalmente externas aos seus limites administrativos, nas quais havia disponíveis lotes mais compatíveis ao poder aquisitivo desses segmentos, e cuja distância era coberta por um sistema de transporte coletivo que facilitou a comutação diária entre o local de moradia e o de trabalho (IPARDES, 2006).

No período compreendido entre os anos 1970 e 1980, Curitiba sediou grandes grupos econômicos, particularmente em sua Cidade Industrial. Araucária, município limítrofe, recebeu a Refinaria da Petrobrás, alcançando a segunda maior participação no valor adicionado fiscal (VAF) da Região (NOJIMA *et al.*, 2004).

Nos anos 1990, essa alteração da estrutura industrial aumentou, pois incorporou novos segmentos, sustentada por uma política estadual de atração de novos investimentos. Isto reforçou o espaço metropolitano, que disponibilizava grandes vantagens para os investidores, como a proximidade do mercado de São Paulo e Rio de Janeiro e do Porto de Paranaguá. Nesse mesmo sentido, a infraestrutura em termos de energia, telecomunicações, aeroporto internacional e rodovias, entre outros fatores, aos quais se adicionava a concessão de incentivos fiscais e financeiros, atraíram várias indústrias para a RMC.

Os investimentos econômicos foram realizados particularmente nos municípios de São José dos Pinhais, que foi contemplado com a localização das

duas maiores montadoras (Renault e Volkswagen/Audi) e que recebeu uma série de investimentos em comércio e serviços, além da adequação do aeroporto internacional; Campo Largo, que sediou a Chrysler por pouco tempo, fato que trouxe sérias implicações pelo impacto da condição efêmera desse investimento. Araucária e Curitiba continuaram modernizando e ampliando os segmentos já existentes. Tudo isso contribuiu para uma mobilidade interurbana cada vez mais intensa.

Acompanhando o incremento da atividade industrial, os setores Comércio e Serviços demonstram um intenso crescimento em toda a região. Foi um progresso fortemente concentrado no pólo metropolitano e voltado particularmente às empresas e ao mercado constituído pelos empreendimentos, pelo fluxo de executivos e profissionais especializados que se intensificou e pelos novos habitantes da cidade, que demandam serviços mais complexos e sofisticados, peculiares ao mundo globalizado. Curitiba passou a ter visibilidade entre as cidades que desempenham papel relevante no cenário econômico nacional, adicionando à sua condição de “cidade-modelo” a de “metrópole-competitiva” (FIRKOWSKI, 2001).

Apesar da concentração no pólo, as atividades desses setores também se desenvolveram nos municípios limítrofes. Nesse sentido, destaca-se São José dos Pinhais, que já assumia maior centralidade desse espaço regional em transformação.

Além dos supermercados, hipermercados, *shopping centers* e do setor de hotelaria, as atividades de publicidade e propaganda, moda, bancos, serviços especializados para empresas, livrarias, eventos e feiras relacionados às demandas do turismo de negócios aumentavam aceleradamente, evidenciando as mudanças em curso. Percebeu-se, naturalmente, o incremento das atividades de natureza imaterial, como as novas necessidades por serviços eletrônicos, centros de compras 24 horas, além de outros valores urbanos recém-incorporados à vida do curitibano (FIRKOWSKI, 2001).

A “desconcentração” da atividade econômica em Curitiba, ou “concentração dispersa entre municípios”, alterou radicalmente as características da economia metropolitana, com transformações socioespaciais e efeitos ambientais marcantes (IPARDES, 2006), além disso, reforçaram o aglomerado metropolitano como o espaço econômico de maior relevância no Paraná (IPARDES, 2006).

Todas essas estratégias de atração da atividade econômica passaram a aumentar, indubitavelmente, os fluxos migratórios para a RMC e, com isto, uma mazela conseqüente: acentuação da desigualdade, porquanto, apesar do crescimento da oferta de empregos, grande parte do contingente de mão-de-obra permaneceu fora do mercado. O processo de ocupação, da forma intensa e contínua como ocorreu na área metropolitana de Curitiba, nessas três décadas, não se fez acompanhar pela implementação de um processo regional de planejamento e gestão, assim como as políticas públicas foram insuficientes para viabilizar o atendimento às novas e crescentes demandas (IPARDES, 2006). Observou-se o adensamento populacional por meio de novas ocupações, sobretudo em terras de municípios economicamente carentes e financeiramente dependentes de transferências de recursos, como os provenientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). As ocupações desordenadas ocorreram, muitas vezes, em áreas de mananciais de abastecimento hídrico de toda a região ou espaços ambientalmente vulneráveis.

Essa ocupação, iniciada com o extravasamento do território de Curitiba e causadora de um processo de periferização do pólo nos anos de 1990, ultrapassou o anel de municípios fronteiriços e dirigiu-se no sentido de outros, próximos a esses. Em 2000, a RMC já apresentava uma extensão da mancha contínua de ocupação, que incorpora as sedes municipais da maioria dos municípios vizinhos a Curitiba, e porções de municípios mais distantes (OBSERVATÓRIO, 2005). Toda essa área, embora contínua, revestiu-se de muitas desigualdades, tanto no que se refere à inserção dos municípios na dinâmica da economia regional, quanto nas condições socioambientais. (IPARDES, 2006).

Com o advento do processo de internacionalização da economia, notaram-se as ocupações seletivas, formatando o espaço metropolitano de Curitiba. Atualmente, assiste-se a uma opção, por parte de parcelas das classes de rendimentos médio e alto, pelas mesmas áreas periféricas, até então ocupadas somente pela população de menor renda. Isto se deu devido à atração pela oferta de condomínios de luxo, perfeitamente conectados a Curitiba. Nas periferias também se localizam os novos distritos industriais, que conformam o pólo automotivo do Estado do Paraná, além de grandes empreendimentos comerciais, empresariais e de serviços.

Os municípios menos dinâmicos não acompanharam a capacidade de responder às exigências de modernização postas por esses empreendimentos, principalmente quanto aos padrões de competitividade e atratividade exigidos. Permaneceram excluídos do processo, abrigando a população pobre e as atividades segregadas. Ressalte-se que esta pobreza também ocupa o interior do pólo metropolitano, que responde pelos contingentes mais elevados de famílias carentes e domicílios inadequados, entre os municípios da RMC (IPARDES, 2006).

4.1.2 Dinâmica da aglomeração

Estudos realizados pelo Observatório das Metrôpoles (OBSERVATÓRIO, 2005) e, particularmente para a RMC, consolidados pelo IPARDES, revelam o nível de integração entre os municípios à dinâmica da aglomeração. Esses níveis foram captados por indicadores de evolução demográfica, fluxos de deslocamentos pendulares, densidade, características ocupacionais, presença de funções específicas e indispensáveis à circulação de pessoas e mercadorias (portos e aeroportos), e à capacidade de geração de renda pela economia local, tomando como referência a participação do município na composição do PIB total da região em pauta. Por meio deles foi delimitada a abrangência efetiva da aglomeração na RMC.

A análise feita pelo Observatório das Metrôpoles do nível de integração de cada município à dinâmica da aglomeração evidencia que a RMC não incorpora nos seus limites institucionais exatamente o conjunto de municípios, que apresentam indicativos da coesão metropolitana e níveis mais intensos de integração na aglomeração. A RMC é composta por dois conjuntos de municípios: os mais fortemente integrados, situados ao redor do pólo metropolitano, e aqueles com níveis mais fracos de integração a essa dinâmica, trazendo para esta região institucionalizada municípios praticamente à margem dos processos peculiares do fenômeno urbano do aglomerado. Entre os municípios integrantes, grande parte está classificada nos níveis baixo e muito baixo de integração (Quadro 7). Isso comprova que, embora o estatuto legal os agregue numa unidade comum, denominada “região metropolitana”, muitos não fazem parte da dinâmica da aglomeração configurada de fato (IPARDES, 2006).

QUADRO 7 - MUNICÍPIOS SEGUNDO O NÍVEL DE INTEGRAÇÃO À DINÂMICA DA AGLOMERAÇÃO

Nível de Integração	PÓLO	MUITO ALTO	ALTO	MÉDIO	BAIXO	MUITO BAIXO	TOTAL
Quantidade de municípios	1	5	2	6	2	10	26

FONTE: Observatório das Metrôpoles, 2005

Segundo a metodologia adotada por aquele Observatório, definem-se os níveis entre médio e muito alto como os que efetivamente podem ser considerados integrados à dinâmica da aglomeração. Dessa forma, no caso da RMC o aglomerado metropolitano configura-se por 14 entre os 26 municípios que compõem a unidade formal (Anexo 1). Dentre esses 14, além do pólo, apenas sete combinam taxas de crescimento populacional elevada, alta densidade populacional, fluxos e proporções de deslocamentos pendulares elevados, as menores proporções de ocupação em atividades agrícolas e as maiores participações na renda regional, além da localização de atividade estratégica do ponto de vista metropolitano, como o caso da presença de aeroporto internacional (IPARDES, 2006).

Foram classificados com nível muito alto de integração os municípios: Almirante Tamandaré, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, São José dos Pinhais; e com nível alto, apenas Araucária e Piraquara. Quanto aos demais, com nível médio de integração, alguns podem ser apontados como tipicamente cidades-dormitórios (Campo Magro, Itaperuçu); outros já apontam evidências de incorporação a essa dinâmica em curto prazo (Campina Grande do Sul, Campo Largo e Quatro Barras); e Mandirituba, juntamente com os municípios de níveis baixo e muito baixo, ainda apresenta fortes características rurais. O Quadro 8 a seguir mostra o nível de integração dos municípios da RMC, segundo a metodologia aplicada pelo Observatório das Metrôpoles em estudo realizado para o Ministério das Cidades.

Fica evidente, portanto, que a RMC é constituída por municípios que perfazem seis categorias distintas quanto ao nível de integração à dinâmica de aglomeração: pólo, muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo. É, pois, oportuna a reflexão de que aqueles com menor nível de integração podem experimentar um

isolamento social no contexto da RMC que lhes proporcione poucas oportunidades de experiências e entendimento comuns com outros municípios (MIZRUCHI,2006).

QUADRO 8 - NÍVEL DE INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA RMC

MUNICÍPIOS	NÍVEL DE INTEGRAÇÃO
Curitiba	POLO
Almirante Tamandaré	MUITO ALTO
Colombo	MUITO ALTO
Fazenda Rio Grande	MUITO ALTO
Pinhais	MUITO ALTO
São José dos Pinhais	MUITO ALTO
Araucária	ALTO
Piraquara	ALTO
Campina Grande do Sul	MÉDIO
Campo Largo	MÉDIO
Campo Magro	MÉDIO
Itaperuçu	MÉDIO
Mandirituba	MÉDIO
Quatro Barras	MÉDIO
Balsa Nova	BAIXO
Rio Branco do Sul	BAIXO
Adrianópolis	MUITO BAIXO
Agudos do Sul	MUITO BAIXO
Bocaiúva do Sul	MUITO BAIXO
Cerro Azul	MUITO BAIXO
Contenda	MUITO BAIXO
Doutor Ulysses	MUITO BAIXO
Lapa	MUITO BAIXO
Quitandinha	MUITO BAIXO
Tijucas do Sul	MUITO BAIXO
Tunas do Paraná	MUITO BAIXO

FONTE: Observatório das Metrópoles, 2005

Para melhor compreensão da realidade da RMC, o Quadro 9 mostra índices que caracterizam cada município. O grau de urbanização é um índice utilizado nos estudos demográficos de desenvolvimento e significa o cociente entre a população urbana e a população total, expresso em percentual. O IDH é elaborado com base nos indicadores de educação (alfabetização e taxa de frequência escolar), longevidade e renda da população, variando de zero a um: o zero representa nenhum desenvolvimento humano. Essas classes de índices não revelam, no entanto, a desigualdade da condição de desenvolvimento entre os municípios. Para melhor observar esse comportamento, as classes devem ser organizadas levando-se em conta alguns casos de subclasses: 0,000 a <0,300, desenvolvimento humano baixo inferior; $\geq 0,300$ a <0,500, baixo; $\geq 0,500$ a <0,650, médio; $\geq 0,650$ a <0,800, médio superior; e $\geq 0,800$, alto desenvolvimento (IPARDES, 2006).

Quadro 9 – Indicadores de urbanização dos municípios.

Município	População Geral	População Urbana	IDH	Nível de Urbanização
Adrianópolis	7.006	1.614	0,68	23,02
Agudos do Sul	7.217	1.463	0,71	20,30
Almirante Tamandaré	88.139	84.627	0,73	96,01
Araucária	94.137	85.996	0,80	91,36
Balsa Nova	10.155	3.185	0,78	31,38
Bocaiúva do Sul	9.047	3.562	0,72	39,36
Campina Grande do Sul	35.107	26.510	0,76	75,14
Campo Largo	92.713	77.133	0,77	83,23
Campo Magro	20.364	2.503	0,74	12,25
Cerro Azul	16.345	3.916	0,68	23,95
Colombo	183.353	174.971	0,76	95,44
Contenda	13.248	6.316	0,76	47,73
Curitiba	1.586.898	1.586.898	0,86	100,00
Doutor Ulysses	5.984	700	0,63	11,68
Fazenda Rio Grande	62.618	58.952	0,76	94,15
Itaperuçu	19.134	16.109	0,68	83,92
Lapa	41.777	24.037	0,75	57,53
Mandirituba	17.555	6.273	0,76	35,74
Pinhais	102.871	100.601	0,82	97,81
Piraquara	72.806	33.779	0,74	46,41
Quatro Barras	16.149	14.509	0,77	89,85
Quitandinha	15.267	3.046	0,72	19,94
Rio Branco do Sul	29.321	20.039	0,70	68,33
São José dos Pinhais	204.198	183.259	0,80	89,75
Tijucas do Sul	12.258	1.846	0,72	15,06
Tunas do Paraná	3.615	1.422	0,69	39,35

Fonte: IPARDES, 2006

4.1.3 A Gestão metropolitana

Diante das especificidades da RMC, sobretudo a heterogeneidade entre os municípios componentes e o modelo urbanístico da cidade-pólo, carece de reflexão a gestão metropolitana.

A RMC tem características bem peculiares, sobretudo por ter como pólo uma cidade reconhecida nacional e internacionalmente em razão de seu planejamento urbano “arrojado e eficiente” (FIRKOWSKI, 2002). Esse fato ganha importância por Curitiba ter-se transformado em modelo de sucesso de práticas de urbanismo que, no entanto, “se tornam inadequadas, quando a problemática urbana assume outra dimensão” (FIRKOWSKI, 2002, p. 2), a dimensão metropolitana.

Diante do contexto, Firkowski (2002), da Universidade Federal do Paraná – UFPR, aponta entre as principais tendências da urbanização paranaense: (a) o fortalecimento das aglomerações urbanas redundará no inevitável agravamento dos problemas decorrentes dessa nova realidade metropolitana, problemas que

demandam intervenções conjuntas para a solução, tal é o caso do lixo, do abastecimento de água, do transporte coletivo, entre tantos outros; (b) essa realidade exigirá novas formas de enfrentamento dos problemas de gestão, porque, à fragmentação político-administrativa existente no aglomerado, contrapõe-se a necessidade de soluções conjuntas, reivindicadas por diversos municípios; e (c) a RMC seguirá concentrando porções cada vez mais expressivas da população estadual, o que aponta preocupante perspectiva futura, cujos reflexos não se limitarão ao município de Curitiba, pois a maior parte dessa população não estará nele fixada, mas no aglomerado metropolitano (FIRKOWSKI, 2002).

“De um lado está Curitiba e a eficácia do modelo de planejamento urbano/municipal e de outro lado está o aglomerado metropolitano, constituindo uma outra escala a demandar intervenções. A não superação de tal descompasso poderá levar, em última análise, à falência do modelo bem sucedido, posto que as alterações na dimensão urbana não são acompanhadas por alterações nas práticas de planejamento e gestão (FIRKOWSKI, 2002)”.

Cabe ressaltar que o processo de planejamento urbano de Curitiba tem origem praticamente nos anos 1960 com o Plano Preliminar de Urbanismo, que se tornou Plano Diretor por meio da Lei 2828/66. Esse plano previa a transformação da expansão da cidade do sistema radial, existente até então, para o linear, a ser efetivado por meio da integração entre transporte, estrutura viária e uso do solo, descongestionando a área central e preservando o centro histórico. Havia também a previsão da criação de uma Cidade Industrial.

O referido plano não contemplava nenhum mecanismo de integração com os municípios vizinhos. Este fato foi ressaltado na Câmara Municipal no momento da votação da lei por um dos relatores, declarando seu voto e perguntando se não seria oportuno pensar nas vias de comunicação, nas regiões agrícolas, no abastecimento da capital, nas vilas operárias, na água e esgoto, na saúde, na segurança pública e todos os demais problemas que poderiam e deveriam ser tratados em comum pelo município da Capital e os adjacentes, sob a égide do Governo Estadual (SOUZA, 1999, p.122). O Plano foi aprovado e sua implantação se deu entre 1971 e 1983.

Para que um grupo de técnicos da Prefeitura Municipal acompanhasse todas as etapas de elaboração daquele Plano Preliminar de Urbanismo para Curitiba e viabilizasse sua implantação, foi criado o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, o IPPUC, em 1965, órgão que passou a ser o responsável por

todas as ações relacionadas ao planejamento urbano e que, atualmente, também tem fornecido parte dos quadros técnicos para a Prefeitura.

Diferentemente da situação de Curitiba, que já contava com órgãos e instrumentos adequados de planejamento urbano desde a década de 1960, a RMC somente passou a contar com uma organização com funções de planejamento no ano de 1974, quase uma década depois da criação do IPPUC. A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC - é uma entidade autárquica, do Governo do Estado do Paraná, criada com a atribuição de “integrar e organizar o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum” da população e dos municípios que compõem a RMC. Estas funções são as que extrapolam o âmbito da competência municipal e passam a ser de interesse comum a mais de um município. No próprio *site* da COMEC, têm sido reconhecidas como principais funções públicas de interesse comum, entre outras: o planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social, o controle do uso e da ocupação do solo, habitação, abastecimento de água, manejo de resíduos sólidos, transporte coletivo intermunicipal.

Desde a sua criação, a COMEC vem desenvolvendo planos e programas com o objetivo de consolidar a proposta de integrar a ação do setor público na Região Metropolitana de Curitiba. Já em 1978, a Coordenação apresentava o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI/78), que pela primeira vez, abordou de modo global os problemas dos diferentes municípios da RMC, com propostas de soluções que buscavam resultados positivos para todos os municípios.

O PDI/78 foi reavaliado no início da década de 80; a partir daí foi desenvolvido um elenco de projetos necessários à sua consolidação. Entretanto, ocorreu uma inversão do que havia sido planejado. Segundo Firkowski (2002), as principais causas dessa inversão foram a incompatibilidade do PDI com a realidade emergente, assim como a atuação de outros interesses, como o capital imobiliário e os capitais industriais.

Assim, devido às mudanças nessa realidade regional, o primeiro Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba passou por um processo de revisão. Essas mudanças foram significativas e constituíram o segundo Plano de Desenvolvimento Integrado – PDI/RMC (2001) – documento síntese para discussão. As modificações foram orientadas pela preocupação com a expansão da

malha urbana do município pólo sobre os limites administrativos dos municípios vizinhos, gerando uma urbanização periférica e horizontal. A idéia original da revisão era de que, de forma mais participativa, fossem propostas as diretrizes metropolitanas com o intuito de configurar a região como uma “Metrópole Competitiva, Sustentável e Solidária” (SZUCHMAN, 2006), buscando o equilíbrio entre o atendimento das necessidades primárias da população e a construção de um ambiente regional competitivo, priorizando a preservação do meio ambiente. Estas diretrizes visariam a dar subsídios aos planos diretores dos municípios da RMC, com base nos critérios de sustentabilidade ambiental, aliados às necessidades de expansão inerentes ao crescimento da população.

Ainda assim, tanto o PDI/78 quanto a revisão proposta em 2001 não se efetivaram, porque, como argumenta Alcidino Bittencourt Pereira, atual Diretor-Presidente da COMEC, em discurso de 20 de agosto de 2005, na Conferência Regional das Cidades da Região Metropolitana de Curitiba: “faltou entrosamento com as políticas setoriais do Estado e com as prefeituras municipais para que diretrizes gerais pudessem ser concretizadas”. Em vez de primeiro planejar para depois executar obras, esta ordem foi invertida, em detrimento dos interesses comuns da região.

Com o advento do Estatuto da Cidade - Lei Federal nº. 10.257/01- (BRASIL, 2001), todos os municípios da RMC foram enquadrados em um ou mais incisos do Artigo 41, tendo, portanto, obrigatoriedade na execução do Plano Diretor.

Em 16 de dezembro de 2004, a Lei nº 11.266 do município curitibano dispôs sobre a adequação do Plano Diretor de Curitiba ao Estatuto da Cidade, estabelecendo objetivos, diretrizes e formas de estruturação da política de desenvolvimento urbano da cidade de Curitiba e sua articulação com a Região Metropolitana.

Nesse mesmo sentido o Ministério das Cidades deu início a trabalhos de formulação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), a fim de nortear as ações dos poderes públicos e ser alicerce para a formulação de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. Entre os principais desafios para a implantação da PNDU no País, destaca-se a política urbana regional e metropolitana.

Verifica-se, em texto de abertura da 2ª Conferência das Cidades, assinado pelo Ministro de Estado das Cidades em 24 de agosto de 2005, que a preocupação com as metrópoles orienta objetivos essenciais da PNDU. Cabe destacar o objetivo de estabelecer diretrizes para programas e ações dirigidos a Regiões Metropolitanas, considerando: a) os indicadores de desigualdade sociourbanísticos intra-urbanos; b) a identificação de áreas vulneráveis intra-urbanas; c) a expressão metropolitana da região; d) a economia regional polarizada pela região; e) o nível de integração dos municípios periféricos ao município sede; f) a institucionalidade da gestão metropolitana; g) o grau de complementaridade e articulação entre os municípios que compõem uma RM; h) os instrumentos para articulação das políticas, projetos e ações nas áreas de habitação, saneamento ambiental, mobilidade, regularização fundiária e controle do uso e ocupação do solo; e i) os mecanismos para implementar os instrumentos de participação popular.

Atualmente, cada município da RMC convive com as expectativas de mudanças a serem experimentadas com o advento do Estatuto das Cidades.

Assim, nesse contexto ambiental sintetizado acima e caracterizado por especificidades históricas, geográficas, técnicas e institucionais, bem como da legislação vigente, puderam ser identificadas as organizações de interesse para o presente estudo.

4.2 ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO URBANÍSTICO

A Constituição Federal (1988), em seus artigos 25, 30, 182 e 183, e o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) deixam bem definidas as responsabilidades da União, Estados e Municípios na Política de desenvolvimento urbano.

“A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.” (Art 182 da CF, 1988).

Assim, o município deverá ser responsável pelo planejamento, financiamento, gestão, execução e fiscalização das ações do desenvolvimento urbano, com apoio e ação subsidiária dos Estados e da União. Cabe, portanto, às organizações governamentais dos municípios, estados e União, essa responsabilidade.

Nesse mesmo sentido, o Estatuto da Cidade define os instrumentos da Política Urbana em seu artigo 4º:

“Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos: I – planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social; II – planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões; III – planejamento municipal, em especial: a) plano diretor; b) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo; c) zoneamento ambiental; [...]”. (BRASIL, 2001, Art 4º)

Da consulta de documentos e instrumentos legais, verificou-se uma diversidade na estrutura do Executivo de cada município da RMC, sobretudo no que se refere aos setores com funções específicas de urbanismo. Algumas prefeituras são constituídas por secretarias de urbanismo, outras por secretarias de desenvolvimento urbano, outras dividem as funções inerentes ao urbanismo por mais de uma secretaria ou departamento ou até mesmo gerência (Fazenda Rio Grande). Assim, para o presente trabalho de pesquisa, as **prefeituras** foram definidas como as organizações responsáveis pelo planejamento urbanístico de cada município.

Já em nível estadual, a pesquisa nas legislações permitiu definir, inicialmente, as seguintes organizações de interesse para o estudo em pauta:

- 1) COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, já mencionada neste trabalho, foi criada pela Lei Estadual nº 6.517/1974 e formada por um Conselho Deliberativo, Conselho Consultivo e Secretaria Administrativa. Em dezembro de 1994, a Lei Estadual n.º 1027 reformulou este órgão metropolitano, alterando sua personalidade jurídica de Órgão de Regime Especial da Administração Direta para Autarquia situada no campo da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual. Em 1º de janeiro de 2003 o Decreto Estadual nº 22 atribuiu ao Senhor Secretário Especial para Assuntos da RMC a coordenação das ações relativas ao planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum no âmbito da RMC. A COMEC passou a ser vinculada diretamente ao Secretário Especial para Assuntos da RMC e a exercer o suporte técnico administrativo necessário ao desempenho de suas funções. No entanto nunca existiu, como personalidade jurídica, uma Secretaria Especial de Assuntos da Região Metropolitana de Curitiba, mas tão somente a figura do Sr. Edson Luiz Strapasson,

comissionado no cargo de Secretário Especial para estes fins, nomeado através do Decreto n.º 22/2003. Após a saída daquele secretário, a COMEC, através do Decreto n.º 6384 de 04 de abril de 2006, passou a vincular-se à Secretaria do Estado de Desenvolvimento Urbano (SEDU), como comprova a mensagem explicitada no Anexo 7 a esta dissertação.

- 2) SEDU - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – Tem como missão: definir as políticas, o planejamento, a execução, a coordenação e o controle das atividades ligadas ao desenvolvimento urbano e regional, incluindo as aglomerações urbanas do meio rural, além de integrar os municípios, a fim de ordenar o pleno desenvolvimento das cidades e garantir o bem-estar dos habitantes. Conta com a colaboração de um Serviço Social Autônomo – PARANACIDADE – que é, por força da Lei que o instituiu (Lei Estadual nº 11498, de 30 de julho de 1996), uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de interesse coletivo, vinculado, por cooperação, a essa Secretaria de Estado. A missão do PARANACIDADE é prestar assistência institucional e técnica aos municípios, desenvolver atividades dirigidas à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico e social, captar e aplicar recursos financeiros para o processo de desenvolvimento urbano e regional do Estado do Paraná. Para fins desta dissertação, apesar de a COMEC estar hoje vinculada à SEDU, as ligações realizadas pelas diversas organizações com esta Secretaria são aquelas diferentes das de interesse direto com a COMEC. Nesse sentido, a maioria das ligações dos municípios com a SEDU se refere ao PARANACIDADE.
- 3) ASSOMEC - Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Segundo dados de uma entrevista, para fins preparatórios desta pesquisa, com o atual presidente e também prefeito de Fazenda Rio Grande, essa associação tem como objetivos: ampliar e fortalecer as capacidades administrativas, econômicas e sociais dos municípios associados; promover o estabelecimento da cooperação entre os municípios e os prefeitos, visando à união e à troca de experiências; promover o intercâmbio de informações e reivindicações com a Associação dos Municípios do Paraná (AMP), órgão de expressão estadual do municipalismo paranaense; e atuar na promoção da

integração dos municípios e das suas entidades e organizações, visando ao desenvolvimento da RMC.

Por se tratar da Região Metropolitana de Curitiba e ser este município o pólo responsável por todo o desencadeamento do processo de metropolização, foram também definidas organizações constituintes da Prefeitura de Curitiba com atribuições específicas do planejamento urbano com interesses direto na RMC:

- 4) IPPUC - Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba – já mencionado no contexto ambiental da RMC, desde 1965 o órgão é o responsável por todas as ações relacionadas ao planejamento urbano e monitoramento da execução do Plano Diretor da cidade. A relação entre a COMEC e o IPPUC constava na Lei de criação do órgão de planejamento metropolitano, quando definia que, para contribuir com as responsabilidades da Secretaria Executiva dos Conselhos, fosse contratado aquele Instituto, para desenvolver as atividades de planejamento regional e de assessoramento dos Conselhos (METRÓPOLIS, 1999). No entanto, segundo Firkowski (2002), isso de fato não teria acontecido, “talvez porque as demandas de Curitiba fossem mais relevantes que as metropolitanas, não merecendo atenção maior por parte do IPPUC, envolvido que estava com o planejamento de Curitiba”.
- 5) SMAM – A Secretaria Municipal para Assuntos Metropolitanos foi criada em caráter permanente por força de lei municipal de 18 de abril de 2005. A SMAM existia em caráter extraordinário desde 1997 e, de acordo com a argumentação apresentada à Câmara Municipal pelo Prefeito Beto Richa (2005), após oito anos de existência, mesmo com a Secretaria Municipal Extraordinária de Assuntos Metropolitanos desempenhando satisfatoriamente o papel de principal articuladora das políticas públicas do Município de Curitiba com os demais municípios da RMC, segundo o Prefeito, a nova realidade já estaria bem diferente:

“eis que o crescimento, até certo ponto desordenado, dos demais municípios da RMC, está visivelmente interferindo na política urbana de nossa cidade, exigindo que tenhamos mecanismos mais eficientes para administrar esse fenômeno”(SPL, 2008).

A missão institucional da SMAM é implementar políticas públicas de desenvolvimento do Município de Curitiba, em conjunto com os demais

municípios da RMC, viabilizando ações de interesse comum, através do assessoramento e desenvolvimento de programas e projetos, promovendo a integração regional com as seguintes atribuições: I - coordenar as ações do Município de Curitiba junto aos demais municípios integrantes da Região Metropolitana, objetivando harmonizar os assuntos de interesse comum, a integração e o desenvolvimento regional; II - articular-se com as demais administrações municipais, entidades metropolitanas e com o Governo do Estado do Paraná, no processo de planejamento e gestão das funções públicas de interesse comum, por meio de instrumentos de cooperação, convênios e consórcios; III - apoiar os demais municípios da Região Metropolitana de Curitiba, através da transferência do conhecimento técnico em programas e projetos de desenvolvimento urbano.

- 6) URBS – Urbanização de Curitiba S.A. - uma empresa de economia mista que atua no planejamento, gerenciamento, operação e fiscalização dos serviços de transporte e trânsito e na administração e comercialização do uso de equipamentos urbanos e espaços públicos. Administra todo o transporte coletivo municipal e intermunicipal para a cidade de Curitiba e RMC. A RIT- Rede Integrada de Transportes – integra 12 municípios da Região Metropolitana: Almirante Tamandaré, Colombo, Pinhais, São José dos Pinhais, Araucária, Fazenda Rio Grande, Campo Magro, Campo Largo, Contenda, Rio Branco do Sul, Itaperuçu e Piraquara. A integração se dá por linhas convencionais, de ônibus metropolitanos, expressos e “Ligeirinhos”, transportando diariamente cerca de 500 mil pessoas que residem ou trabalham nas cidades vizinhas.

Durante a pesquisa documental, foi ressaltada a presença de uma organização, em São José dos Pinhais, com atribuições específicas de desenvolvimento urbano, nos moldes do IPPUC.

Após a aplicação e análise dos questionários, outras organizações de interesse foram identificadas pelos próprios respondentes. Nessa oportunidade, concluiu-se que o IDU tão somente integra a Prefeitura de São José dos Pinhais. Diferentemente do IPPUC, esse órgão não tem nem nunca teve atribuições inerentes à RMC e tão somente àquele município.

Entre as organizações identificadas após o tratamento dos dados adquiridos nos questionários, destacam-se empresas privadas prestadoras de serviço de urbanismo, sobretudo a elaboração do Plano Diretor e quatro outras organizações ligadas diretamente ao Estado do Paraná: a SEMA, a COHAPAR, a SANEPAR e a COPEL.

- 1) SEMA - A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos foi criada nos termos das Leis 10.066, de 27 de julho de 1992, e 11.352, de 13 de fevereiro de 1996 (PARANÁ, 1992 e 1996), constituindo-se como órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza substantiva, e com a finalidade de formular e executar as políticas de meio ambiente, de recursos hídricos, florestal, cartográfica, agrário-fundiária, de controle da erosão e de saneamento ambiental. O campo de atuação da Secretaria compreende várias atividades: estabelecer as diretrizes para ação governamental nas áreas de responsabilidade; promover, coordenar e executar a educação ambiental; promover a regularização fundiária e o reordenamento territorial, de forma a garantir a proteção dos recursos naturais e a manutenção da biodiversidade, contemplada sempre a função social da terra. A SEMA tem sob a sua subordinação o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com a responsabilidade de executar o cumprimento da Lei Complementar Estadual nº 59/91 e normas posteriores, mais conhecidas como Lei do ICMS Ecológico. A Lei trata do estabelecimento dos critérios para o rateio de parte dos recursos financeiros do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, ICMS, a que os municípios têm direito constitucionalmente. A Fiscalização Ambiental compreende o desenvolvimento de todas as ações de controle e de vigilância executadas pelo IAP, destinadas a impedir o estabelecimento ou a continuidade de atividades consideradas lesivas ao meio ambiente ou, ainda, aquelas que estejam sendo realizadas em desconformidade com o que foi autorizado pelo Órgão Oficial.
- 2) COHAPAR – A Companhia de Habitação do Paraná foi fundada em 14 de maio 1965 no governo de Algacir Guimarães, por meio da Lei estadual nº 5.113, sucedendo a caixa de habitação popular do Estado do Paraná. Desde sua fundação como uma sociedade de economia mista, a COHAPAR surgiu

com a finalidade de integrar o Paraná no sistema financeiro da habitação, operando com recursos do Banco Nacional da Habitação (BNH). Após a extinção do BNH, em 1986, a Caixa Econômica Federal tornou-se o principal parceiro financeiro da COHAPAR. Atualmente a companhia é presidida pelo ex-prefeito de Curitiba e membro concursado do IPPUC - Rafael Greca - e tem como metas a busca de soluções para ser resolvido o déficit habitacional do Estado, com prioridade para a população de baixa renda. Suas receitas servem para cobrir o custo operacional, e o lucro, para reinvestir no setor e manter atendimento às moradias já entregues.

- 3) SANEPAR - A Companhia de Saneamento do Paraná foi criada no dia 23 de janeiro de 1963 para cuidar das ações de saneamento básico em todo o Estado do Paraná. Ela é uma empresa estatal, de economia mista, cujo maior acionista é o governo do Estado, com 60% das ações. Destina-se, portanto, a exploração de serviços públicos e de sistemas privados de abastecimento de água, de coleta, remoção e destinação final de efluentes e resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos, de drenagem urbana, serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, outros serviços relativos à saúde da população, prestação de consultoria, assistência técnica e certificação nestas áreas de atuação e outros serviços de interesse para a SANEPAR e para o Estado do Paraná, dentro ou fora de seus limites territoriais, podendo, para atingir tais fins, participar, majoritariamente ou minoritariamente, de consórcios ou sociedades com empresas privadas.
- 4) COPEL - A Companhia Paranaense de Energia foi criada em 26 de outubro de 1954 e tem a missão de viabilizar o desenvolvimento social, econômico e tecnológico do Paraná com o provimento de energia elétrica. Os serviços da estatal cobrem praticamente todo o Paraná, atendendo a 3,29 milhões de clientes, praticamente 100% dos domicílios nas áreas urbanas. Para atender a seus consumidores, a COPEL construiu, opera e mantém uma estrutura que compreende um parque gerador de eletricidade próprio composto por 18 usinas, sendo 17 hidrelétricas, cuja potência instalada totaliza 4.550 MW e que responde pela produção de 7% de toda eletricidade consumida no Brasil. O sistema de iluminação pública em ruas, praças, avenidas, jardins, vias, estradas e outros logradouros de uso comum e livre acesso são, geralmente,

de propriedade do município; em alguns municípios, entretanto, a COPEL é a proprietária. A companhia celebra convênio com os municípios para a poda de árvores e também para o desenvolvimento de projetos de arborização pública, aumento e mudança da rede elétrica municipal.

Com base nos dados obtidos por meio da aplicação do questionário e dos estudos de dados secundários, foi possível identificar as organizações responsáveis pelo planejamento urbanístico na RMC, como se apresenta no Anexo 6 desta dissertação, da mesma forma que se mapeou uma estrutura preliminar das relações entre essas organizações.

Durante as entrevistas, buscou-se a validação dos dados adquiridos por meio do questionário. Os resultados trouxeram novas informações que possibilitaram a reorganização e complementação do mapeamento preliminar das relações entre organizações. As entrevistas foram também direcionadas para a identificação e descrição das práticas de desenvolvimento urbano na RMC, que constituem o cerne da próxima parte desta dissertação.

5. PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Nesta parte do trabalho, tem-se o propósito de apresentar os resultados das análises dos dados referentes ao objetivo específico de identificar as principais práticas de desenvolvimento urbano adotadas pelos municípios da RMC.

Procedeu-se a essa identificação de acordo com a metodologia já descrita, com interpretações de documentos e com análises do conteúdo (BARDIN, 2007) das entrevistas semi estruturadas aplicadas aos dirigentes de nível estratégico das organizações de interesse.

A análise de conteúdo adota como procedimento básico a definição de categorias pertinentes aos propósitos da pesquisa (TESCH, 1990; VERGARA, 2006). Assim, o referencial teórico e os dados secundários, originários dos documentos pesquisados, sobretudo o Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001), conduziram à definição preliminar de categorias, em que puderam ser agrupadas as práticas de interesse para o desenvolvimento urbano, no sentido de serem cumpridas as funções sociais da cidade e da propriedade urbana que asseguram o atendimento das necessidades urbanísticas dos cidadãos.

5.1 DEFINIÇÃO DE CATEGORIAS

As categorias, expostas no Quadro 10, definidas para o agrupamento das diversas práticas, orientaram a elaboração do roteiro de entrevista semi-estruturada - Anexo 3, bem como o desenrolar da própria entrevista. Em todos os encontros, os entrevistados foram levados a relatar ações e práticas no que tange ao funcionamento e gestão das prefeituras ou outros órgãos de planejamento urbanístico.

QUADRO 10 – CATEGORIAS DAS PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO

CATEGORIAS
a. ordenação do uso e ocupação do solo
b. moradia – habitação
c. segurança
d. meio ambiente ecologicamente equilibrado
e. saneamento – esgotamento sanitário e resíduos sólidos
f. mobilidade urbana – sistema viário – transporte público
g. cultura – patrimônio cultural
h. lazer e esporte

Fonte: Adaptado do Estatuto das Cidades

Para a identificação das práticas, o foco se deu no que realmente era desenvolvido na organização. Era solicitado aos entrevistados o resgate de situações práticas em que suas ações estivessem conectadas com o urbanismo e que se repetissem regularmente. As entrevistas ocorreram no mês de outubro, novembro e dezembro de 2007, na própria sede das organizações. O tempo de entrevista variou de 25 minutos a 3 horas e quinze minutos.

5.2 IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Foram realizadas ao todo 62 entrevistas com diferentes gestores de urbanismo na RMC. O critério para a escolha dos entrevistados foi o da ordem hierárquica de poder nas organizações, partindo da função de mais alto grau estratégico e, na impossibilidade deste, o próximo, até o executivo mais tecnicamente qualificado para fins urbanísticos. Além das entrevistas com os gestores das organizações componentes da amostra, foram entrevistados dois funcionários de empresa de Engenharia e Arquitetura, contratadas para elaboração de planos diretores. O perfil dos gestores entrevistados está apresentado no Quadro 11.

QUADRO 11 – PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Organização	Função atual	Tempo na função	Observação
Prefeitura de Adrianópolis	Cargo político	3 anos	Terceiro mandato
	Cargo político	12 anos	Responsável pelo PD
	Cargo político	3 anos	Responsável pelo PD
Prefeitura de Agudos do Sul	Cargo político	7 anos	Segundo mandato
Prefeitura de Almirante Tamandaré	Cargo político	8 anos	Responsável pelo PD
Prefeitura de Araucária	Cargo político	3 anos	
	Funcionário (a)	15 anos	Engenheiro (a) civil
	Cargo político	3 anos	
Prefeitura de Balsa Nova	Cargo político	3 anos	
	Funcionário (a)	15 anos	Engenheiro (a) civil
	Funcionário (a)	6 anos	Arquiteto (a)
Prefeitura de Bocaiúva do Sul	Cargo político	2 anos	Quarto cargo
	Cargo político	5 anos	
	Funcionário (a)	6 anos	Engenheiro (a) civil
Prefeitura de Campina Grande do Sul	Cargo político	3 anos	
	Funcionário (a)	15 anos	
	Funcionário (a)	7 anos	Engenheiro (a) civil

continuação do QUADRO 11 – PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Prefeitura de Campo Largo	Cargo político	3 anos	4 vezes vereador
Prefeitura de Campo Magro	Funcionário (a)	8 anos	Arquiteto (a)
Prefeitura de Cerro Azul	Funcionário (a)	3 anos	Funcionário (a) da prefeitura há 18 anos
	Cargo político	8 anos	
Prefeitura de Colombo	Funcionário (a)	8 anos	
Prefeitura de Contenda	Funcionário (a)	15 anos	Engenheiro (a) civil
	Funcionário (a)	2 anos	Engenheiro (a) civil
Prefeitura de Curitiba	Funcionário (a)	3 anos	Advogado (a)
	Funcionário (a)	15 anos	Funcionário (a) da prefeitura há 25 anos
Prefeitura de Doutor Ulysses	Cargo político	3 anos	
Prefeitura de Fazenda Rio Grande	Cargo político	7 anos	Segundo mandato- Engenheiro civil – presidente da ASSOMECC
	Cargo político	2 anos	
Prefeitura de Itaperuçu	Funcionário (a)	12 anos	
	Cargo político	3 anos	
	Cargo político	2 anos	Administrador (a)
Prefeitura de Lapa	Cargo político	3 anos	
	Funcionário (a)	15 anos	
	Cargo político	3 anos	
Prefeitura de Mandirituba	Cargo político	3 anos	Terceiro mandato
	Funcionário (a)	3 anos	Funcionário (a) da prefeitura há 8 anos
Prefeitura de Pinhais	Funcionário (a)	3 anos	Funcionário (a) da prefeitura há 8 anos
	Funcionário (a)	15 anos	
	Funcionário (a)	18 anos	
Prefeitura de Piraquara	Funcionário (a)	3 anos	Funcionário (a) da prefeitura há 18 anos
Prefeitura de Quatro Barras	Funcionário (a)	8 anos	Engenheiro (a) civil
Prefeitura de Quitandinha	Funcionário (a)	7 anos	
	Funcionário (a)	7 anos	
Prefeitura de Rio Branco do Sul	Cargo político - afastado	2 anos	
	Cargo político	1 ano	
Prefeitura de São José dos Pinhais	Cargo político	3 anos	Engenheiro (a) civil
Prefeitura de Tijucas do Sul	Cargo político	3 anos	
Prefeitura de Tunas do Paraná	Funcionário (a)	12 anos	
	Funcionário (a)	4 anos	Responsável pelo PD
SEDU - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano	Funcionário (a)	6 anos	
SEMA	Funcionário (a)	4 anos	Engenheiro (a) ambiental
COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba	Funcionário (a)	8 anos	Arquiteto (a)

continuação do QUADRO 11 – PERFIL DOS ENTREVISTADOS

COHAPAR	Funcionário (a)	12 anos	
SANEPAR	Funcionário (a)	8 anos	
COPEL	Cargo político	4 anos	
ASSOMECC - Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba.	Presidente	2 anos	Também tem cargo político.
	Cargo político	2 anos	
IPPUC - Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba	Presidente	6 meses	funcionário (a) da prefeitura há 25 anos
	Cargo político	6 meses	presidente duas vezes do IPPUC, 35 anos de atuação no campo
SMAM (Curitiba-PR) - Secretaria Municipal para Assuntos Metropolitanos	Funcionário (a)	3 anos	funcionário (a) da prefeitura há 25 anos
URBS – Urbanização de Curitiba S.A.	Funcionário (a)	8 anos	

Fonte: Dados primários e secundários

Desses entrevistados, 12 eram prefeitos, 31 secretários (ou cargo semelhante) das diversas prefeituras e o restante, funcionários de nível estratégico das diversas organizações.

Após a conclusão das entrevistas, foram realizadas análises do conteúdo (BARDIN, 2007), que, aliadas às interpretações de documentos, permitiram a identificação de algumas práticas de desenvolvimento urbano.

5.3 IDENTIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Para a identificação das práticas organizacionais de desenvolvimento urbano, foi analisado o conteúdo das entrevistas, conforme apresentado anteriormente. A análise foi amparada por procedimentos de cunho quantitativo e qualitativo (BARDIN, 2007). Os procedimentos quantitativos privilegiaram as ocorrências de termos e frases expostas pelos entrevistados que evidenciavam práticas adotadas pela organização. Os dados foram tratados por meio da análise de frequências. Os procedimentos qualitativos enfatizaram o que se mostrava significativo, relevante para a identificação de práticas urbanísticas.

É válido lembrar que há diferença entre o que foi considerado como práticas e o que foi considerado somente como ações em uma primeira análise. Para fins deste trabalho, foi adotado o conceito de práticas desenvolvido por Giddens (1978) e adaptado ao desenvolvimento urbano, onde elas passam a ser ações regularizadas

e recorrentes de atores sociais que continuamente constroem e reconstróem um sistema social urbano espaciotemporalmente delimitado. Assim, fica evidente isto: se uma ação é realizada isoladamente no tempo e no espaço ela não poderá ser considerada uma prática. No entanto, se esta ação foi utilizada regularmente por uma organização de planejamento urbanístico ou foi utilizada por mais de uma organização, ela foi identificada como uma prática a ser utilizada no exame proposto pelo objetivo geral deste estudo, ou seja, a verificação empírica da influência das relações entre os órgãos responsáveis pelo planejamento urbanístico dos municípios da RMC nas práticas de desenvolvimento urbano adotadas.

As perguntas feitas durante a pesquisa, assim como a orientação imprimida às conversas nas entrevistas, sempre procuraram resgatar as práticas realmente realizadas pelos gestores. Para tanto, as entrevistas foram focadas em exemplos de condutas repetitivamente reproduzidas na organização. Os fragmentos de entrevista apresentados e analisados a seguir ilustram a identificação das práticas nas categorias já definidas.

(1) “O que a gente tem de fazer, e faz toda vida que alguém solicita o loteamento de um terreno, é analisar o projeto e mandar para a COMEC, pois sem a aprovação dela nós vamos ter complicações. [...] é arriscado nem conseguir apoio financeiro e técnico do Estado para depois passar água e esgoto naquele loteamento”.

A partir dos dados coletados do fragmento (1), foi possível evidenciar distintas práticas desenvolvidas em uma organização: exigência e aprovação de projetos de loteamento; e a busca de apoio financeiro de níveis governamentais superiores para a elaboração de obras de saneamento.

A exigência e aprovação de projetos de loteamento têm como base a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano. A Lei define requisitos urbanísticos para loteamento e, de interesse particular para este trabalho de pesquisa, determina que: para loteamentos ou desmembramentos localizados em área de município integrante de região metropolitana, o exame e a anuência prévia à aprovação do projeto caberão à autoridade metropolitana (BRASIL, 1979). No caso da RMC, essa autoridade é a COMEC.

Após o tratamento de dados de todas as entrevistas, essa prática foi descrita de maneira mais ampla: “exigência e aprovação de projetos para a ordenação do uso e ocupação do solo”. Verificou-se também que, em alguns municípios, esta lei é

desconsiderada no que se refere principalmente à solicitação de aprovação pela COMEC, pois reclamam da demora no processo.

Com respeito ainda ao uso do solo, alguns loteamentos têm seus lotes vendidos à população, muitas vezes desinformada, antes da aprovação e registro deste. Tal conduta, além de constituir crime, de acordo com o Artigo 50 da Lei Federal nº 6766/79, desencadeia problemas sérios referentes ao controle da ocupação do solo da RMC, e principalmente aos consumidores, que passam a adquirir imóveis sem documentação comprovante, portanto irregulares perante o Estado e o Município. Os problemas abrangem interesses particulares, mas também preocupações da população do município e de toda região, como é o caso de loteamentos em áreas restringidas pelas leis ambientais: mananciais e áreas de proteção ambiental.

Nesse sentido, alguns prefeitos buscam realizar projetos com apoio de órgãos do Estado para regularizarem essa forma de utilizar o solo. Essa prática foi evidenciada por nove municípios.

A busca de apoio financeiro de níveis governamentais superiores para a realização de obras de saneamento mostrou-se também recorrente em várias entrevistas, sobretudo naqueles municípios mais pobres. No entanto essa busca de financiamento não ocorre somente para a área de saneamento. A prática foi descrita de maneira genérica e reunida em nova categoria: a gestão da organização. Nesta categoria foram agrupadas aquelas práticas que se aplicam a mais de uma das nove categorias definidas inicialmente.

O fragmento (2), abaixo, permite inferir sobre uma prática que se apóia na Lei Federal nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999, que altera decretos e leis já existentes no que se refere ao processo de desapropriação de imóveis e às finalidades que justificam essa prática, como: a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização; o parcelamento do solo, com ou sem edificação, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a construção ou ampliação de distritos industriais.

(2) “[...] às vezes é necessário decretar uma área de imóvel particular, de interesse público para fins de desapropriação, principalmente para a duplicação ou construção de uma nova rua ou avenida que [...]”

Verificou-se também, em uma entrevista que, por vezes, essa prática é utilizada para implantação de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda. Esta finalidade também encontra respaldo na lei. Assim, a prática ficou descrita como: decretar área de imóvel particular, de interesse público para fins de desapropriação.

O fragmento (3) abaixo deixa claro, nas respostas de um secretário de urbanismo, que se faz uso da Internet para a busca de soluções urbanísticas que deram certo em outros municípios. Assim descreveu-se a prática de “consultar a Internet para busca de soluções de sucesso”, quando se tem determinada necessidade.

(3) “[...], por exemplo: quando estamos planejando e orçando alguma obra e eu fico sabendo que tem uma tabela boa de preços na tabela de orçamento e recursos de um determinado município, como aconteceu recentemente com [nome de município da RMC], eu vou na Internet, consulto e procuro aproveitar a informação, mas não precisa ser da RMC, pode ser qualquer município do Brasil. Quer dizer: não há mais tanta necessidade de ficar fazendo contato com outros municípios para saber o que eles fazem por lá”

Segundo comentários de vários gestores durante as entrevistas e comprovação na página eletrônica da COHAPAR, para a construção de moradias no município, a prefeitura doa à COHAPAR a área necessária para a construção do empreendimento, previamente vistoriada e aprovada pela COHAPAR e pelo agente financeiro. O fragmento (4) exemplifica:

(4) “[...] somente neste ano (2007), nós já doamos duas grandes áreas para a COHAPAR construir casas populares.”

A prefeitura deve também providenciar a aprovação dos projetos e executar os serviços de infra-estrutura: abertura de ruas, ensaibramento e/ou cascalhamento, demarcação dos lotes, rede de água e energia elétrica, iluminação pública, rede de esgoto e de drenagem.

Outras contrapartidas municipais são: a concessão de isenção de taxas e impostos municipais, incluindo Alvará e Habite-se; orientar e auxiliar os beneficiários na providência dos documentos pessoais necessários para a formalização dos contratos e destinar um técnico social, em conjunto com a COHAPAR, para dar atendimento à população envolvida. A prefeitura deve também desenvolver atividades comunitárias junto aos futuros moradores, auxiliar na inserção das

famílias no mercado de trabalho e garantir a segurança dos materiais e do empreendimento no período de obra.

Assim, podem-se descrever pelo menos quatro práticas constatadas: a doação de terrenos para a construção de casas populares; a concessão de isenção de taxas e impostos municipais para moradores de baixo poder aquisitivo; o apoio técnico da COHAPAR para a gestão da construção de unidades habitacionais; e a garantia da segurança dos materiais e do empreendimento no período de obra.

Ressalte-se a importância dessas práticas advindas da parceria com a COHAPAR para o urbanismo, visto que, além da construção de unidades habitacionais conforme as normas e a legislação, essas atividades são também instrumentos reguladores das disputas relativas à invasão de propriedades públicas e privadas – a favelização (CEPAM, 1999).

O contato físico entre os municípios obriga uma interação dos órgãos responsáveis, sobretudo no que se refere à mobilidade. Embora a rede viária de estradas muitas vezes não influencie diretamente o urbanismo, ela contribui sobremaneira para o desenvolvimento urbano da sede do município.

(5) “Veja só, com os municípios vizinhos, principalmente com [nome de município da RMC], o nosso contato é somente para a manutenção de estradas, pois estas são atividades que interessam aos moradores, tanto de lá como de cá. Às vezes é necessário até fazer obras do lado de lá, pois eles, muitas vezes, não têm como pagar. E o nosso trabalhador precisa, pois muitos moram lá e trabalham aqui.”

Ressalte-se que, nos municípios com alto nível de integração à dinâmica da aglomeração, essa influência é intensa, pois as estradas passam a fazer parte da rede viária urbana. Dessa forma, descreveu-se para o presente estudo a prática de: colaboração intermunicipal para a manutenção de estradas.

O fragmento (6) abaixo demonstra a preocupação de um secretário de urbanismo com a segurança do patrimônio municipal.

(6) “Além da Guarda Municipal, todos os nossos prédios públicos, escolas e posto de saúde são monitorados por câmeras de vídeo.”

A Constituição Federal deixa claro em seu Art. 14: "Os Municípios poderão constituir guardas municipais, destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei" (BRASIL, 1988). A Constituição do Estado do Paraná, em seu Art. 17, define como competência dos municípios “promover a segurança local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”; e

“instituir guardas municipais incumbidas da proteção de seus bens, serviços e instituições, na forma da lei” (PARANÁ, 2006).

Durante as entrevistas foi observado que a preocupação com essa atividade de segurança não é unânime entre os municípios. No entanto, evidenciou-se em algumas organizações a prática assim descrita: “instituição de guardas municipais para proteção de bens, serviços e instituições”.

Outra prática fica evidenciada no fragmento (7) e pode ser descrita assim: “criação e manutenção de parques de interesse urbanístico”, pois medidas públicas podem ser tomadas no sentido de criar reservas de verde, em **parques e bosques** que unem as funções de preservação ambiental, saneamento e lazer cultural.

(7) “[...] e com a recuperação ambiental do Rio Ressaca, nós vamos construir parques para o lazer da população, como aqueles de Curitiba.”

Alguns parques podem impedir a ocupação indevida de áreas, sujeitas a enchentes, e para livrar os rios e córregos da degradação, como a transformação em depósitos de lixo. Os lagos de alguns parques servem para conter enchentes, porque funcionam como reguladores da vazão das águas (IPPUC, 1985). Assim, algumas prefeituras buscam esse tipo de prática.

O fragmento (7) também evidencia uma recuperação do fluxo de águas de um rio. Isso acontece por meio da drenagem e dragagem de seu leito; replantio de suas margens; e desocupação de loteamentos clandestinos (CEPAM, 1999). Assim, verifica-se a prática descrita como uma “recuperação ambiental de um curso d’água”.

Outra preocupação do gestor de urbanismo, verificada no fragmento (8), é manter o cidadão informado, para não perder tempo nem outro recurso com projetos que talvez não se concretizem devido a restrições na ocupação do solo.

(8) “quando uma pessoa está interessada em construir ou utilizar um determinado imóvel, pode consultar nosso banco de dados e os mapas, para saber se existe alguma restrição [...] então, nem faz o projeto.”

Dessa forma, a prefeitura deixa à disposição documentos esclarecedores do uso do solo aos cidadãos. Durante o trabalho de campo desta pesquisa, observou-se uma seção de uma organização com estes fins específicos.

Apesar das exigências na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que trata da aprovação de projetos de loteamento, já comentada neste trabalho,

muitos loteamentos existem sem a devida aprovação, às vezes por serem muito antigos e, na maioria das vezes, por descaso governamental ou por entraves burocráticos. O exemplo abaixo deixa isto evidente.

(9) “[...] tanto é que a cidade está cheia de loteamentos clandestinos, mas nós estamos regularizando muitos deles. É difícil, pois já existe uma cultura de lotear terreno por conta própria.”

Com o advento do Estatuto da Cidade e a exigência da elaboração do Plano Diretor, alguns municípios passaram a se preocupar com esse tipo de irregularidade. Assim, para a regularização são modificadas normas para loteamento, incentivados os que são fechados ou os condomínios e oferecidas vantagens para aqueles proprietários que procurarem regularizar suas propriedades. O fragmento (9), portanto, sugere a descrição da prática de “regularização fundiária”.

Já o zoneamento é um tipo de legislação específica, através da qual as cidades são divididas em zonas e para cada uma são estabelecidas restrições à construção e a usos. Normalmente é usado um coeficiente de aproveitamento para expressar a proporcionalidade entre a área construída e a área do terreno, com a finalidade de controlar a densidade de edificação (AMBROSIS, 1999). A respeito dessa lei de autonomia municipal existem muitas discussões.

(10) “muitas pessoas comentam que o zoneamento é injusto, mas é a melhor forma de organizar o uso do solo. Não vejo outra maneira. Tem muita gente que não cumpre a lei, os índices, mas, de um modo geral, tem dado certo [...]”

O fragmento (10) acima comprova questionamentos e reclamações que se referem aos inconvenientes desse instrumento, pois a fixação de diferentes coeficientes em diferentes zonas leva a uma valorização diferenciada dos terrenos. O zoneamento é, portanto, uma prática advinda de atos do poder público no município.

A elaboração do Plano Diretor tem sido palco das discussões municipais, sobretudo após a instituição do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001). A Constituição Federal de 1988 já se referia a esse tipo de planejamento:

“Art. 182 - A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.”

“§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.” (BRASIL, 1988).

Entretanto o empenho para aplicar a lei somente surgiu após as imposições definidas pelo Ministério das Cidades com a Lei federal 10.257 (BRASIL, 2001), reforçada pela Lei 15.229 de 25 de julho de 2006 no Governo do Paraná.

(11) “o nosso Plano Diretor ainda não está pronto. Nós tivemos problemas com a empresa que foi contratada para trabalhar com ele”.

O fragmento (11) da transcrição de uma entrevista deixa clara a preocupação dos gestores com a elaboração e atualização do Plano Diretor do município. Esta é uma prática presente em todos os municípios da RMC, com suas diferentes fases de elaboração e ações peculiares.

Para tentar diminuir a “enorme confusão” que hoje reina em torno do conceito de Plano Diretor, Villaça (2004) tenta defini-lo ao reunir as características mais tradicionais. Para aquele arquiteto, trata-se de um plano que parte de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região; apresenta um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infra-estrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazo, e aprovadas por lei municipal.

A instituição da definição de áreas destinadas à habitação de interesse social foi encontrada em vários planos diretores da RMC. Entretanto a efetivação dessa prática não foi observada nem comentada por muitos gestores entrevistados.

(12) “para favorecer as famílias mais carentes, nós marcamos duas grandes áreas somente para o uso delas. Agora estamos efetivando projetos para conseguir financiamento da Caixa ou do Governo do Paraná para a construção de conjuntos habitacionais.”

O Estatuto da Cidade apresenta, como instrumento da política urbana, a instituição de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), com a finalidade de beneficiar parcela da população mais carente na disputa pelo espaço urbanizado. As ZEIS buscam resolver os problemas da enorme parcela da população que é forçada a viver à margem da lei urbanística (VILLAÇA, 2004). O fragmento (12) de uma entrevista com um secretário de administração municipal evidencia a prática da efetiva utilização desse instrumento.

O fragmento (13) abaixo demonstra uma manifestação dos gestores de urbanismo com a implantação de equipamentos públicos para a prática de esportes e o lazer da população.

(13) “[...] fazer com que os jovens, principalmente os mais carentes, tenham atividades para ocupar o tempo e não caiam nas drogas ou na marginalidade nos levou a implantar praças públicas, construídas em locais abandonados”.

Esta é uma prática que vai diretamente ao encontro das diretrizes do Ministério das Cidades de serem cumpridas as funções sociais da cidade e da propriedade urbana que asseguram o atendimento das necessidades urbanísticas dos cidadãos. Notou-se também, durante as entrevistas e as observações nas sedes dos municípios, que ações nesse sentido têm sido adotadas recorrentemente. Assim, descreveu-se como prática de interesse para este estudo a implantação de equipamentos públicos para lazer e esporte.

No fragmento (14) abaixo, fica patente a intenção de cuidado com o patrimônio cultural.

(14) “[...] fui pessoalmente fazer uma visita à Guarda Municipal de [nome de município da RMC], para ver como eles lidam com a segurança do patrimônio histórico.”

Mais uma vez atestada a prática da instituição de guardas municipais, esse cuidado compreende o esforço de preservação de edificações ou de espaços ou de visuais de especial valor para a população humana de uma localidade, em face da eventual desfiguração daquele patrimônio por interesses imobiliários (MOREIRA, 1999). São exemplos da preservação do patrimônio, encontrados na RMC, o tombamento de edifícios ou monumentos e o tombamento de áreas não-edificadas, além do registro e controle desse patrimônio. Dessa forma, “a proteção do patrimônio histórico-cultural” foi eleita como uma das práticas importantes para este trabalho de pesquisa.

A nomeação de ruas é uma prática essencial, mas que, muitas vezes, não é efetivada nos perímetros urbanos, dificultando aos moradores a documentação, a instalação de telefone e até de luz elétrica.

(15) “Algumas ruas ainda não foram nomeadas, a comunidade solicita a nomeação delas com placas indicativas, mas isso é algo oneroso.”

Alguns municípios mantêm um órgão responsável pela guarda permanente, conservação, organização e disponibilização dos documentos produzidos pela administração pública municipal considerados de valor histórico. Entre esses

documentos estão os cadastros dos logradouros públicos da cidade. Na RMC, os nomes refletem muitas vezes a história da cidade ou região. Essa prática tem uma dimensão simbólica de interesse para o estudo em pauta. Assim, ela ficou descrita como “nomação de ruas no perímetro urbano”, constituindo a categoria de cultura e patrimônio cultural.

No que se refere ao cuidado com saneamento básico, a gestão dos resíduos gerados nos municípios tem-se tornado assunto dos mais estudados por urbanistas.

Uma gestão adequada poderá reduzir custos operacionais, evitando o desperdício de recursos, como energia e água, além de poder tornar-se uma importante ferramenta do *marketing* institucional dos municípios, para atrair novos investimentos e o turismo (BARCIOTTE, 1999). Atualmente existem empresas especializadas nesse tipo de atividade, até mesmo com reciclagem.

(16) “[...] com a terceirização da coleta do lixo, o serviço ganhará mais agilidade e atenderá a população com mais qualidade. Antigamente tínhamos algumas dificuldades no serviço, quando o serviço de coleta passava apenas uma vez por semana em alguns bairros. Agora, com a terceirização, não haverá diferenciação. O caminhão passará duas vezes por semana em toda área urbana do município.”

O fragmento de entrevista (16) comprova a utilização de empresas terceirizadas para a coleta de lixo em municípios da RMC. Essa prática envolve a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino de lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza.

Segundo o geólogo e coordenador de estudos de áreas apropriadas para os aterros sanitários no estado do Paraná, Sérgio Maurus Ribas, o aterro é considerado hoje o único método seguro, do ponto de vista técnico, de disposição final de lixo (AEN, 2008). O que normalmente ocorre são falhas na concepção e nos projetos dos aterros sanitários, e também falhas na operação deles, que resultam em problemas ambientais.

(17) “definitivamente vamos resolver o problema do lixo em [nome de cidade da RMC]. Estamos solucionando um grave problema da cidade, o do lixão. Todo lixo coletado está sendo encaminhado para o Aterro Sanitário da Cachimba, em Curitiba. Já nos próximos dias estaremos desativando o lixão do [...]”

Em vários municípios da RMC, observou-se uma preocupação com a destinação correta do lixo, principalmente em aterros controlados.

Atualmente o Aterro Sanitário da Cachimba recebe resíduos de 15 municípios da RMC. O consórcio da RMC reúne: Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova,

Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Contenda, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Pinhais, Quatro Barras, Quitandinha e São José dos Pinhais - e é composto ainda por dois conselhos e duas câmaras técnicas, segundo dados da Agência Estadual de Notícias em 27 de fevereiro de 2008.

Representantes entrevistados de sete municípios ressaltaram a importância do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano. Este é um imposto municipal recolhido anualmente (normalmente parcelado em algumas prestações mensais) pelos proprietários de edificações (casas, apartamentos etc.) e terrenos urbanos. Sua alíquota e sua metodologia de cálculo variam de um município para outro. No entanto, vários municípios da RMC, sete deles foram identificados, passam por problemas de falta de pagamento do imposto. Trata-se de uma arrecadação que muito ajuda na manutenção da qualidade urbana das cidades, sem ela o município fica dependendo de repasses de outros níveis governamentais.

(18) “[...] aqui ninguém paga IPTU, virou moeda de vereador. O povo diz que não tem dinheiro; pede; o vereador diz que não precisa pagar e depois vem regularizar a situação do cidadão na prefeitura. Isso já é um problema cultural que se vê em todo o Vale da Ribeira. Então a prefeitura dá um jeitinho e depois fica dependendo de dinheiro do Estado para fazer alguma obra ou projeto.”

O fragmento (18) acima comprova a concessão de isenção de taxas e impostos municipais para moradores de baixo poder aquisitivo. Esta prática foi também evidenciada pela falta de estrutura administrativa para fiscalizar o pagamento. Ficou também patente em um município, que não existe nenhum controle das edificações e terrenos urbanos, impossibilitando a cobrança do imposto.

Quanto ao transporte coletivo, é patente, em vários documentos utilizados para coleta de dados secundários, que o Sistema de Transporte de Curitiba é **singular**. A URBS é a única concessionária do transporte coletivo. Isto explica a possibilidade de manter algumas padronizações que facilitam sobremodo a vida do cidadão, como cores diferentes para linhas diferentes. Outro aspecto interessante são os terminais, em número de vinte e um Terminais de Integração Urbanos (TIU) e quatro Terminais de Integração Metropolitana (TIM).

Implantado nos anos 70 com a preocupação de privilegiar o transporte de massa, o sistema é reconhecido por aliar baixo custo operacional e serviço de qualidade. Cerca de 1.900.000 passageiros são transportados diariamente, segundo dados secundários coletados em documentos da URBS. Um grande diferencial do

transporte curitibano é dispor de tarifa integrada, permitindo deslocamentos para toda a cidade, pagando apenas uma passagem. Atualmente, a Rede Integrada de Transporte (RIT) opera com 1.877 ônibus, realizando cerca de 14 mil viagens por dia, num total de 316 mil km a cada 24 horas. Hoje, o sistema está integrado com 12 municípios da Região, já citados na parte 4 deste trabalho.

Assim, por envolver vários municípios e ter sido citada em várias entrevistas, a prática do transporte coletivo integrado foi reputada como de interesse para a pesquisa.

A existência do IPPUC em Curitiba e do IDU em São José dos Pinhais sugere práticas que não têm sido recorrentes na RMC, mas têm atraído a atenção dos diversos gestores. A “criação e manutenção de órgão integrador das ações de outros órgãos responsáveis pela organização urbanística do município” constituem-se em práticas que têm conduzido os respectivos planejamentos urbanos sem os problemas administrativos de interrupção das soluções por troca dos diversos gestores. Nesse mesmo sentido, estas práticas permitem a manutenção de uma equipe de funcionários técnicos permanentes, conhecedores dos problemas municipais e mais capazes de oferecerem resultados positivos.

O Quadro 12, na próxima página, resume, nas respectivas categorias, as práticas organizacionais de desenvolvimento urbano, descritas a partir da análise de conteúdo das entrevistas com 62 gestores das organizações constituintes da amostra definida para a rede da RMC.

Ao considerar que a unidade de análise da presente pesquisa é representada por cada ator organizacional da rede, conforme a metodologia aplicada, a frequência apresentada no quadro corresponde à quantidade de organizações que representam a importância da referida prática, e não ao número de pessoas respondentes. Ressalta-se, mais uma vez, que a entrevista realizada com mais de uma pessoa na organização tão somente teve o objetivo de complementaridade de dados, para melhor definir o posicionamento da organização como um todo.

QUADRO 12 – PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO

CATEGORIAS	PRÁTICAS	FREQUÊNCIA
Ordenação do uso e ocupação do solo	Disposição de documentos esclarecedores do uso do solo aos cidadãos.	6
	Zoneamento	13
	Exigência e aprovação de projetos para a ordenação do uso e ocupação do solo.	23
	Decretar área de imóvel particular, de interesse público para fins de desapropriação.	5
Moradia – habitação	Doação de terrenos para a construção de casas populares	12
	Definição de zonas destinadas à habitação de interesse social (ZEIS).	4
	Concessão de isenção de taxas e impostos municipais para moradores de baixo poder aquisitivo.	7
Segurança	Instituição de guardas municipais para proteção de bens, serviços e instituições.	12
Meio ambiente ecologicamente equilibrado	Recuperação ambiental de um curso d'água urbano.	5
	A regularização fundiária	9
	A criação e manutenção de parques de interesse urbanístico ou ambiental.	5
Saneamento – esgotamento sanitário resíduos sólidos	Utilização de aterros sanitários em consórcio com outros municípios.	15
	Terceirização da coleta de lixo.	4
Mobilidade urbana – sistema viário – transporte público	Manutenção de estradas e rodovias	12
	Integração de transporte coletivo	12
Cultura e Patrimônio Cultural	Proteção do patrimônio histórico-cultural.	8
	Implantação e manutenção de equipamentos públicos próprios para atividades culturais.	8
	Nominação de ruas no Perímetro Urbano	3
Lazer e esporte	Implantação de equipamentos públicos para lazer e esporte.	21
Gestão da organização	Elaboração e atualização do Plano Diretor	26
	Busca de apoio financeiro de níveis governamentais superiores para a realização de projetos.	21
	Consultar a Internet para busca de soluções urbanísticas de sucesso.	12
	Apoio da COHAPAR para a gestão da construção de unidades habitacionais.	7
	Criação e manutenção de órgão integrador das ações de outros órgãos responsáveis pela organização urbanística do município.	2

O tratamento de dados secundários mostrou muitas outras práticas realizadas pelos diversos municípios; no entanto essas anteriormente descritas foram as lembradas pelos gestores e reputadas, portanto, como as mais importantes para os interesses do presente estudo.

Diante da identificação e descrição das práticas de desenvolvimento urbano e de posse de dados validados para o mapeamento de redes de relacionamentos mais precisas, podem-se apresentar as etapas conclusivas de análise, que permitiram alcançar o objetivo central proposto para esta dissertação de mestrado. Este é o objetivo da parte 6 da dissertação.

6. INFLUÊNCIAS DA ESTRUTURA DE RELACIONAMENTO NAS PRÁTICAS

Esta parte do trabalho apresenta as etapas conclusivas da análise de dados, que permitiram complementar as respostas necessárias ao atendimento dos seguintes objetivos de pesquisa: (3) identificar a estrutura das relações entre as organizações integrantes da rede (órgãos responsáveis pelo planejamento urbanístico na RMC); e (5) verificar as influências dessa estrutura de relacionamento nas práticas de desenvolvimento urbano adotadas pelos municípios da RMC. Assim, pôde-se alcançar o objetivo central proposto para esta dissertação de mestrado.

A estrutura das relações apresentada adiante é produto do mapeamento realizado com os dados coletados por meio dos questionários e entrevistas, que permitiram a elaboração de matrizes, as quais foram analisadas com o *software* UCINET 6.0 (BORGATTI, EVERETT & FREEMAN, 2002).

O exame das influências das relações nas práticas de desenvolvimento urbano apoiou-se em inferências, resultantes da confrontação das propriedades estruturais das redes analisadas com o conteúdo das entrevistas efetivadas diretamente pelo pesquisador com os gestores de urbanismo na RMC. A avaliação se desenvolveu com o constante estabelecimento de pontes analíticas com o quadro teórico de referência, sobretudo da Teoria Institucional com a perspectiva estruturacionista.

6.1 IDENTIFICAÇÃO DA ESTRUTURA DAS RELAÇÕES NA RMC

A análise das propriedades estruturais de uma rede permite a compreensão de padrões regulares e processos sociais em meio a um conjunto de atores (nós) (WASSERMANN E FAUST, 1999). Considerando o objetivo de um mapeamento da configuração da rede de organizações responsáveis pelo planejamento urbano da RMC, os dados relacionais, coletados via questionário e entrevistas, foram acondicionados em matrizes no banco de dados do programa Ucinet 6, pois, de acordo com Hanneman (2001) e Scott (2000), a utilização de matrizes matemáticas possibilita o tratamento por computadores e programas na aplicação de técnicas

gráficas para representar, compacta e sistematicamente, descrições a respeito de um conjunto de relações.

Assim, serão apresentadas inicialmente as variáveis levantadas diretamente por meio dos dados coletados, para em seguida serem apresentadas outras variáveis provenientes das análises.

6.1.1 Tamanho e relação entre as organizações

É importante salientar que o tamanho da rede em estudo não inclui todos os atores sociais que estariam conectados à rede da RMC, o que impossibilitaria a análise, dada a amplitude do segmento. No entanto pode-se afirmar que as organizações listadas são suficientes para os interesses deste estudo, já que incluem não somente as selecionadas com base em dados secundários, mas também aquelas definidas pelos próprios gestores das organizações inicialmente relacionadas para a amostra.

Para a planificação da matriz da rede foi inicialmente utilizada uma pergunta do questionário que solicitava indicar quais das organizações listadas mantinha relacionamento para fins de planejamento urbanístico com aquela, cujo respondente representava. Em outra etapa, já na fase das entrevistas, foi solicitada a confirmação e feita a mesma pergunta com relação a uma nova lista acrescentada de mais quatro organizações: a COHAPAR, SANEPAR, COPEL e SEMA.

A rede de relações foi caracterizada por uma matriz quadrada de ordem 36x36 (36 organizações estudadas). A partir das respostas obtidas, a matriz evidencia as relações ou laços entre os atores por meio de uma representação binária, onde o número “1” indica que há relação, enquanto o número “0” indica que não há relação, conforme representado no Quadro 13 da próxima página.

QUADRO 13 - MATRIZ DOS LAÇOS ENTRE OS ATORES

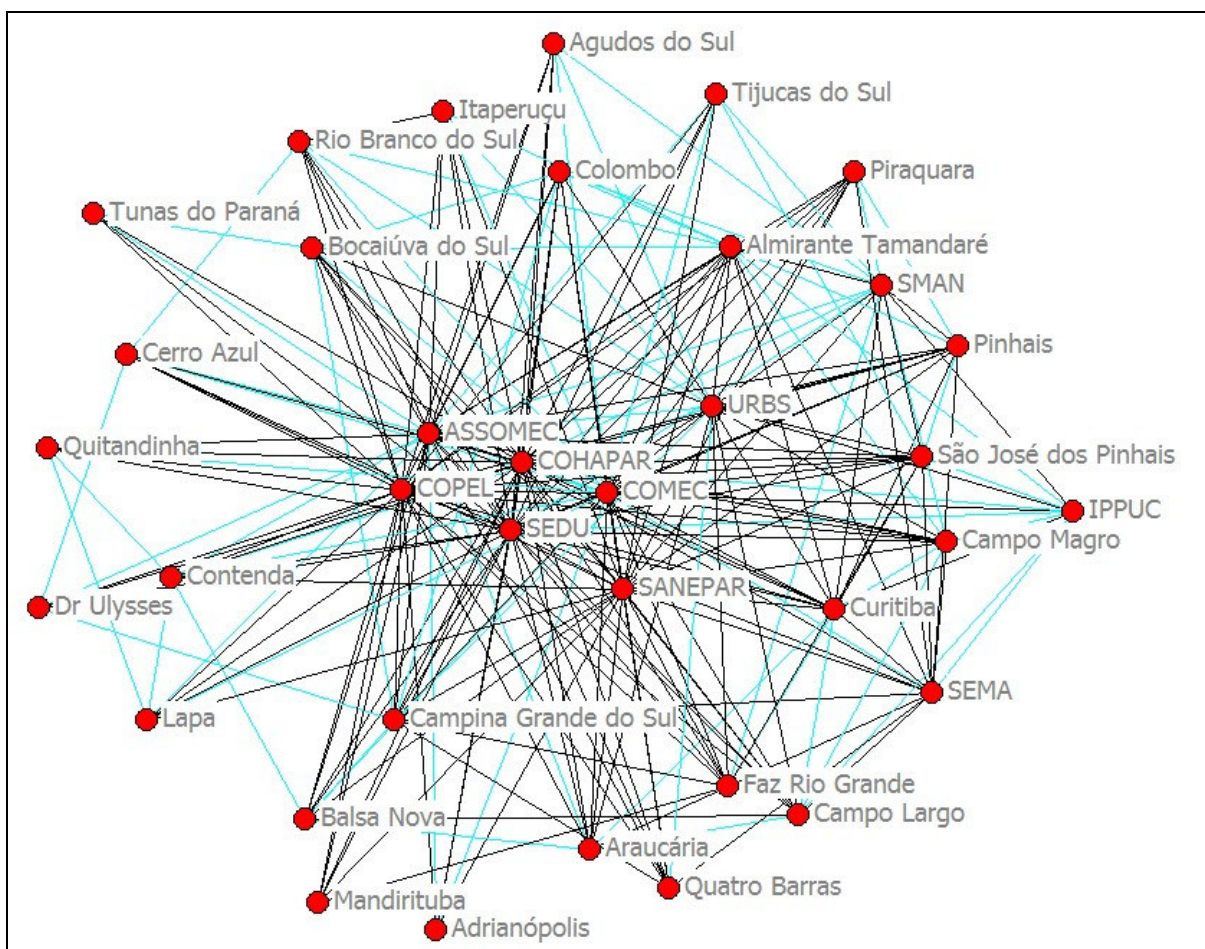
	C	S	A	I	U	S	C	S	S	C	A	A	A	B	B	C	C	C	C	C	C	C	D	F	I	L	M	P	P	Q	Q	R	S	T	T	
COMEC	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0		
SEDU	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
ASSOMECA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
IPPUC	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
URBS	1	0	1	1	1	0	1	1	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	1	0	1	1	1	0	1	1	0	0	1	1	0	0	1	1	0	
SMAN	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	
COHAPAR	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
SANEPAR	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0
SEMA	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0	
COPEL	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
ADRIANÓPOLIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
AGUDOS DO SUL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ALTE TAMANDARÉ	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
ARAUCÁRIA	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
BALSA NOVA	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
BOCAIUVA DO SUL	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CAMP.GDE. DO SUL	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	
CAMPO LARGO	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CAMPO MAGRO	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CERRO AZUL	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	
COLOMBO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CONTENDA	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CURITIBA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	
DOUTOR ULYSSES	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
FAZ. RIO GRANDE	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
ITAPERUÇU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
LAPA	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
MANDIRITUBA	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
PINHAIS	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
PIRAQUARA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
QUATRO BARRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
QUITANDINHA	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
RIO BRANCO DO SUL	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
S. JOSÉ DOS PINHAIS	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TIJUCAS DO SUL	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TUNAS DO PARANÁ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: dados primários.

6.1.2 Sociograma da rede

Com a intenção de representar com clareza as relações entre as organizações que lidam com o desenvolvimento urbano na RMC, a matriz dos dados relacionais foi analisada e tratada pelo programa NetDraw, um *software* livre elaborado por Steve Borgatti (BORGATTI, EVERETT & FREEMAN, 2002), que permite a visualização de dados sobre as redes de relacionamentos. Assim, foi originado o mapa sociométrico (sociograma), exposto na Figura 5 a seguir.

FIGURA 5 - SOCIOGRAMA DA REDE DE RELACIONAMENTO ENTRE ORGANIZAÇÕES DA RMC.



Fonte: dados primários.

O sociograma da Figura 5 representa os atores (nós) e as relações entre eles (laços). A configuração espacial distribui, de uma forma geral, os atores com maior grau de relações no centro, expandindo para a periferia aqueles menos relacionados. A representação é binária, ou seja, não são considerados valores de frequência de relação nem multiplicidade de conteúdo, pois cada linha, ou ausência dela, representa tão somente se há ou não relação entre os atores. Trata-se da representação de uma matriz não-simétrica, expressando com linhas pretas as relações recíprocas e com linhas azuis as não-recíprocas.

Oliver (1990), ao estudar as condições sob as quais os relacionamentos se formam, afirma que fatores ambientais e interorganizacionais aumentam a probabilidade de diferentes contingências. Nesse sentido, a autora afirma que a reciprocidade é evidenciada pela cooperação e colaboração, uma vez que as relações são intencionais e visam a objetivos mútuos. A assimetria, pelo contrário, se refere às relações de poder e controle, tanto das organizações quanto dos seus

recursos. Dessa forma, pela presença de ligações recíprocas e assimétricas, a rede em estudo indica uma provável existência de relações de natureza cooperativa e colaborativa, bem como de poder e controle.

O padrão de relacionamentos na rede é pouco disperso e apresenta-se relativamente agrupado em torno de um núcleo. Alguns atores se mostram mais centrais em relação a outros que estão localizados em regiões mais periféricas da rede. Assim, o sociograma já indica a existência de heterogeneidade entre as organizações envolvidas no planejamento urbano da RMC. Algumas delas apresentam mais de trinta laços, enquanto outras não mais que três, ficando relativamente alienadas da rede.

6.1.3 Freqüência de contatos

A matriz da freqüência de contatos foi elaborada com dados do questionário, complementados pela entrevista. Os resultados apresentam-se no Quadro 14.

QUADRO 14 - FREQÜÊNCIA DE CONTATOS

<i>Freqüência de contatos</i>	<i>Respostas</i>	<i>Porcentagem</i>
Anual	45	9,87
Semestral	147	32,24
Mensal	196	42,98
Semanal	59	12,94
Diário	9	1,97
Total de respostas	456	100

Fonte: Dados primários

O Quadro 14 demonstra que quase a maioria das organizações (42,98%) realiza contatos mensalmente. Isso se deve principalmente a contratos e compromissos de prestação de serviços, sobretudo por parte da SANEPAR e da COPEL. Os contatos semestrais também são expressivos (32,24%), certamente devido aos contatos unidirecionais, ou assimétricos, da ASSOMECA, ao emitir convites para reuniões com os diversos prefeitos. Estas são comprovações advindas da análise das matrizes aliada ao conteúdo das entrevistas, conforme exemplo no fragmento (1) a seguir, quando o presidente da ASSOMECA comentou a falta de interesse por reuniões da associação. O convite é remetido, mas poucos comparecem.

(1) “[...] Todo mês tinha uma reunião, mas nenhum prefeito....Só quem falava era o prefeito de Curitiba. Só falava dos problemas de Curitiba e dizia o que fez e o que ia fazer. Quer dizer: não interessava para ninguém. Então o que é que acontece: a reunião que eu fiz foi de trabalho. Agora mesmo eu mandei um convite...essa é a

segunda que eu estou marcando. Eu faço pelo menos uma no semestre...As pessoas não vêm. Eu sei que... eu também tenho... eles têm muitos afazeres, mas poderiam pelo menos mandar um representante, como alguns prefeitos fazem [...].”

Um Secretário de Administração de um dos municípios ratifica a afirmação do presidente da ASSOMEAC, quanto à pouca importância dada às reuniões promovidas por essa organização:

(2) “Eu participava de quase todas as reuniões da ASSOMEAC, mas nunca senti nenhum resultado em benefício do município.”

6.1.4 Base de Comprometimento

A matriz do comprometimento foi elaborada com dados do questionário, complementados pela entrevista. No questionário foram apresentadas as seguintes alternativas: não há comprometimento, obrigações, acordo, conveniência ou espontaneidade, para designar em que se baseava o comprometimento das relações daquela organização com aquelas relacionadas entre as listadas. Durante as entrevistas, foram esclarecidas as escolhas. Os resultados apresentam-se no Quadro 15.

QUADRO 15 – BASE DE COMPROMETIMENTO

Comprometimento	Respostas	Porcentagem
Não há comprometimento	7	1,53
Obrigações	169	37,06
Acordo	157	34,43
Conveniência	91	19,96
Espontâneo	32	7,02
Total de respostas	456	100

6.1.5 Importância

Os dados referentes à importância reputada pelo representante da organização foram coletados a partir da pergunta de como ele qualificava o relacionamento daquela organização com aquelas da lista com as quais eram mantidas relações. As respostas foram escolhidas a partir das opções: sem importância, pouco importante, importante, muito importante, crucial. Para a elaboração da matriz do grau de importância foram esclarecidas as escolhas durante as entrevistas. Os resultados apresentam-se no Quadro 16.

QUADRO 16 – GRAU DE IMPORTÂNCIA

<i>Importância</i>	<i>Respostas</i>	<i>Porcentagem</i>
Sem importância	5	1,10
Pouco importante	41	8,99
Importante	279	61,18
Muito importante	96	21,05
Crucial	35	7,68
Total de respostas	456	100

Fonte: Dados primários

6.1.6 Conteúdo das relações

Segundo Aldrich e Whetten (1981) as redes são caracterizadas pelo conteúdo das relações que a constituem, podendo variar de contexto para contexto. No presente trabalho, que busca as influências da rede em práticas de desenvolvimento urbano, as relações que mais interessam, já definidas na metodologia, são de ordem instrumental, ou seja, os laços que se preenchem pelas práticas cotidianas, que visam a objetivos concretos específicos para o desenvolvimento urbano, envolvidas em comunicação, troca de mercadorias e serviços, assim como conteúdos normativos. Coletaram-se dados do conteúdo das atividades em conjunto, realizadas pelas organizações participantes das relações. A lista das atividades colocadas à disposição dos respondentes foi a seguinte: (1) pressão política; (2) troca de informações técnicas; (3) troca de informações administrativas; (4) redução de custos; e (5) atividades sociais. O respondente deveria apontar aquela que se apresentava na relação indicada por ele. Esses dados foram inicialmente coletados por meio de questionário e depois por meio das entrevistas. O resultado das respostas dos representantes de todas as organizações consideradas na amostra, trinta e seis organizações, é apresentado no Quadro 17 a seguir.

QUADRO 17 – FREQUÊNCIA DO CONTEÚDO RELACIONAL

Conteúdo relacional	Respostas	Porcentagem (%)
Pressão política	8	1,32
Troca de informações técnicas	262	43,02
Troca de informações administrativas	316	52,05
Redução de custos	7	1,15
Atividades sociais	15	2,46
Total das relações	608	100

Fonte: dados primários.

Diante desses resultados, uma importante informação fica ressaltada, pois se verifica a preponderância das relações de conteúdo técnico e administrativo.

Na análise de conteúdo das entrevistas concluiu-se que as ligações técnicas são as que mais interessam neste estudo, pois afetam diretamente as questões urbanas. As conexões administrativas e de redução de custos também são referentes aos problemas urbanísticos, como atividade meio.

Quanto às 8 ligações por pressão política e às 15 de atividade social, não se percebeu nenhuma influência direta nas práticas de desenvolvimento urbanístico. Essa influência fica mais desprezível diante do pequeno número que elas representam diante do total (3,7%).

Assim, decidiu-se analisar duas redes: a de conteúdo técnico e a de conteúdo administrativo, esta acrescida das relações para redução de custos, que continuou a ser nomeada de rede administrativa. Dessa forma, foram elaboradas as três matrizes expostas nas próximas páginas: a da rede técnica, a da administrativa (com a de redução de custo) e a da rede resultante da integração das duas (Quadros 18, 19 e 20). Nesse mesmo sentido, para que se percebam com mais clareza as organizações que se apresentam mais centrais, os sociogramas das Figuras 6, 7 e 8, das três redes, expõem configurações do “componente principal” (BORGATTI, EVERETT & FREEMAN, 2002), onde os nós à esquerda do gráfico indicam aquelas organizações que apresentam o maior número de laços. As prefeituras municipais estão em vermelho e as outras organizações, em azul.

QUADRO 18 - MATRIZ DOS LAÇOS TÉCNICOS

	C	S	A	I	U	S	C	S	S	C	A	A	A	B	B	C	C	C	C	C	C	D	F	I	L	M	P	P	Q	Q	R	S	T	T							
COMEC	0	1	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0					
SEDU	1	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1					
ASSOMECC	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0					
IPPUC	1	1	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0					
URBS	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0					
SMAN	0	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0				
COHAPAR	0	1	0	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1				
SANEPAR	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
SEMA	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0			
COPEL	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
ADRIANÓPOLIS	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
AGUDOS DO SUL	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
ALTE TAMANDARÉ	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
ARAUCÁRIA	1	1	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
BALSA NOVA	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
BOCAÍÚVA DO SUL	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
CAMP.GDE. DO SUL	1	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0			
CAMPO LARGO	1	1	0	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
CAMPO MAGRO	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
CERRO AZUL	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
COLOMBO	1	1	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
CONTENDA	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
CURITIBA	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0		
DOCTOR ULYSSES	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
FAZ. RIO GRANDE	1	1	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0		
ITAPERUÇU	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	
LAPA	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
MANDIRITUBA	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
PINHAIS	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	
PIRAQUARA	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
QUATRO BARRAS	1	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
QUITANDINHA	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
RIO BRANCO DO SUL	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
S. JOSÉ DOS PINHAIS	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
TIJUCAS DO SUL	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
TUNAS DO PARANÁ	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Fonte: Dados primários

QUADRO 19 - MATRIZ DOS LAÇOS ADMINISTRATIVOS

	C	S	A	I	U	S	C	S	S	C	A	A	A	A	B	B	C	C	C	C	C	C	D	F	I	L	M	P	P	Q	Q	R	S	T	T					
COMEC	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0					
SEDU	1	0	0	0	1	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1				
ASSOMECC	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1				
IPPUC	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
URBS	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	1	1	0	1	1	1	0	1	1	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	0				
SMAN	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
COHAPAR	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1				
SANEPAR	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0			
SEMA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
COPEL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
ADRIANÓPOLIS	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
AGUDOS DO SUL	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
ALTE TAMANDARÉ	0	1	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0			
ARAUCÁRIA	0	1	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
BALSA NOVA	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
BOCAIÚVA DO SUL	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
CAMP.GDE. DO SUL	0	1	1	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0		
CAMPO LARGO	0	1	1	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
CAMPO MAGRO	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
CERRO AZUL	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
COLOMBO	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
CONTENDA	0	1	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
CURITIBA	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0		
DOCTOR ULYSSES	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
FAZ. RIO GRANDE	0	1	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	
ITAPERUÇU	0	1	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
LAPA	1	1	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	
MANDIRITUBA	0	1	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
PINHAIS	0	1	1	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0
PIRAQUARA	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
QUATRO BARRAS	0	1	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
QUITANDINHA	0	1	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RIO BRANCO DO SUL	0	1	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S. JOSÉ DOS PINHAIS	0	1	1	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TIJUCAS DO SUL	0	1	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TUNAS DO PARANÁ	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

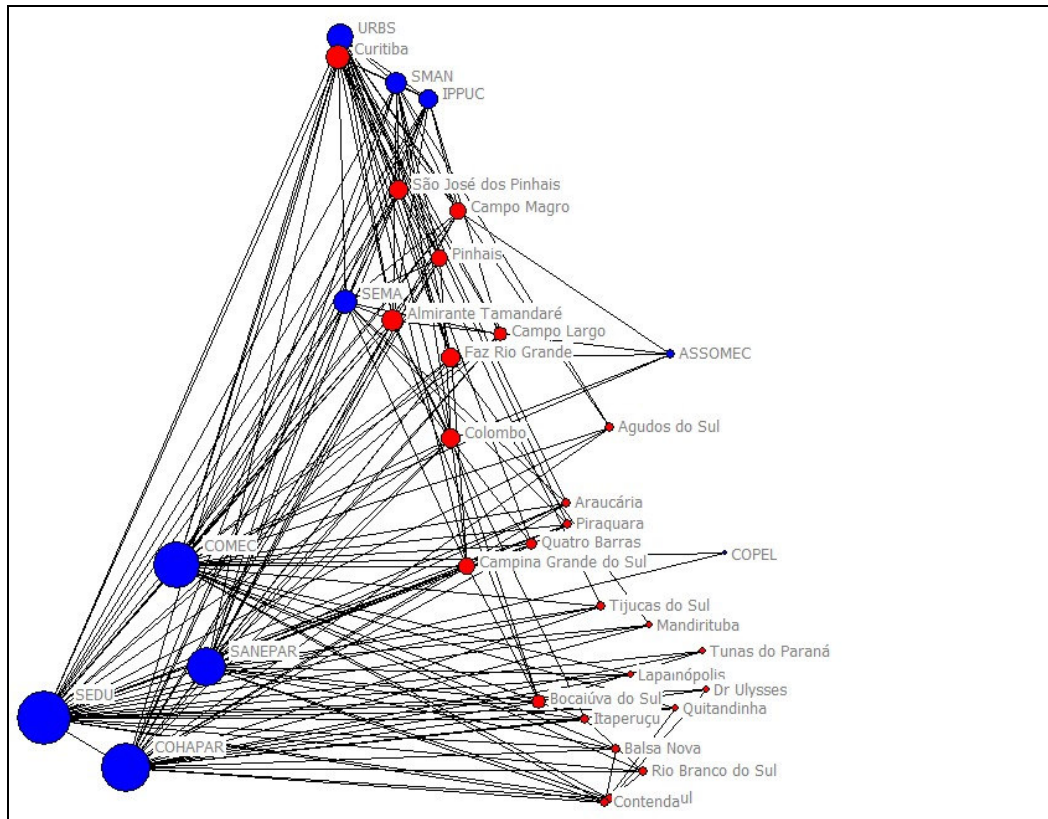
Fonte: Dados primários

QUADRO 20 - MATRIZ DOS LAÇOS INTEGRADOS

	C	S	A	I	U	S	C	S	S	C	A	A	A	A	B	B	C	C	C	C	C	C	D	F	I	L	M	P	P	Q	Q	R	S	T	T					
COMEC	0	2	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0				
SEDU	2	0	0	2	0	2	2	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2				
ASSOMECA	1	1	0	0	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1					
IPPUC	1	1	0	0	1	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0					
URBS	1	2	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2	1	0	1	0	1	0	1	1	1	0	1	1	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	1	0				
SMAN	0	1	0	2	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0				
COHAPAR	0	2	1	1	0	1	0	2	1	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2				
SANEPAR	0	2	0	0	0	1	1	0	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0			
SEMA	0	2	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0				
COPEL	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1				
ADRIANÓPOLIS	1	2	0	0	0	1	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
AGUDOS DO SUL	1	2	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
ALTE TAMANDARÉ	1	2	1	1	1	2	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0			
ARAUCÁRIA	1	2	0	0	2	0	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
BALSA NOVA	2	1	1	0	0	0	1	2	0	1	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
BOCAIÚVA DO SUL	1	2	1	0	1	0	1	2	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
CAMP.GDE. DO SUL	1	1	1	0	1	0	1	2	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
CAMPO LARGO	1	2	1	1	1	0	1	2	2	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
CAMPO MAGRO	1	2	1	1	1	1	2	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
CERRO AZUL	1	1	0	0	0	1	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
COLOMBO	1	2	1	0	1	0	2	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
CONTENDA	1	2	0	0	0	1	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
CURITIBA	1	2	1	2	2	2	2	2	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
DOUTOR ULYSSES	0	2	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
FAZ. RIO GRANDE	1	2	2	0	1	0	2	2	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0		
ITAPERUÇU	1	1	1	0	0	0	1	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0		
LAPA	2	1	0	0	0	0	2	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0		
MANDIRITUBA	0	1	1	0	0	0	2	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
PINHAIS	1	2	1	0	1	1	2	2	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	
PIRAQUARA	1	2	1	0	1	1	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
QUATRO BARRAS	1	1	1	0	1	0	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
QUITANDINHA	1	1	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
RIO BRANCO DO SUL	1	2	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
S. JOSÉ DOS PINHAIS	1	2	1	1	1	1	2	2	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
TIJUCAS DO SUL	1	2	0	0	0	1	2	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
TUNAS DO PARANÁ	0	2	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

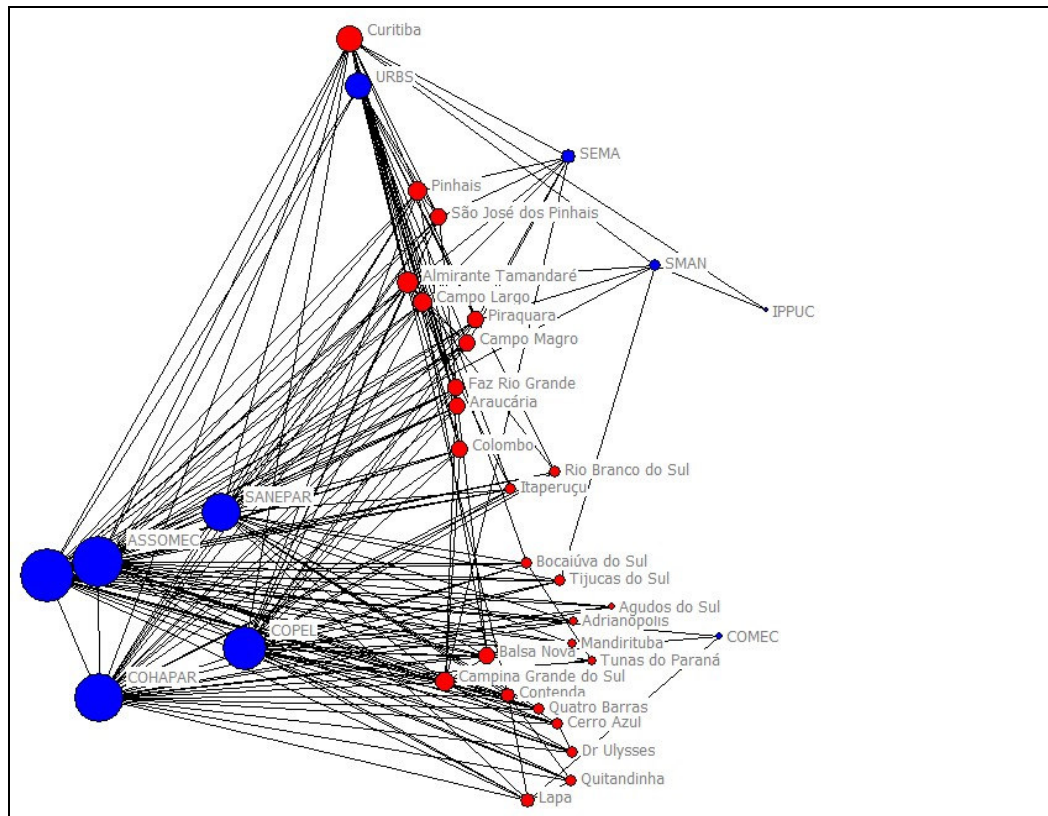
Fonte: Dados primários

FIGURA 6 - SOCIOGRAMA DA REDE TÉCNICA.



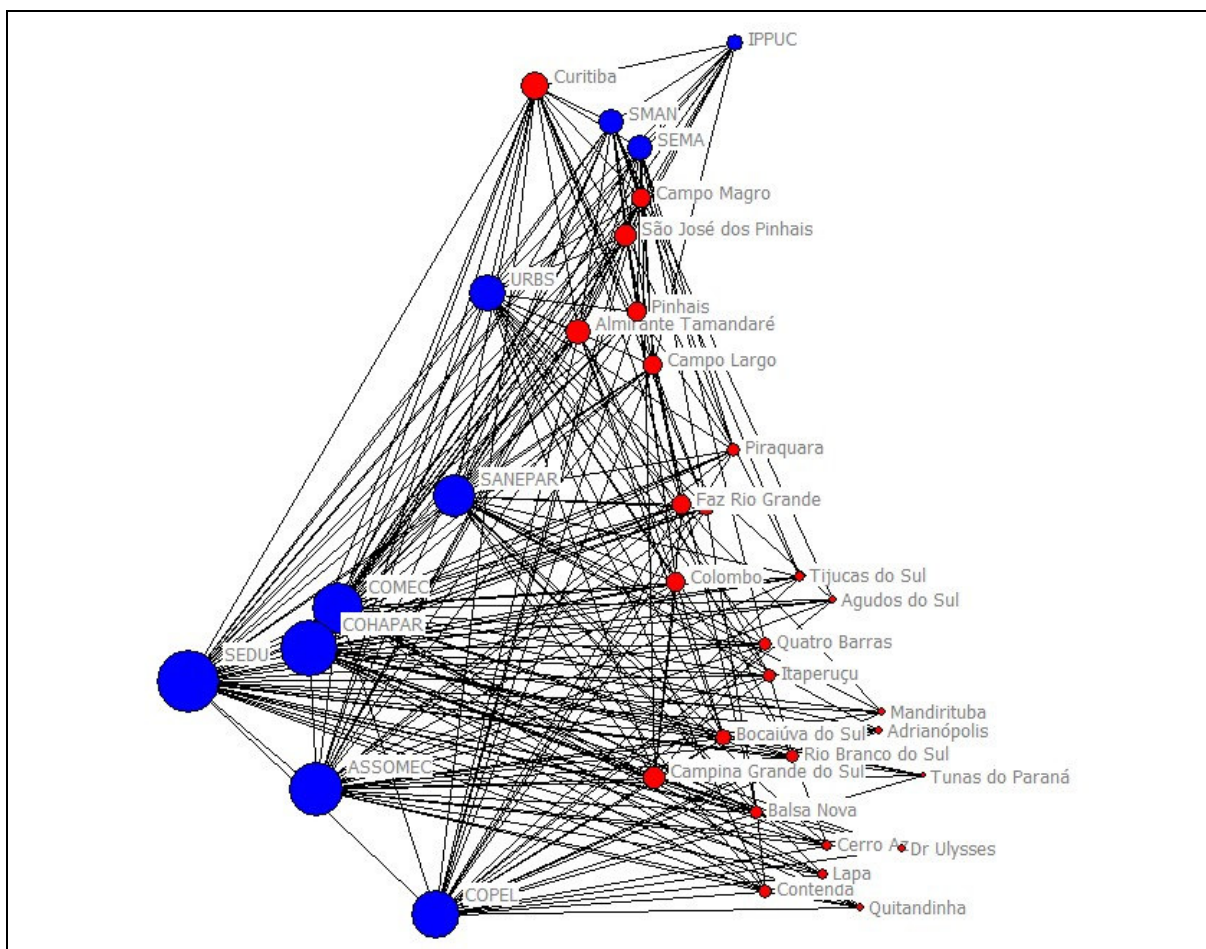
Fonte: dados primários.

FIGURA 7 - SOCIOGRAMA DA REDE ADMINISTRATIVA.



Fonte: dados primários.

FIGURA 8 - SOCIOGRAMA DA REDE INTEGRADA.



Fonte: dados primários.

6.1.7 Centralidade dos nós na rede de relações da RMC

O coeficiente de centralidade de cada nó é fundamental para a percepção de efeitos advindos das diferenças entre atores. Hanneman (2001) e Scott J.(2000) afirmam que maior número de laços pode levar a um conjunto de efeitos mais positivos em comparação a outros atores presentes na mesma rede com número menor de contatos.

Enfatizando o que já propõe a revisão teórica, um ponto está centralizado localmente, quando ele tem grande número de conexões com outros pontos em seu ambiente imediato. Por outro lado, um ponto está centralizado globalmente, quando ele tem posição estratégica significativa na estrutura global da rede (SCOTT, 2000). A centralidade local está interessada na proeminência relativa de um ponto focal na sua vizinhança, enquanto a centralidade global enfatiza a proeminência dentro da

rede total. Os índices de centralidade de todos os atores da rede integrada aparecem nos Quadro 21, apresentado abaixo.

QUADRO 21 - ÍNDICES DE CENTRALIDADE DE GRAU E DE PROXIMIDADE

	<i>OutDegree</i>	<i>InDegree</i>	<i>InCloseness</i>	<i>OutCloseness</i>	<i>Betweenness</i>	<i>nBetweenness</i>
COMEC	17,000	28,000	83,333	66,038	54,817	4,607
SEDU	32,000	35,000	100,000	92,105	186,796	15,697
ASSOMECC	31,000	19,000	68,627	89,744	81,146	6,819
IPPUC	6,000	9,000	57,377	54,688	0,707	0,059
URBS	18,000	19,000	68,627	67,308	35,139	2,953
SMAN	10,000	13,000	61,404	58,333	7,575	0,637
COHAPAR	32,000	30,000	87,500	92,105	163,453	13,736
SANEPAR	25,000	25,000	77,778	77,778	84,234	7,079
SEMA	13,000	15,000	63,636	61,404	12,141	1,020
COPEL	28,000	28,000	83,333	83,333	132,412	11,127
Adrianópolis	5,000	5,000	53,846	53,846	0,328	0,028
Agudos do Sul	7,000	4,000	53,030	55,556	0,590	0,050
Alte. Tamandaré	15,000	11,000	59,322	63,636	7,718	0,649
Araucária	8,000	10,000	58,333	56,452	1,810	0,152
Balsa Nova	10,000	6,000	54,688	58,333	0,767	0,064
Bocaiúva do Sul	10,000	7,000	55,556	58,333	3,630	0,305
Camp.Gde.Sul	11,000	12,000	60,345	59,322	6,234	0,524
Campo Largo	13,000	9,000	57,377	61,404	4,527	0,380
Campo Magro	11,000	10,000	58,333	59,322	3,142	0,264
Cerro Azul	5,000	7,000	55,556	53,846	1,078	0,091
Colombo	7,000	12,000	60,345	55,556	1,742	0,146
Contenda	5,000	9,000	57,377	53,846	0,858	0,072
Curitiba	13,000	17,000	66,038	61,404	9,681	0,814
Dr Ulysses	5,000	4,000	53,030	53,846	0,110	0,009
Faz. Rio Gde	11,000	11,000	59,322	59,322	5,256	0,442
Itaperuçu	7,000	8,000	56,452	55,556	1,278	0,107
Lapa	7,000	5,000	53,846	55,556	0,662	0,056
Mandirituba	6,000	6,000	54,688	54,688	0,413	0,035
Pinhais	13,000	10,000	58,333	61,404	3,603	0,303
Piraquara	9,000	9,000	57,377	57,377	2,287	0,192
Quatro Barras	9,000	8,000	56,452	57,377	1,451	0,122
Quitandinha	6,000	5,000	53,846	54,688	0,756	0,064
Rio Br do Sul	7,000	7,000	55,556	55,556	1,302	0,109
S. J. dos Pinhais	13,000	12,000	60,345	61,404	6,702	0,563
Tijucas do Sul	6,000	6,000	54,688	54,688	0,544	0,046
Tunas do PR	4,000	4,000	53,030	53,030	0,110	0,009

Fonte: dados primários.

São visualizadas inicialmente duas medidas de centralidade: *Degree* (centralidade de grau) e *Closeness* (centralidade de proximidade). *Degree* é relativo ao volume de contatos diretos, independentemente da qualidade desses contatos, ou seja, se refere ao fato de o ator possuir contato ou não com outro ator. Quando o laço de um ator em estudo sai no sentido de outro, essa medida apresenta-se em termo de *OutDegree*, o inverso é expresso pelo *InDegree*. Já o *Closeness* se refere ao acesso e facilidade de influência, considerando a posição estrutural na rede. É

calculado pelo levantamento do número de ligações que um ator deve percorrer para entrar em contato com qualquer outro membro. Da mesma forma que o *Degree*, e por se tratar de rede não simétrica, a medida de *Closeness* é considerada para cada sentido da relação: *OutCloseness* e *InCloseness*.

Em seguida, no mesmo Quadro 21, encontram-se as medidas de *Betweenness*, ou centralidade de intermediação, que expressa a potencialidade de um determinado ator deter algum controle sobre as interações dos dois outros não adjacentes. Assim, a interação entre atores não adjacentes pode depender de outros com esta potencialidade elevada. A esse respeito, Freeman (1979) e Wasserman e Faust (1994) consideram o nível de intermediação de um ator na medida em que este se liga a vários outros que não se conectam diretamente. Sugerindo inferências diferentes das proporcionadas pelas outras duas medidas de centralidade, as medidas de *Betweenness* abordam a questão do controle que atores intermediários detêm outros que dependem localmente deles (FREEMAN, 1979). Segundo Scott (2000), atores com elevado nível de *Betweenness* são intermediadores, ou seja, possuem papel de corretores de conteúdo organizacional em uma rede. A *normalized betweenness*, expressa em porcentagem o número desses vértices divididos pelo máximo de intermediações possíveis de ocorrer na rede (BORGATTI, EVERETT & FREEMAN, 2002).

Na análise das tabelas constata-se diferença acentuada entre o nível das medidas de centralidade das organizações. Essas discrepâncias conduziram a uma comparação entre os diversos atores em cada uma das redes analisadas, quanto ao conteúdo das relações. Os Quadros 22 e 23, na próxima página, permitem a comparação entre as centralidades das relações administrativas e a técnicas.

Esses quadros e os respectivos sociogramas permitem localizar algumas organizações em posições de relevância para o estudo. Inicialmente pode-se verificar a SEDU ocupando a posição de maior centralidade em ambos os tipos de conteúdo relacional, o que denota a dominância estrutural ou proeminência (GALASKIEWICZ, 1979) desta organização. Em situação privilegiada também está a COHAPAR, destacando-se mais pelo seu nível de ser o agente iniciador das relações (*OutDegree*) do que alvo destas.

QUADRO 22 – Centralidade administrativa

	OutDegree	InDegree
COMEC	1,000	3,000
SEDU	30,000	31,000
ASSOMECC	30,000	16,000
IPPUC	2,000	2,000
URBS	15,000	5,000
SMAN	2,000	6,000
COHAPAR	29,000	28,000
SANEPAR	22,000	23,000
SEMA	1,000	7,000
COPEL	26,000	26,000
Adrianópolis	4,000	5,000
Agudos do Sul	4,000	4,000
Alte Tamandaré	10,000	7,000
Araucária	6,000	8,000
Balsa Nova	8,000	6,000
Bocaiúva do Sul	6,000	7,000
Camp. Gde do Sul	9,000	9,000
Campo Largo	10,000	7,000
Campo Magro	5,000	8,000
Cerro Azul	4,000	6,000
Colombo	4,000	9,000
Contenda	4,000	8,000
Curitiba	12,000	14,000
Dr Ulysses	5,000	4,000
Faz Rio Grande	8,000	8,000
Itaperuçu	5,000	7,000
Lapa	7,000	5,000
Mandirituba	5,000	5,000
Pinhais	10,000	7,000
Piraquara	7,000	7,000
Quatro Barras	6,000	6,000
Quitandinha	5,000	5,000
Rio Branco do Sul	4,000	6,000
São J. dos Pinhais	8,000	9,000
Tijucas do Sul	5,000	5,000
Tunas do Paraná	4,000	4,000

Fonte: dados primários

QUADRO 23 – Centralidade técnica

	OutDegree	InDegree
COMEC	17,000	28,000
SEDU	32,000	27,000
ASSOMECC	1,000	4,000
IPPUC	6,000	9,000
URBS	5,000	17,000
SMAN	10,000	9,000
COHAPAR	31,000	13,000
SANEPAR	4,000	25,000
SEMA	13,000	14,000
COPEL	2,000	2,000
Adrianópolis	3,000	2,000
Agudos do Sul	4,000	2,000
Alte Tamandaré	11,000	8,000
Araucária	5,000	4,000
Balsa Nova	4,000	2,000
Bocaiúva do Sul	6,000	3,000
Camp. Gde do Sul	7,000	7,000
Campo Largo	7,000	4,000
Campo Magro	9,000	4,000
Cerro Azul	2,000	4,000
Colombo	6,000	8,000
Contenda	3,000	4,000
Curitiba	10,000	12,000
Dr Ulysses	2,000	2,000
Faz Rio Grande	10,000	7,000
Itaperuçu	3,000	4,000
Lapa	3,000	2,000
Mandirituba	3,000	3,000
Pinhais	10,000	5,000
Piraquara	4,000	4,000
Quatro Barras	5,000	5,000
Quitandinha	2,000	2,000
Rio Branco do Sul	4,000	3,000
São J. dos Pinhais	11,000	8,000
Tijucas do Sul	4,000	3,000
Tunas do Paraná	3,000	2,000

Fonte: dados primários

6.1.8 Multiplicidade das relações

Resgatando o que já foi explicado na metodologia, o conceito de multiplicidade é justamente a sobreposição ou redundância nas relações que contêm dois ou mais canais de interação (ALDRICH, 1979), o que pode significar aumento de estabilidade nas relações. Manifesta-se pelo número de tipos de relações que um ator estabelece com cada ator da rede (KNOKE e BURT, 1983). A diversidade de conteúdo que pode basear uma rede exige do pesquisador uma definição, em princípio, do conteúdo que considera importante para seu problema. Segundo Knoke e Kuklinsky (1982) a especificação das relações segundo seu conteúdo define o conceito de redes “multiplexas”, ou seja, redes onde se verifica a sobreposição de relações

diversas em conteúdo. Para melhor analisar esta variável, elaborou-se a matriz “multiplexa” do Quadro 24.

QUADRO 24 - MATRIZ MULTIPLEXA

	C	S	A	I	U	S	C	S	S	C	A	A	A	B	B	C	C	C	C	C	C	D	F	I	L	M	P	P	Q	Q	R	S	T	T					
COMEC	0	6	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0			
SEDU	6	0	0	0	6	0	6	6	1	1	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6			
ASSOMEC	1	7	0	0	7	7	7	0	0	0	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7			
IPPUC	1	1	0	0	1	6	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
URBS	1	6	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	6	7	0	7	0	7	7	7	0	7	7	7	0	7	7	0	0	7	7	0	0	7	7	0	0		
SMAN	0	1	0	6	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	6	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0		
COHAPAR	0	6	7	1	0	1	0	6	1	0	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6		
SANEPAR	0	6	0	0	0	1	1	0	1	0	7	0	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	0	7	7	7	7	7	7	7	0	0	7	7	0	0	7	7	
SEMA	0	6	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	
COPEL	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7		
ADRIANÓPOLIS	1	6	2	0	0	0	7	6	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
AGUDOS DO SUL	1	6	3	0	1	1	7	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ALTE TAMANDARÉ	1	6	1	1	1	7	6	6	1	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	6	0	6	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0	
ARAUCÁRIA	1	6	4	0	6	0	7	6	1	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
BALSA NOVA	8	1	7	0	4	2	7	6	0	7	0	0	0	7	0	0	7	7	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
BOCAIÚVA DO SUL	1	8	7	0	3	0	7	6	0	7	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CAMP.GDE. DO SUL	1	7	7	0	1	0	7	6	6	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	9	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0	0	0	
CAMPO LARGO	1	6	7	1	1	4	7	6	6	7	0	0	0	7	7	0	0	0	7	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CAMPO MAGRO	1	6	1	1	1	1	7	6	6	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CERRO AZUL	1	7	2	0	0	0	7	6	0	7	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2	
COLOMBO	1	6	1	0	1	0	6	6	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CONTENDA	1	6	2	0	0	2	7	6	0	7	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CURITIBA	1	6	7	6	6	6	6	6	6	7	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0	0	6	0	0	0	6	0	
DOUTOR ULYSSES	0	6	2	0	0	0	7	0	0	7	0	0	0	0	0	0	7	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
FAZ. RIO GRANDE	1	6	6	0	1	0	6	6	0	7	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	6	0	0	0	6	0	0	
ITAPERUÇU	1	7	7	0	0	0	7	6	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	
LAPA	6	7	0	0	0	0	6	6	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	
MANDIRITUBA	0	7	7	0	0	0	8	6	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
PINHAIS	1	6	7	0	1	1	6	6	6	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6	0	0	0	0	0	0	7	0	0	6	0	0	0	6	0	0	6	0
PIRAQUARA	1	6	7	0	1	7	7	6	7	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
QUATRO BARRAS	1	7	7	0	1	0	7	6	1	7	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
QUITANDINHA	1	7	7	0	0	0	7	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RIO BRANCO DO SUL	1	6	7	0	0	0	7	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S. JOSÉ DOS PINHAIS	1	6	7	1	1	1	6	6	6	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
TIJUCAS DO SUL	1	6	4	0	0	7	6	6	0	7	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4	0	0	4	0	0	0	0	0	4	0	0	4	0	0
TUNAS DO PARANÁ	0	6	0	0	0	0	6	0	0	7	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: dados primários.

A matriz foi elaborada automaticamente pelo programa UCINET 6 com números que indicam o conteúdo da relação entre os atores da seguinte forma: (1) indica relações técnicas; (2) relações sociais; (3) redução de recursos; (4) relações políticas; (6) uma combinação de relações técnicas e administrativas; (7) relações

administrativas; (8) combinação de técnicas e redução de recurso; e (9) combinação de técnicas, administrativas e sociais.

A análise da frequência de multiplicidade de conteúdo em várias relações assinaladas nesta matriz apontam expressiva quantidade dos números (1), (7) e (6), o que permite inferências que corroboram a importância de serem analisadas as três redes definidas anteriormente: a técnica, a administrativa e a integrada (soma da administrativa com redução de recursos).

6.1.9 Densidade das relações

Scott J. (2000) enfatiza diversas limitações para o emprego da densidade: é uma variável problemática para dados relacionais valorados; ela varia com o tipo de relação e com o tamanho da amostra. O autor ainda ressalta as restrições em usar a densidade para comparações de redes com significativa diferença de tamanho.

Neste estudo foram mapeadas três redes com semelhança de tamanho e a participação da mesma amostra. Com o cuidado de estruturá-las em forma binária, para que não fossem imprimidos valores nas relações, suas densidades puderam ser comparadas, de acordo com o Quadro 25 abaixo.

QUADRO 25 – DENSIDADE DAS REDES

Rede	Densidade	Desvio padrão
Rede integrada	0.3452	0.4754
Técnica	0.2079	0.4058
Administrativa	0.2563	0.4366

A primeira consideração ao se analisar a densidade (Quadro 25) foi buscar índices comparativos que pudessem auxiliar no entendimento do que a densidade analisada significa ou pode explicar. Sabe-se que ela representa o número total de relações dividido pelo número total de possíveis laços, ou seja, de acordo com Borgatti, Evertt e Freeman (2002), a densidade de uma rede binária é a medida calculada a partir do cociente das relações efetivamente existentes entre os atores pelo total de ligações possíveis entre eles. Entretanto, para definir se a rede tem nível de densidade alto ou baixo, fez-se necessária uma comparação com estudos anteriores. Assim, resgataram-se os estudos de Scott J. (2000) a respeito dos

modelos utilizados por Mayhew e Levinger (1976), que sugerem o valor máximo de 0,5 para a densidade de uma rede com possibilidades de ocorrer na realidade, visto que, como argumentam os autores, a habilidade de agentes para sustentar relações é limitada por vários fatores, além do tamanho da rede; entre eles, o tipo particular da relação e a disponibilidade de tempo existente para se efetivar e mantê-las.

Após essa argumentação, verificou-se que as redes em exame apresentam densidades pertencentes a grafos possíveis e reais, portanto válidas para o estudo em pauta. Para Cook e Whitmeyer (1992), a densidade das conexões entre organizações de uma rede exerce um dos maiores impactos sobre uma organização focal.

6.1.10 Organizações focais

Da análise das variáveis estruturais até aqui apresentadas, destacam-se algumas organizações com alto nível de centralidade e, portanto, com elevado volume de contato direto, grande acesso e facilidade de influência nos outros atores, bem como possibilidade de atuação como intermediadores, como é o caso da SEDU, COHAPAR, ASSOMECA e COMEC. Com exceção da ASSOMECA, todos são órgãos vinculados ao governo do Estado do Paraná.

A SEDU, como secretaria do Governo do Paraná, e tendo como missão definir as políticas, o planejamento, a execução, a coordenação e o controle das atividades ligadas ao desenvolvimento urbano e regional, além de integrar os municípios, conta com a colaboração do PARANACIDADE, já descrito na quinta parte da dissertação. As relações apontadas para o SEDU foram eminentemente em busca de recursos financeiros. Aquelas advindas dos outros atores com conteúdo técnico, buscavam, além do apoio técnico, repasses financeiros. Isto fica bem claro no fragmento (2) abaixo declarado por um Secretário de obras e planejamento urbano.

(2) “[...] nós até tínhamos como financiar e fazer o Plano Diretor, mas o fato de pedirmos financiamento da SEDU permitia uma assessoria técnica deles. E isso, quem sabe mais tarde, vai facilitar o repasse de recursos para projetos nossos, por que eles mesmos colaboraram com idéias para o Plano [...] infelizmente a empresa que eles indicaram não cumpriu o que prometeu.”

Ficou evidente em várias entrevistas que o grande interesse é pelo repasse financeiro vindo com apoio da SEDU, por meio de seu braço executivo, o PARANACIDADE. Em contrapartida, as ligações da SEDU para com os municípios têm caráter de apoio técnico, no instante em que este órgão tem promovido vários cursos de interesse para o desenvolvimento urbano; haja vista as oficinas de capacitação oferecidas pelo órgão, como implementação de planos diretores municipais, soluções de questões de regularização fundiária, todas elas abordadas de alguma forma pelos entrevistados e podendo ser encontradas no *site* daquele órgão na Internet.

As ligações da SEDU com os municípios são encaradas como de obrigações da função de uma Secretaria de Estado para com todos os municípios do Paraná, como consequência da RMC também. Este caráter obrigatório fica patente na matriz de base de comprometimento (Anexo 4). Elas ocorrem, dependendo da necessidade, mensalmente ou semestralmente.

Assim, diante de seu elevado grau de centralidade estrutural e por ser, a SEDU, um órgão de definição de políticas, de coordenação e controle das atividades de desenvolvimento urbano, fica clara a formação de relações e a estruturação de práticas explicadas pela participação de uma dimensão institucional de dominação, por meio do poder (BLAU, 1982), e permitindo facilidades de recursos (GIDDENS, 1978). Da mesma forma que as relações com os municípios são advindas de interações de legitimação por meio das normas técnicas relacionadas ao desenvolvimento urbano (SCOTT, 2001). Nesse sentido, com a participação da SEDU, os atores envolvidos no contexto estudado apontam uma tendência de se institucionalizarem, adotando regras e desenvolvendo padrões de comportamento similares, configurando um campo (SELZNICK, 1996).

A COHAPAR foi citada por muitos representantes das organizações. Dos 26 municípios, 19 afirmaram que este órgão tem ajudado sobretudo o desenvolvimento das cidades, principalmente no que se refere à construção de casas populares. “Antes mesmo de efetivar qualquer convênio, a Companhia tem ido aos municípios realizar projetos e ações cívico-sociais”, afirma o representante da Companhia entrevistado. Isto explica o nível de centralidade administrativa e técnica em direção aos outros atores (*OutDegree* = 29 e 31).

A COHAPAR encara a ligação com a SEDU e com os municípios como uma obrigação funcional técnica e administrativa da missão da companhia, enquanto com outros órgãos o relacionamento é de simples conveniência para troca de assuntos técnicos. Isto fica explícito na matriz de base de comprometimento (Anexo 4). Já os municípios enxergam esta relação como acordo, sobretudo aqueles que realmente têm acordos com projetos, como é atualmente o caso de Piraquara, Fazenda Rio Grande, Colombo, entre outros. Nenhum município vê como obrigação, afastando desses relacionamentos a dimensão coercitiva. A estrutura de relações e as entrevistas apontam a COHAPAR em posição relevante no urbanismo da RMC, representando a legitimidade, em termos de grandes projetos para a construção de casas populares. A companhia tem colaborado sobretudo com o aumento na amplitude de interação das organizações, ajudando a definir institucionalmente o campo em estudo (DIMAGGIO e POWELL, 1983, 2005). As ações cívico-sociais referidas pelo representante entrevistado da companhia, denominadas de “Ação Cooperar”, são assistências não relativas diretamente à missão precípua da COHAPAR: construir casa populares. Entretanto verifica-se nelas uma estratégia de aproximação aos municípios que têm deixado a organização em posição simbólica de quem resolve problemas. Os fragmentos (3) e (4), de entrevistas com um prefeito e um vereador comprovam as ações.

(3) “Esta é a segunda vez ano que fazemos a Ação Cooperar. Uma no ano passado e outra agora [...]. É muito bom esse trabalho que a COHAPAR faz de regularização de documentos e promoção da cidadania. Embora estejamos no Sul do Brasil, teoricamente desenvolvido, nós temos pessoas que ainda não têm documento. Esse evento não só possibilita que elas regularizem sua situação, como é muito importante para prefeituras pequenas como a nossa. Estes eventos também fortalecem a integração das diferentes esferas de poder”.

(4) “Muitas pessoas com mais de 30 anos ainda não têm um documento sequer. Esse tipo de evento é importante para toda a região. A gente vê a dificuldade da população mais carente em adquirir documentos”.

De fato, como mostram as entrevistas e a estrutura das relações, tanto técnica como administrativa, a COHAPAR tem sido ator central nessas ligações, demonstrando, com as ações cívico-sociais, as afirmações do clássico artigo de Meyer e Rowan (1977): as estruturas podem ser revestidas de significados socialmente compartilhados. Tudo isto enseja, mais uma vez, a busca de novas idéias sobre as causas e conseqüências da estrutura, evitando tão somente as explicações da estrutura baseadas apenas em racionalidade, como se percebeu no

caso da SEDU analisado anteriormente, permitindo compreensão das implicações de propósitos simbólicos (TOLBERT e ZUCKER, 1999).

Nesse sentido, percebe-se que a estratégia de aproximação da COHAPAR tem colaborado sobremodo para a estruturação de relações na RMC e os demais municípios do Paraná. A companhia tem-se posicionado com elevado nível de centralidade administrativa (*OutDegree* = 29; *InDegree* = 28) e técnica (*OutDegree* = 31; *InDegree* = 13), colaborando para o aumento da densidade do campo organizacional da RMC. Essa evidência encontrada na pesquisa permitiu perceber os fluxos de informação e uma construção social e simbólica dos órgãos estudados, no sentido de melhor compreender as práticas adotadas, demonstrando que, além da dimensão material das relações entre atores em um campo, a ordem simbólica acerca do significado dessas relações precisa ser observada (MACHADO-DASILVA, GUARIDO FILHO, ROSSONI, 2006), para que se compreendam, com mais profundidade, as relações interorganizacionais. Nesse sentido, Scott R. (2001) insiste na afirmação de que no pilar cultural-cognitivo a ênfase é dada à existência e interação dos atores. Símbolos (palavras, sinais, gestos) moldam os significados que se atribuem aos objetos e atividades.

A SANEPAR também merece atenção na análise das centralidades de grau, pois detém índices administrativos elevados (*Ourdegree* = 22; *InDegree* = 23) e, apesar de não apresentar índice elevado de centralidade técnica em direção às outras organizações, tem sido bastante procurada por elas (*InDegree* = 25). Ela se liga aos municípios com base em acordo, sendo esta a mesma visão que os municípios têm em relação a ela. Sabem que poderiam escolher outra companhia ou resolver seus problemas com os próprios meios da prefeitura; no entanto as observações e as entrevistas comprovam a evidente deficiência de saneamento nos municípios que não participam deste acordo. Entretanto, por ser empresa estatal, de economia mista e cujo maior acionista é o governo do Paraná, tem suas ligações facilitadas pelas conveniências que o Estado oferece aos municípios através dela. Assim, pode-se inferir que lógicas de dominação e significação (Guiddens, 1978) podem estar participando dessa estrutura de relações.

Quanto à ASSOMECA, as ligações com os municípios são resultado de acordos, como se nota nos índices de comprometimento (Quadro 15). A centralidade

da organização é incrementada somente pelas relações administrativas, que já foram comentadas por ocasião da análise da frequência das relações. A diminuta estrutura de relações técnicas já permite inferir que a missão de promover o estabelecimento da cooperação entre os municípios e os prefeitos, visando a união e a troca de experiências, não está sendo efetivada pelo braço dessa associação, pelo menos no que se refere a relações técnicas urbanísticas. Segundo afirmação do presidente da ASSOMEC, além de uma disputa de poder político, as vaidades pessoais dos prefeitos e a competição entre municípios não estão permitindo maior integração, como se percebe no fragmento (5), abaixo.

(5) “[...] no momento em que se tem a notícia de que uma grande empresa quer se estabelecer por aqui, aí surge a competição, pois cada um [prefeito] quer pegar para o seu município. E nessa hora, a colaboração não sai do discurso”

Diante da estrutura de conteúdos integrados (Figura 8), onde se manifestam algumas relações da ASSOMEC com os municípios, e desta afirmação do representante da associação, fica demonstrada a afirmação de Giddens (1989), ao admitir que a rede pode ser constituída de relações de natureza diversa, contendo entre outros: conflito, competição, cooperação e relação de poder. Pode-se também inferir que essas competições têm atrapalhado a integração via colaboração técnica.

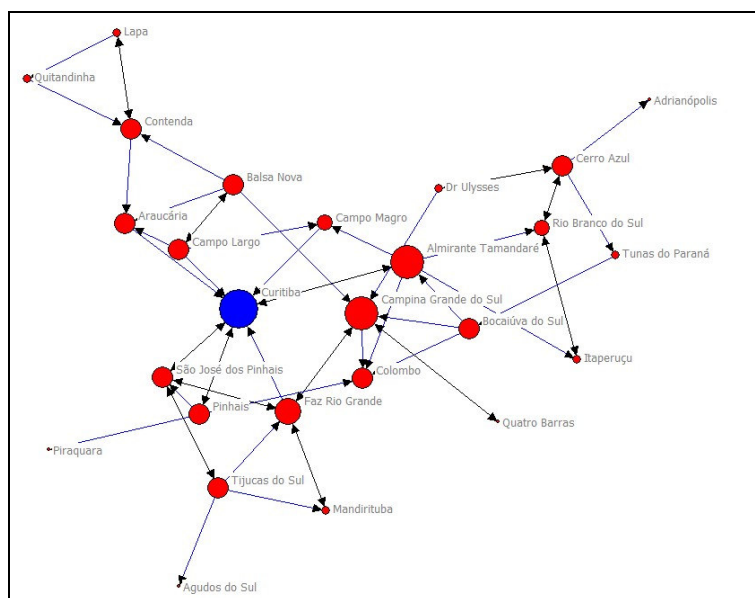
A COMEC é o órgão de gestão metropolitana e tem sua centralidade apoiada nas relações eminentemente técnicas, que serão analisadas no item específico para este fim após serem analisadas as ligações diretas entre as prefeituras municipais.

6.1.11 Rede entre os municípios

O problema de pesquisa que norteou o presente estudo permite reflexões a respeito da integração dos municípios da RMC para fins urbanísticos. Assim, buscou-se também analisar as ligações diretas entre as prefeituras municipais, independentemente das organizações intermediadoras.

Abaixo encontram-se a matriz, no Quadro 26, e o sociograma da Figura 9, que exprimem as relações diretas entre as prefeituras.

FIGURA 9 - SOCIOGRAMA DAS RELAÇÕES ENTRE OS MUNICÍPIOS.



Fonte: dados primários.

QUADRO 26 - MATRIZ DOS LAÇOS ENTRE OS MUNICÍPIOS

	A	A	A	B	B	C	C	C	C	C	C	C	D	F	I	L	M	P	P	Q	Q	R	S	T	T
Adrianópolis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agudos do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alte Tamandaré	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Araucária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Balsa Nova	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bocaiúva do Sul	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Camp.Gde do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Campo Largo	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Campo Magro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cerro Azul	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Colombo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contenda	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Curitiba	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0
Dr Ulysses	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Faz Rio Grande	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Itaperuçu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Lapa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Mandirituba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pinhais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
Piraquara	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quatro Barras	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quitandinha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio Branco do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São J. dos Pinhais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Tijucas do Sul	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0
Tunas do Paraná	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: dados primários.

No sociograma da Figura 9, o nó cor azul representa a prefeitura da cidade pólo da RMC, e os vermelhos as outras vinte e cinco prefeituras constituintes desta região. Percebem-se as centralidades de grau (*degree*) pelos tamanhos dos nós e pelas suas posições fisicamente centrais no gráfico. A densidade e as centralidades estão expressas nos quadros 27 e 28 a seguir.

QUADRO 27 – DENSIDADE DAS RELAÇÕES ENTRE OS MUNICÍPIOS DA RMC

Rede	Densidade	Desvio padrão
Prefeituras municipais	0.0862	0.2806

QUADRO 28 – CENTRALIDADE DAS RELAÇÕES ENTRE OS MUNICÍPIOS DA RMC

	OutDegree	InDegree	Betweenness	nBetweenness
Adrianópolis	0,000	1,000	0,000	0,000
Agudos do Sul	0,000	1,000	0,000	0,000
Almirante Tamandaré	5,000	2,000	151,167	25,194
Araucária	1,000	3,000	66,500	11,083
Balsa Nova	4,000	1,000	6,167	1,028
Bocaiúva do Sul	3,000	1,000	31,000	5,167
Campina Gde do Sul	3,000	5,000	84,500	14,083
Campo Largo	4,000	1,000	7,500	1,250
Campo Magro	1,000	2,000	0,000	0,000
Cerro Azul	4,000	2,000	110,000	18,333
Colombo	0,000	4,000	0,000	0,000
Contenda	2,000	3,000	47,000	7,833
Curitiba	3,000	7,000	220,500	36,750
Dr Ulysses	2,000	1,000	28,000	4,667
Faz Rio Grande	4,000	4,000	113,000	18,833
Itaperuçu	1,000	2,000	0,000	0,000
Lapa	2,000	1,000	3,000	0,500
Mandirituba	1,000	2,000	0,000	0,000
Pinhais	4,000	1,000	24,667	4,111
Piraquara	0,000	1,000	0,000	0,000
Quatro Barras	1,000	1,000	0,000	0,000
Quitandinha	1,000	1,000	0,000	0,000
Rio Branco do Sul	2,000	3,000	108,000	18,000
São José dos Pinhais	3,000	4,000	78,167	13,028
Tijucas do Sul	4,000	1,000	25,833	4,306
Tunas do Paraná	1,000	1,000	33,000	5,500

Essa estrutura de relações mostrou densidade diminuta (Dens = 0.08262), comparada à rede com a participação das outras organizações governamentais (Dens = 0.3452), permitindo concluir, segundo Borgatti, Everett & Freeman (2002), a

existência de baixo grau de coesão e homogeneidade entre os municípios. Esse fato constata o insuficiente relacionamento para fins urbanísticos entre os municípios da RMC, apontado pelos próprios dirigentes das organizações durante as entrevistas.

As relações que acontecem são, em sua maioria, relativas aos municípios no entorno do pólo metropolitano, como se depreende da análise da matriz do Quadro 26 e do sociograma da Figura 9. Essa relações são, em sua maioria, provocadas por configurações físicas de limites territoriais, ligações por estradas e necessidades de transporte de modo geral, confirmando a classificação elaborada pelo Observatório das Metrôpoles apresentada na análise do contexto na quarta parte desta dissertação.

Percebe-se também que as ligações diretas com Curitiba se dão somente com municípios limítrofes a este pólo metropolitano, limitando a influência direta do pólo nas prefeituras do municípios mais afastados.

6.2 INFLUÊNCIAS NAS PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO

A verificação das influências da estrutura de relacionamento nas práticas organizacionais se deu a partir da análise da participação das variáveis estruturais da rede na estruturação das práticas de desenvolvimento urbano. Para fins desta análise, tendo em vista a multiplicidade apresentada pela estrutura de relações, os estudos foram realizados inicialmente considerando as relações técnicas e administrativas separadamente; em seguida, foram consideradas as relações integradas, ou seja, de cunho técnico e administrativo. Nesse mesmo sentido também foram analisadas relações de atores focais (*Ego network*) e suas influências em algumas práticas organizacionais.

6.2.1 Estrutura da rede e as práticas técnicas

De acordo com os cálculos realizados com ajuda do programa UCINET 6, essas relações técnicas apontam um nível de densidade de 0.2079, o que significa a existência de 20% das relações possíveis na rede. Ressalta-se nas relações o alto grau de centralidade de alguns atores, sobretudo, SEDU, COHAPAR, COMEC e SANEPAR, já apontando uma diferença da rede de conteúdo integrado, onde

também se destacam (Figura 6) a ASSOMECA e a COPEL, estas posicionando-se como atores eminentemente periféricos, o que indica a diminuta participação destes atores em relações de interesse direto para o urbanismo. Os dados coletados nas entrevistas demonstram que a COPEL mantém um *site* de orientação para arborizações urbanas, não tendo sido identificada, durante as entrevistas, nenhuma consulta por parte dos municípios, mas tão somente por funcionários da SEDU e da COMEC.

Já com relação à influência nas práticas, destacam-se nesse conteúdo relacional a centralidade da COMEC e as práticas referentes ao uso do solo descritas na quinta parte desta dissertação, sobretudo a “exigência e aprovação de projetos para a ordenação do uso e ocupação do solo”, pois em 18 dos 26 municípios foram feitas menções a este respeito.

Sabe-se, conforme já explicitado neste trabalho, que essa exigência tem como base a Lei Federal nº. 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano. A Lei define requisitos urbanísticos e determina que, para o caso da RMC, o exame e a anuência prévia à aprovação do projeto caberão à COMEC. Para algumas cidades visitadas, isto não passa de um estorvo a atrapalhar a administração do município, para outras, é uma forma de, “diante do eleitor”, justificar a não autorização, pois depende de órgão superior. Independentemente da necessidade ou não dessa prática, 18 municípios se referiram a ela como ação adotada regularmente. Representantes de outros municípios, incluindo o Pólo, afirmaram que não cumprem esta formalidade, pois “só atrapalha”, conforme demonstram abaixo os fragmentos (6) e (7) de entrevistas com um Secretário de urbanismo e um Secretário de obras.

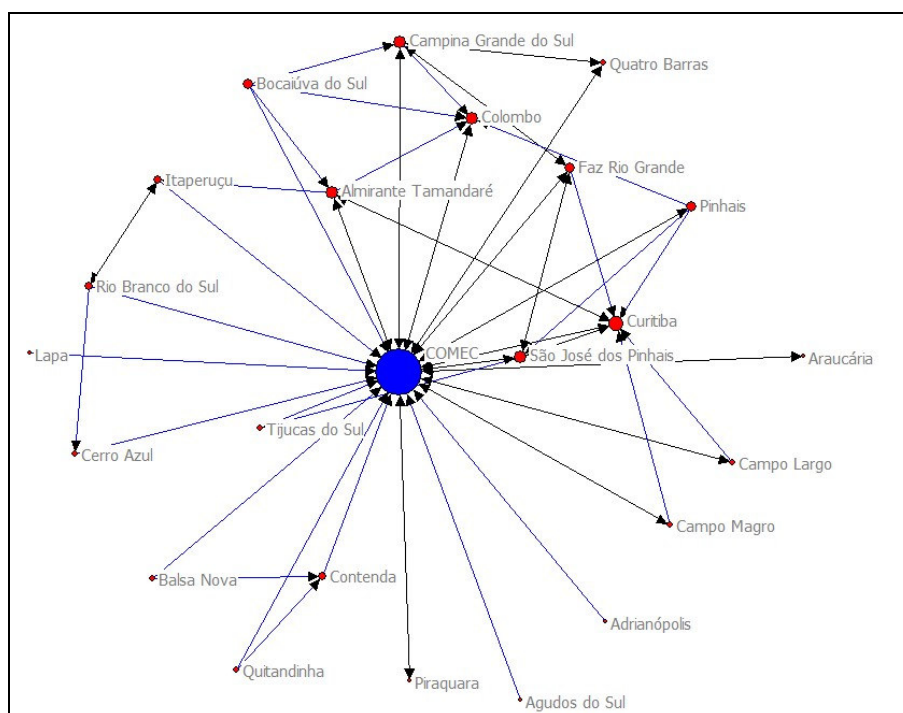
(6) “[...] a COMEC tem gente muito boa e competente, mas não tem estrutura para analisar as dezenas de solicitações que chegam por força da lei. Aqui em [nome de município da RMC] faz muito tempo que não se manda um projeto para lá”.

(7) “Nós mandamos um projeto há mais de um ano, mas até agora nada retornou”.

São fragmentos que, aliados às constantes perdas de poder explicitadas na quarta parte desta dissertação, sinalizam certo “esvaziamento” experimentado pela COMEC e a fragilidade de capacidade de trabalho em que o órgão metropolitano se encontra, rebaixado a um órgão vinculado à SEDU.

O sociograma da Figura 10, a seguir, tem como foco a COMEC, círculo azul, e mostra um extrato da rede técnica, onde se destacam os municípios que evidenciaram a prática em pauta, referente ao uso do solo, e as relações entre eles. São 23 municípios que fazem ligação com a COMEC por meio do envio de projetos para a ordenação do uso e ocupação do solo. As linhas azuis são ligações em um só sentido, as pretas indicam a reciprocidade de relação por quaisquer outros motivos técnicos. Três municípios não evidenciaram este tipo de prática. Assim, pode-se analisar, pela centralidade do órgão metropolitano, que nesta prática ele apresenta uma proeminência quanto ao número de conexões e contatos diretos com dezoito dos vinte e seis municípios.

FIGURA 10 – SOCIOGRAMA DA REDE DE RELACIONAMENTO COM A COMEC



Fonte: dados primários.

Cabe ressaltar que essa prática é devida a uma lei (Lei nº 6.766) e nota-se, por meio do tratamento de dados coletados nas entrevistas, que há participação intensa da dimensão de dominação (SCOTT, R., 2001) nesse tipo de atividade, pois os municípios simplesmente obedecem à lei por meio de mecanismos coercitivos (Blau, 1982), sob pena de não terem suas ordenações do solo legalizadas. Nota-se também a presença do pilar normativo nessa relação, pois se verifica uma lógica de que a legalização do procedimento urbanístico diante da COMEC gerará a

legitimidade necessária, como uma espécie de certificação de credibilidade diante de níveis governamentais superiores, para ter acesso aos benefícios de financiamentos e apoio técnico nos empreendimentos relativos ao projeto aprovado. Este fato pode ser evidenciado no fragmento (8) adiante, já citado neste trabalho por ocasião das definições de práticas:

(8) “O que a gente tem de fazer, e faz toda vida que alguém solicita o loteamento de um terreno, é analisar o projeto e mandar para a COMEC, pois sem a aprovação dela nós vamos ter complicações. [...] é arriscado nem conseguir apoio financeiro e técnico do Estado para depois passar água e esgoto naquele loteamento”.

A estrutura das relações demonstram e as entrevistas comprovam que esta é a prática em que a COMEC é mais citada. Dos vinte e três municípios relacionados a esta organização para este fim, apenas dois citaram outras atividades que o envolvem com aquele órgão. Dos três municípios que não se ligam a ela para a legalização dos projetos de uso do solo, dois citaram-na para dizer que não vêem razão para aquela burocracia.

6.2.2 Práticas nas relações administrativas

As relações de conteúdo somente administrativo referem-se às várias práticas levantadas por ocasião da pesquisa. São ações relativas à formalização de apoio financeiro, efetivação de parcerias, administração de pessoal e outros recursos de natureza diversa sempre relacionados ao urbanismo como parte integrante do desenvolvimento urbano. Portanto não se inserem nesse levantamento índices relacionados a outros setores, como a saúde, a educação e nível de empregos, entre outros.

A densidade das relações administrativas foi calculada em 0.2563 (Quadro 25), significando que existem mais de 25% das relações possíveis na rede. Este é um indicador de que, no que se refere a urbanismo, o conteúdo administrativo da rede, declarado pelos entrevistados, faz-se mais vigoroso do que o técnico (Dens = 0.2079). As centralidades de grau dessas relações administrativas apresentam características que diferem sobremodo das relações técnicas. Inicialmente encontramos alguns atores em destaque: SEDU, COHAPAR, ASSOMECA, COPEL e SANEPAR, diferindo das relações técnicas no sentido em que, apesar da

permanência da SEDU, COHAPAR, e SANEPAR, a COMEC saiu de sena e se posiciona ao lado da SEMA e do IPPUC, entre os atores mais periféricos da rede; a ASSOMECA e a COPEL assumem papel central, diferentemente do que se via no conteúdo técnico.

Nesse contexto, é importante evidenciar inferências advindas da situação estrutural em que a COMEC se posicionou. Como órgão metropolitano, esperava-se maior contribuição para a densidade das relações. Representantes entrevistados de 14 organizações, incluindo a própria COMEC, ou seja, cerca de 39% de toda a amostra afirmaram que o órgão já fora mais ativo nos assuntos metropolitanos há cerca de dez ou doze anos, variando de resposta para resposta.

Além disso, como se nota nas setas do sociograma da Figura 10, as ligações da COMEC indicam que ela está mais preocupada com os municípios mais próximos, conurbados ao pólo metropolitano.

Complementando as entrevistas, destacam-se textos extraídos de um “novo PDI/2007²”. Na parte 3 do documento, Proposta de um novo arranjo institucional, é encontrado o seguinte fragmento, relacionado aos Conselhos Deliberativo e Consultivo vinculados ao órgão metropolitano:

“Nos dias atuais, não há informação documental quanto à atividade destas instâncias, abrindo uma lacuna institucional para o desdobramento das discussões de âmbito metropolitano que requerem, segundo os preceitos constitucionais do Estado, a participação obrigatória dos municípios e da sociedade civil no processo de gestão regional integrada.” (COMEC, 2007, p. 242)

Nesse mesmo documento, agora apresentando a missão institucional do órgão metropolitano, o seguinte fragmento pode ser encontrado:

“Com relação ao assessoramento e apoio técnico, de fato, os entes públicos metropolitanos – estaduais e municipais – carecem de um órgão central capacitado a processar e gerar tecnologias, diretrizes e critérios técnicos com uma dimensão agregadora[...]”.(COMEC, 2007, p. 245)

Comprova-se mais uma vez o processo de esvaziamento de função pelo qual está passando a COMEC. Um representante deste órgão insiste em afirmar que a elevada centralização do atual governo do Paraná é a causa dessa subtração de poder do órgão. Já o representante da SMAM, argumenta que a falta de um aparato de recursos, principalmente financeiro, tem levado a COMEC a perder o seu papel.

² O Plano de Desenvolvimento Integrado da RMC foi revisado e teve como resultado a proposta para o PDI/2007, que está à disposição do público na biblioteca da COMEC.

Durante a pesquisa, foi entrevistado um engenheiro e arquiteto que exerceu muitos cargos públicos, destacando-se como membro do conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e Secretário de Estado da Secretaria Extraordinária para Desenvolvimento dos Municípios do Paraná e, por duas vezes, Diretor Presidente do IPPUC. É também funcionário aposentado do IPPUC, com 79 anos de idade e, atualmente, é assessor direto do atual presidente daquele órgão. Perguntado sobre um suposto esvaziamento da COMEC, órgão em que ocupa uma cadeira no conselho consultivo, responde no fragmento (9) abaixo:

(9) “[...] o problema não é esse ou aquele governador. O problema é a maneira como foi estruturada a COMEC. Criaram esse negócio de região metropolitana e fizeram uma COMEC sem dinheiro, sem recurso. A grande maioria dos municípios não tem uma equipe de funcionários somente para planejamento e a COMEC não consegue cumprir o papel dela, pois ninguém tem interesse em quem não tem dinheiro. Eu tentei uma solução, quando Secretário de Planejamento do Estado, que foi montar a estrutura do PARANACIDADE [...] fica muito mais fácil. É aquele negócio do toma lá da cá. Ambos tem interesse. Mas isto é para todo o Estado e não somente a RMC.[...]”

Seja por pressões políticas, instrumentais ou outras, a COMEC passa por um processo de enfraquecimento, sofrendo intensa degradação de sua missão como órgão metropolitano. Maiores detalhes dos motivos que levam o órgão a este processo não são evidenciados nesta dissertação, por não serem objetos da pesquisa.

Quanto às influências nas práticas de desenvolvimento urbano, destaca-se nesse conteúdo relacional a “concessão de isenção de taxas e impostos municipais para moradores de baixo poder aquisitivo”. Apesar de apenas sete organizações terem feito referência a esta prática, ela sobressaiu por ser eminentemente administrativa e influenciar sobremaneira os destinos técnicos urbanísticos das cidades. Acrescente-se a isso o fato de a prática envolver um componente cultural, diversas vezes ressaltado pelos entrevistados: “o jeitinho brasileiro” (HOLANDA,1995).

As deficiências inerentes ao recolhimento do IPTU foram citadas por gestores entrevistados, ora por falta de funcionários para a fiscalização, ora por benefícios paternalistas de governantes e até mesmo por descaso da população, ao ter a “certeza” de que não será diretamente prejudicada.

No que se refere às possíveis influências da estrutura de relações nesse tipo de prática, ficou claro entre os entrevistados que as relações com a SEDU e a

COHAPAR, com alto nível de centralidade administrativa, muitas vezes resolvem os problemas de carência financeira do município, colaborando com essa inércia administrativa que se contrapõe até às determinações legais que baseiam o imposto.

No caso do IPTU, percebe-se um nível de centralidade baixo entre os municípios que levantaram a questão. Essa análise permite compreender que a deficiência de relações dos municípios que evidenciam esta prática conforma estruturas habilitadoras e constrangedoras. Fica evidente, portanto, que essas organizações com menor fruição das informações que fluem na rede experimentam um isolamento social no contexto da RMC, que lhes proporciona poucas oportunidades de experiências e entendimento comuns com outros municípios (MIZRUCHI, 2006), que já desenvolvem padrões administrativos refinados no sentido da gestão de impostos.

O componente cultural do “jeitinho” e do paternalismo, que conduzem ao não pagamento do IPTU, somente vêm comprovar que as organizações são também sistemas culturais e sociais (SCOTT, R., 2001). Como ressaltam Barley e Tolbert (1997), “as influências culturais na tomada de decisão e nas estruturas formais são realçadas pela Teoria Institucional” que, neste caso, não deixou de examinar o contexto do ambiente institucional, expressado por uma cultura brasileira bem aferrada em algumas organizações públicas.

6.2.3 As relações e as práticas de envolvimento técnico e administrativo

Evidenciando a multiplicidade das relações, ressaltou-se uma prática explorada pela pesquisa com todos os municípios: a elaboração do Plano Diretor. Este tipo de planejamento tem sido palco das discussões municipais, sobretudo após a instituição do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001). É uma prática presente em todos os municípios da RMC, com suas diferentes fases de elaboração e ações peculiares, que envolvem procedimentos técnicos e administrativos e relações com variados conteúdos.

Torna-se de cunho eminentemente técnico no momento em que são discutidas as estratégias a serem utilizadas naquele plano, e administrativo quando os municípios buscam financiamentos para custear as várias atividades necessárias à elaboração do plano. Dessa forma, a análise da influência das relações em estudo

pode ser efetivada por meio das duas redes mapeadas, a de conteúdo técnico e administrativo.

No centro dessas discussões está a SEDU, pelo braço do PARANACIDADE. Após a determinação da Lei Estadual nº. 15.229 de 25 de julho de 2006 (PARANÁ, 2006), em que o Governo do Estado do Paraná “somente firmará convênios de financiamento de obras de infra-estrutura e serviços com municípios que disponham de Planos Diretores que observem o [Estatuto da Cidade](#)”, a SEDU iniciou uma fase de programas com a finalidade de oferecer apoio técnico e financeiro para a elaboração dos planos diretores. As relações advindas dessa prática, tanto técnica como administrativa, foram as mais evidenciadas durante as entrevistas. Isso explica grande parte da densidade apresentada na rede ($Dens = 0.3452$), pois assim como os elevados índices de centralidade da SEDU nas relações integradas e nas de conteúdo técnico e administrativo separadamente, assumindo a liderança em termo de centralidade de toda a RMC e um papel intermediador (Scott, 2000), haja vista o elevado nível de *Betweenness* (186,796). Acrescente-se a isso o fato de que a multiplicidade de relações evidenciada por aquela Secretaria do Estado pode significar aumento de estabilidade nas relações (ALDRICH, 1979). O Quadro 29 mostra os índices.

QUADRO 29 - CENTRALIDADE DA SEDU

Relações totais – todos os conteúdos		
	<i>OutDegree</i>	<i>InDegree</i>
SEDU	32,00	35,00
Conteúdo técnico		
SEDU	32,00	27,00
Conteúdo administrativo		
SEDU	30,00	31,00

Fonte: dados primários

Sem uma equipe de técnicos especializados com tempo dedicado exclusivamente a essa tarefa nos municípios, verifica-se, em diversos documentos e nos depoimentos dos vários gestores, uma substancial presença de empresas de Arquitetura e Engenharia sendo terceirizadas pelas prefeituras para a elaboração do plano. Dos vinte e seis municípios consultados, vinte e um (80,7%) declararam a utilização de uma empresa especializada em planos diretores, seja para elaborá-los ou para revalidá-los. Tudo isso teve início com a promulgação do Estatuto da Cidade, que em seu Art. 50 determina:

“Os municípios que possuam população urbana maior do que 20.000 habitantes e os municípios integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, que não tenham plano diretor aprovado na data de entrada em vigor do [Estatuto da Cidade](#), deverão aprová-lo no prazo de cinco anos.” (BRASIL, 2001, Art. 50)

Cinco anos significava estar com os planos aprovados pela Câmara Municipal até 11 de outubro de 2006. Acrescente-se a isso o fato de que poucos municípios, além de Curitiba, tinham os respectivos planos por ocasião da promulgação da Lei. Entretanto, a realidade atual encontrada na pesquisa foi: treze municípios com os planos prontos e aprovados pela Câmara Municipal (50% dos municípios da RMC), dez em fase adiantada de elaboração (38,5%), alguns faltando apenas a aprovação na Câmara e a correção de alguns detalhes técnicos, e três ainda em fase inicial de elaboração, segundo informações das próprias prefeituras. Um destes ainda está muito atrasado, pois contratou uma empresa de Engenharia que não cumpriu a parte dela. Isto prejudicou muito o andamento da elaboração do Plano.

A análise dos vários planos diretores permite inferir que todos são muito parecidos em sua forma e estratégias, planejadas para: habitação, meio ambiente, patrimônio cultural, mobilidade urbana, zoneamento, entre outros. Este fato conduziu a uma investigação mais aprofundada para se compreender essa semelhança. Assim, em contato com duas empresas curitibanas – PERTHIA e VPC/Brasil, que realizam esse tipo de atividade, verificou-se que a semelhança se deve sobretudo aos modelos de estratégias e ferramentas apresentados pelo próprio Estatuto da Cidade, que praticamente normatiza o modelo de Plano Diretor. Outra explicação é o fato de estarem sendo elaborados com apoio dessas empresas especializadas, que buscam aplicar as técnicas de Engenharia e Arquitetura vigentes, principalmente aquelas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Acrescente-se a isso, com exceção de uma empresa do Rio Grande do Sul contratada por um município, a maioria dos profissionais das empresas terem formação e especialização nos cursos superiores da cidade de Curitiba, ressaltando-se os da PUC-PR e da UFPR.

Ao apresentar indicadores de estruturação de um campo organizacional, Scott (2001) adiciona, entre outros, a extensão dos acordos na lógica institucional que direciona as atividades no campo e o aumento do isomorfismo entre as populações. Assim, esse compartilhamento de um conjunto de normas entre os

municípios da RMC demonstra um isomorfismo normativo (MACHADO-DA-SILVA, FONSECA e FERNANDES, 2000), que tem conduzido a formas comuns de interpretação e de ação em face dos problemas e das exigências de elaboração dos planos diretores. Verifica-se também que essa semelhança tem sido resultado da profissionalização, via processo treinamento similar nos cursos de Engenharia e Arquitetura, que os socializa em visões de mundo idênticas, que difundem idéias entre eles (DIMAGGIO e POWEL, 1983; MACHADO-DA-SILVA e FONSECA, 1993).

A inferência sobre as semelhanças nos planos vai além e atinge ilações numa situação espaciotemporal futura. Em vista de o Plano Diretor ser um instrumento que orientará as ações a serem implementadas para o desenvolvimento urbano, fica a expectativa de que esse isomorfismo extrapolará as fronteiras documentais e atingirá outras práticas urbanas concretizadas no espaço físico de cada cidade. Essa expectativa fica mais acentuada com a informação de que quatro municípios da RMC, lindeiros entre si, orientados pelo PARANACIDADE, contrataram a mesma empresa de urbanismo.

No curso da investigação dessa prática não se pôde deixar para trás o fato da determinação na Lei Estadual nº. 15.229, já citada e que impõe, coercitivamente por meio de sanções, a elaboração do Plano Diretor. Fica aqui evidente o formalismo na sociedade brasileira, aumentando o peso do mecanismo coercitivo na dinâmica da mudança social (MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; NASCIMENTO e OLIVEIRA, 2003), ensejando uma preocupação mais acurada no estudo dos pilares institucionais.

Outra prática que sugere o conceito de multiplicidade nas relações é a referente à integração de transportes coletivos.

A missão da COMEC, de coordenar e planejar as funções públicas de interesse comum metropolitano, contém a preocupação com o transporte coletivo. Assim, em 1978, por ocasião da aprovação do PDI/78, já ficou definido o sistema viário básico da RMC. Em 1996 foi firmado um convênio COMEC/URBS, em que ficou contratada a Administração Operacional do Sistema Integração Físico-Tarifária com a Rede Integrada de Transporte. Em 2000, o Conselho Deliberativo da COMEC criou a Câmara Técnica de Sistema Viário Metropolitano, incluindo, entre os seus membros a ASSOMECA, IPPUC e outras organizações de interesse para o transporte coletivo.

As entrevistas e toda a documentação relativa ao transporte metropolitano comprovam que as relações inerentes a essa prática estão diretamente envolvidas com a URBS e com as prefeituras que apresentam índices de centralidade mais elevados. O Quadro 30 mostra as centralidades da URBS, assim como os quadros e sociogramas apresentados no início desta parte do trabalho atestam a centralidade das 12 prefeituras da RMC que participam da integração do transporte coletivo, como se vê no Quadro 31 a seguir.

QUADRO 30 – CENTRALIDA DA URBS

Relações totais – todos os conteúdos		
	<i>OutDegree</i>	<i>InDegree</i>
URBS	18,000	19,000
Conteúdo técnico		
URBS	5	17
Conteúdo administrativo		
URBS	15	5

Fonte: dados primários

QUADRO 31 - CENTRALIDADE NO TRANSPORTE INTEGRADO

Prefeitura	<i>OutDegree</i>	<i>InDegree</i>
Curitiba	13,000	17,000
São José dos Pinhais	13,00	12,00
Fazenda Rio Grande	11,00	11,00
Colombo	7,00	12,00
Almirante Tamandaré	15,00	11,00
Araucária	8,00	10,00
Pinhais	13,00	10,00
Campo Magro	11,00	10,00
Campo Largo	13,00	9,00
Contenda	5,00	9,00
Piraquara	9,00	9,00
Itaperuçu	7,00	8,00

Fonte: dados primários

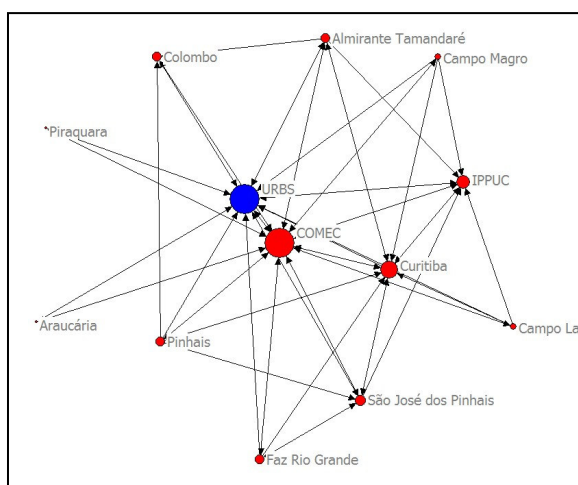
Nota-se uma diferença de centralidade entre as relações provenientes da URBS (*OutDegree*) e aquelas cujo destino é ela (*InDegree*), conforme as Figuras 11 e 12 adiante. Tecnicamente, essa organização de transporte é mais procurada pelos municípios, pois estes buscam informações para melhores adaptações de suas vias e seus equipamentos urbanos às exigências do transporte integrado. Administrativamente, a URBS tem mais interesse em celebrar e manter convênios com os municípios. A visão dessa empresa quanto ao comprometimento é de que

há um acordo, apesar de a maioria dos municípios enxergarem como uma obrigação.

Estas diferenças nas relações dos dois conteúdos relacionais são bem notadas nos sociogramas Figuras 11 e 12 abaixo, onde uma rede focada somente nas relações da URBS - *ego network* - permite a avaliação dos laços declarados pela organização no sentido de outras e aqueles ressaltados por iniciativa das outras organizações em relação a esta companhia de transporte coletivo. As linhas com setas indicam a relação e o respectivo sentido. Ressalte-se que estas não são relações somente referentes a transporte, mas a todas as práticas que envolvem ambos os conteúdos.

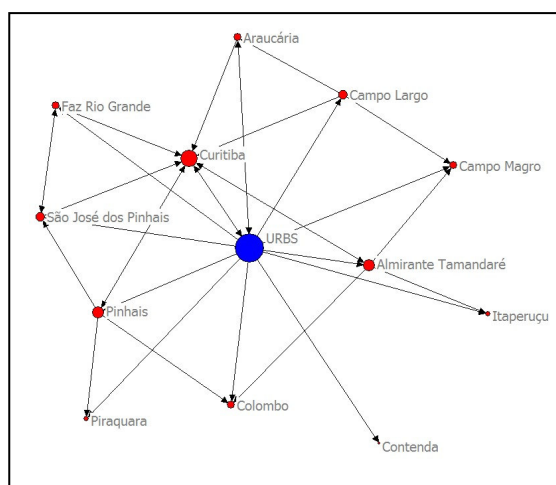
A análise da centralidade nessas relações de múltiplo conteúdo denota a posição focal compartilhada entre a URBS e a COMEC no contexto do transporte coletivo.

FIGURA 11 – Relações técnicas – URBS



Fonte: dados primários

FIGURA 12 – Relações administrativas - URBS



Fonte: dados primários

Entretanto a disputa por posição focal COMEC-URBS somente resiste até as evidências das entrevistas, visto que, dos vinte e seis municípios contatados, nenhum fez referência à COMEC como órgão coordenador do transporte na RMC. Esta referência foi tão somente encontrada em entrevistas na própria organização, na SEDU e na URBS, por conhecerem formalidades do convênio firmado em 1996. Isso indica que as relações incidentes na COMEC insistem em ser tão somente de uso do solo, como já analisadas.

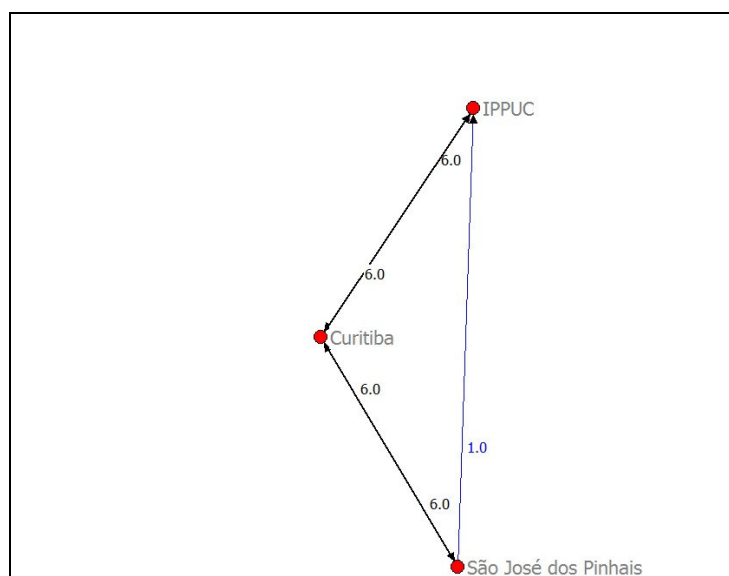
Dessa forma, a URBS assume uma posição focal referente a transporte coletivo, colaborando para o acréscimo da densidade da rede. Assim, pode-se

concluir que essa estrutura de relações surge como resultado da reprodução de ações para o desenvolvimento do transporte coletivo integrado, ao passo que se verifica a recorrência das ações de operacionalização do transporte integrado influenciadas pelas relações existentes. Essa dualidade da estrutura de relações é explicada por Giddens (2003) e constitui o cerne da Teoria da Estruturação. A estrutura, no seu papel habilitador (GIDDENS, 1978), entra simultaneamente na constituição das práticas do transporte coletivo integrado e passa a existir nos momentos geradores das ações (GIDDENS, 2000; COHEN, 1999) inerentes à operacionalização desse transporte na RMC.

Ainda sob as perspectivas de uma multiplicidade de relações, destacam-se as práticas sob as responsabilidades do IPPUC e do IDU. A criação do IPPUC em Curitiba desde 1965 concebeu um órgão responsável por todas as ações relacionadas ao planejamento urbano e monitoramento da execução do Plano Diretor da cidade. Nesse mesmo sentido, percebe-se mais recentemente o surgimento do IDU em São José dos Pinhais, sugerindo a recorrência em outra prefeitura das ações de um órgão integrador dos outros órgãos responsáveis pela organização urbanística do município.

A propósito dessas práticas evidentes nos dois municípios, apresenta-se o sociograma da Figura 13.

FIGURA 13 – SOCIOGRAMA DA TRIÁDE CURITIBA - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - IPPUC



Fonte: dados primários

O sociograma da Figura 13 é um extrato das relações de conteúdos integrados: destaca-se a tríade (WASSERMAN e FAUST, 1994), formada por Curitiba – São José dos Pinhais – IPPUC. Verifica-se que sempre há entre eles laços de ligação com boa intensidade e conveniente comprometimento, conforme as diversas matrizes (Anexo 4). Essas relações ficam ressaltadas na matriz multiplexa do Quadro 24, com o número (1) indicando relações técnicas, e o (6) uma combinação de relações técnicas e administrativas. A reciprocidade é evidenciada pelas setas e a representação de preto ligando Curitiba aos outros dois atores, indicando cooperação e colaboração (OLIVER, 1990). A tríade em estudo permitiu visualizar canais por meio dos quais certamente fluem informações (J. SCOTT, 2000), que explicam a ocorrência de um isomorfismo mimético, pois a adoção recente, por parte de São José dos Pinhais, dos procedimentos e arranjos estruturais implementados por Curitiba, materializados na figura do IPPUC desde a década de 60 do século passado, veio certamente reduzir a incerteza (MACHADO-DASILVA, FONSECA e FERNANDES), ocasionada pelas exigências institucionais da acelerada urbanização experimentada por aquele município, que já se encontra mais de 89% urbanizado e com um nível muito alto de integração à dinâmica da aglomeração circundante à cidade-pólo.

Ressalta-se também, nesta análise, a pouca participação do IPPUC nas ligações diretas com os outros municípios. É notória a capacidade de conhecimento em problemas urbanísticos acumulada por esse Instituto. No entanto, nas palavras de Firkowski (2002), provavelmente as demandas de Curitiba tenham sido elevadas e mais relevantes que as metropolitanas, que não mereceram atenção maior por parte do IPPUC. No entanto o inverso é também verdadeiro, pois o atual presidente e o anterior afirmaram em entrevista pessoal que o IPPUC é procurado por vários países anualmente, exportando conhecimento por meio destas visitas e de palestras direcionadas a outras cidades, mas os entrevistados não lembram a visita de nenhum município da RMC. Outro aspecto importante a ser observado, afirmado por dois prefeitos em entrevista, é a subordinação do IPPUC à Curitiba, que não tem permitido o apoio do Instituto a municípios vizinhos. A posição em que se coloca o Instituto na rede somente vem corroborar as afirmações da geógrafa Firkowski (2002), e dos entrevistados.

As relações do IPPUC têm ocorrido, por obrigações funcionais, somente com Curitiba, por conveniência técnica com SMAM e COMEC; a procura por este instituto só tem sido feita pelos municípios de Almirante Tamandaré, Campo Largo, Campo Magro e São José dos Pinhais. As trocas de informações têm ocorrido muitas vezes devido ao rodízio de funcionários entre as organizações estabelecidas na capital do Estado. São amigos que se ligam com frequência e “trocam figurinhas”, segundo um funcionário da COMEC. Isso também enseja o isomorfismo normativo com base nas normas e regras compartilhadas pelos técnicos, já evidenciado na RMC por ocasião da análise dos planos diretores.

Do acima exposto, verificou-se que as relações entre as organizações implicadas nas questões urbanísticas da RMC influenciam sobremaneira as práticas reputadas de importância para o desenvolvimento urbanístico de cada município constituinte dessa região. Isso foi demonstrado por meio do exame de algumas práticas que se mostraram mais influenciadas nas percepções avaliativas do pesquisador.

Assim, pode-se afirmar que os objetivos específicos traçados para se investigar o problema de pesquisa formulado foram atingidos, restando ainda as conclusões que possam integrar os resultados em torno do objetivo central deste trabalho.

7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente estudo preocupou-se com a integração dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, a partir da elaboração da idéia de uma possível rede de relações que pudesse influenciar as práticas de desenvolvimento urbano em cada município. Para investigar essa pressuposição, fez-se necessária uma descrição do contexto da metrópole examinada e a identificação das organizações responsáveis pelo planejamento urbanístico. A partir daí, foram identificadas as práticas de desenvolvimento urbano e a estrutura das relações entre essas organizações, para então verificar as influências dessa estrutura naquelas práticas.

Constatou-se inicialmente uma variedade intensa, em termos de diferenças econômicas e sociais entre municípios da RMC, que apresentam índices de urbanização variando de 100% (Curitiba) a 11,8% (Doutor Ulysses). Ressaltam-se também dois conjuntos de municípios: os mais fortemente integrados, situados ao redor do pólo metropolitano, e aqueles com níveis mais fracos de integração, trazendo para esta região institucionalizada municípios praticamente à margem dos processos peculiares do fenômeno urbano.

Concluiu-se pela existência de uma rede de relações cujo tamanho, além das 26 prefeituras municipais que constituem a RMC, envolve organizações do governo estadual ou vinculadas a este, bem como órgãos ligados diretamente à Prefeitura de Curitiba, todos com responsabilidades urbanísticas na RMC como um todo, perfazendo um total de 36 organizações.

Esta estrutura de relações, enfocada nas questões urbanísticas, apresentou uma multiplicidade de conteúdos relacionais, que foram categorizados no presente estudo para fins exclusivamente analíticos, em conteúdos técnicos e administrativos. Os técnicos, direcionados para o fluxo de informações de interesse direto com a atividade estudada - o urbanismo - e os administrativos, referentes às relações que envolvem recursos, documentos e informações que influenciem indiretamente essa atividade.

Concluiu-se que o relacionamento para fins urbanísticos entre os municípios da RMC está muito aquém das necessidades apontadas pelos próprios dirigentes das organizações. A estrutura de relações somente entre as prefeituras dos municípios mostrou-se com densidade diminuta ($Dens = 0.0862$), comparada à rede

com a participação das outras organizações governamentais (Dens = 0.3452). Esta constatação explica o incipiente fluxo de informações diretas entre as prefeituras, atestado pelos entrevistados. As relações que acontecem são, em sua maioria, relativas aos municípios no entorno do pólo metropolitano, ou provocadas por configurações físicas de limites territoriais, estradas e necessidades de transporte de um modo geral.

As ligações diretas com Curitiba se dão somente por municípios limítrofes a este pólo metropolitano, comprovando a descrição do contexto regional estudado, em que cientistas interessados nas questões urbanas não estão vislumbrando uma irradiação do modelo urbanístico curitibano para a região metropolitana. Isso demonstra a afirmação de Firkowski (2002, p. 2) quanto ao modelo de sucesso curitibano das práticas de urbanismo, que “se tornam inadequadas quando a problemática urbana assume outra dimensão”, pois não são adequadas ao aglomerado metropolitano.

Por outro lado, a criação do IDU pela prefeitura de São José dos Pinhais, como órgão responsável por todas as ações relacionadas ao planejamento urbano e monitoramento da execução do Plano Diretor, no modelo semelhante ao do IPPUC, criado desde 1965 em Curitiba, demonstra uma influência da estrutura relacional da tríade: Curitiba - IPPUC - São José dos Pinhais. Essa relação é estruturada por laços intensos e de conveniente comprometimento e, certamente, concorreu para o desenvolvimento de um isomorfismo mimético, caracterizado pela adoção daquela organização por São José dos Pinhais.

Entre os membros da rede ressaltam-se, além das prefeituras, seis organizações que evidenciaram altos níveis de centralidade: SEDU, COHAPAR, SANEPAR, COMEC, ASSOMECC e COPEL. No entanto a análise de dados somente apontou as quatro primeiras a atribuírem ressaltadas influências nas ações municipais.

A ASSOMECC, como associação existente para promover o estabelecimento da cooperação entre os municípios e os prefeitos da RMC, não tem conseguido cumprir sua missão favoravelmente. A organização atribui essa ineficácia à existência de disputas de poder político, às vaidades pessoais dos prefeitos e à competição entre municípios. A centralidade desse órgão configura-se tão somente

devido a relações administrativas de baixa freqüência que não foram reconhecidas pelos entrevistados como influenciadoras de aspectos urbanísticos.

A COPEL situa-se em posição privilegiada na estrutura da rede, sobretudo pelos vários convênios de prestação de serviços com as prefeituras. A influência dessa centralidade e da densidade de suas relações tem sido manter, em todos os municípios da RMC, os padrões de energia elétrica de todo o Estado. Por outro lado, a necessidade desse serviço conduz as prefeituras às ações que reforçam constantemente essas relações com a COPEL.

A COMEC se coloca em uma posição central na rede de relações, influenciando sobretudo as práticas das prefeituras de “exigência e aprovação de projetos para a ordenação do uso e ocupação do solo”, com base na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Esta influência de centralidade estrutural da COMEC demonstra participação intensa da dimensão de dominação por meio de mecanismos coercitivos, levando os municípios a cumprirem uma determinação por força da lei. Essa propriedade estrutural também apontou uma influência normativa, justificada pela lógica de que a legalização do procedimento urbanístico gerará a necessária legitimidade diante de níveis governamentais superiores, para o acesso a benefícios de financiamento.

As práticas relacionadas à elaboração e atualização do Plano Diretor em cada município mostraram-se sobremaneira influenciadas pela centralidade da SEDU na estrutura da rede. Esta organização, como representante do Governo do Paraná, é guardiã da Lei Estadual nº. 15.229, agindo coercitivamente por meio de sanções aos que não concluírem o Plano Diretor.

Nessa investigação das práticas referentes aos planos diretores dos municípios, a multiplicidade da rede também foi evidenciada. Surgem relações eminentemente técnicas no momento em que são discutidas as estratégias a serem utilizadas naquele plano, e administrativas quando os municípios buscam financiamentos para custear as várias atividades necessárias à sua elaboração, fato que, inversamente ao examinado no problema de pesquisa, indica a influência das práticas nas relações.

Notou-se semelhança entre os planos diretores dos diversos municípios. Isso se deve a uma padronização imprimida pelo Estatuto da Cidade e à circulação de profissionais de empresas especializadas e terceirizadas pelas prefeituras, aplicando

as normas técnicas de Engenharia e Arquitetura, sobretudo aquelas aprendidas nos mesmos bancos escolares dos cursos superiores da cidade de Curitiba. Nesse panorama, a presença do isomorfismo normativo fica patente e conduz os gestores das prefeituras a formas comuns de interpretação e de ação. O fato permite conclusões no sentido de que, por se tratar de plano, as semelhanças poderão concretizar-se fisicamente, em um futuro próximo, no espaço de cada cidade.

As práticas de integração de transportes coletivos são influenciadas pela centralidade da URBS, da mesma forma que a presença desta organização reforça a densidade da rede, sobretudo nas relações entre os municípios mais conurbados com o pólo metropolitano. A responsabilidade da COMEC, quanto à integração do transporte coletivo, pouco percebida pelos gestores municipais, tem-se restringido ao acompanhamento dos trabalhos que são realizados pela URBS.

Ficou claro, na análise dos índices de centralidade, o posicionamento periférico de alguns municípios na estrutura examinada, evidenciando uma precariedade de relações que pode ter conformado uma estrutura constrangedora ou habilitadora para determinadas práticas. Perceberam-se práticas de concessão de isenção de taxas e impostos em sete municípios, com menor fruição das informações que circulam na rede. Assim, as referidas prefeituras devem estar experimentando um isolamento social no contexto da RMC que lhes proporciona poucas oportunidades de experiências e entendimento comuns (MIZRUCHI, 2006) com outros municípios que já desenvolvem padrões administrativos refinados no sentido da gestão de impostos.

No curso das investigações pôde-se também inferir algumas articulações com teorias e conceitos defendidos por cientistas referidos no quadro teórico que informou os trabalhos.

A análise das concessões de isenção de taxas e impostos permite articulação importante, uma vez que nessas práticas foi detectado o componente cultural do “jeitinho” e do paternalismo, comprovando que as organizações são também sistemas culturais e sociais (SCOTT, R., 2001). Neste caso, a capacidade analítica da Teoria Institucional, que informou o presente trabalho, não deixou de examinar o contexto do ambiente institucional, expressado pela cultura brasileira. No mesmo caso, pôde-se apreciar a presença de prefeituras estratificadas periféricamente na

rede e com pouco envolvimento em relações importantes, demonstrando os conceitos de Knoke e Burt (1983).

Nesse mesmo sentido, a investigação inicial no ambiente estudado mostrou forte presença de fatores como regras, normas de comportamento e pressupostos de crenças e valores, evidenciando pilares institucionais regulativos, normativos e cultural-cognitivos a governarem relações no campo organizacional (SCOTT, 2001). Os resultados dos estudos confirmaram a validade de se haver pesquisas neste tipo de contexto com as informações da Teoria Institucional.

Acerca das práticas de desenvolvimento urbano, pode-se afirmar que foram identificadas com base nos conceitos de Giddens (1978) e operacionalizadas a partir da análise das ações implementadas no sentido de serem cumpridas as funções sociais da cidade, de acordo com o que prevê o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001). A característica de recorrência foi evidenciada, muitas vezes, em entrevistas com atores distintos de organizações distintas, o que permitiu concluir que, mesmo não se (re)construindo na mesma organização, a prática pode surgir, recursivamente, em outro local do espaço social.

Os diversos conteúdos relacionais encontrados na rede, sobretudo na pesquisa das práticas referentes aos planos diretores dos municípios, demonstrou a validade das preocupações de Aldrich (1979) e Knoke e Burt (1983), ao elaborarem conceitos de multiplicidade.

A proeminência de algumas organizações, principalmente aquelas vinculadas ao governo estadual, quanto ao número de conexões e à respectiva dominância relativa às influências nas práticas de desenvolvimento urbano dos municípios da RMC, comprovam-se as idéias de centralidade defendidas por Galaskiewicz (1979), Knoke e Burt (1983) e Scott, J., (2000).

Por outro lado se verifica que a centralidade analisada isoladamente não pode definir o nível de influências sobre a rede; haja vista a situação da ASSOMECA que apresenta alto nível de centralidade nas relações administrativas, mas elas não apresentam grande importância para os assuntos urbanísticos. As relações apresentadas são muitas vezes de caráter social e de relações públicas.

A promulgação da Lei Estadual nº. 15.229, agindo coercitivamente por meio de sanções aos que não concluírem o Plano Diretor, é uma ação que demonstra o formalismo na sociedade brasileira, aumentando o peso do mecanismo coercitivo na dinâmica da mudança social (MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; NASCIMENTO e OLIVEIRA, 2003) e que cientificamente continua a ensejar preocupações mais acuradas sobre estudo do pilar institucional regulativo (SCOTT, R., 2001).

Para “cumprir a missão” do Plano Diretor “imposto” pelo Estatuto da Cidade e por lei estadual já citada, agindo sem uma equipe de técnicos especializados, verificam-se municípios com substancial presença de empresas de Arquitetura e Engenharia sendo terceirizadas pelas prefeituras para a elaboração ou revisão do plano. Meyer e Rowan (1977) enfatizam que as mudanças advindas do largo espectro do ambiente institucional causam impactos nas formas organizacionais. Este advento, iniciado pelo Ministério das Cidades, tem imprimido dinâmicas não costumeiras nas diversas prefeituras, como organizações responsáveis pelo planejamento urbano.

As relações entre práticas e estrutura da rede, ressaltadas nos casos de padronização dos serviços de energia elétrica e de integração dos transportes coletivos, atesta a dualidade da estrutura (GIDDENS, 1978), ao se deparar com relações (re)construídas e com recorrências de ações. As relações são resultantes da reprodução de ações para o fornecimento de serviços de energia elétrica ou desenvolvimento do transporte coletivo integrado. As recorrências são das ações de operacionalização desses serviços ou do transporte integrado, influenciadas pelas relações já existentes.

A legalização da ordenação do uso e ocupação do solo junto à COMEC na busca de legitimidade para o acesso a recursos, assim como as semelhanças entre os planos diretores dos diversos municípios, devido à padronização imprimida por normas e à circulação de profissionais, enfatizam a presença do isomorfismo normativo (DIMAGGIO e POWEL, 1983; MACHADO-DA-SILVA e FONSECA, 1993), permitindo o compartilhamento dessas normas e de rotinas de trabalho nas práticas das diversas prefeituras da RMC.

Já o isomorfismo mimético (DIMAGGIO e POWEL, 1983), explicado pela Teoria Institucional, foi caracterizado na criação do IDU em São José dos Pinhais,

com a finalidade de reduzir a incerteza (MACHADO-DA-SILVA, FONSECA e FERNANDES) ocasionada pelas exigências institucionais da acelerada urbanização. Assim, estão sendo reproduzidos idênticos procedimentos e arranjos estruturais implementados por Curitiba há mais de quarenta anos, com a criação do IPPUC.

Giddens (1989) admite que uma rede possa ser constituída de relações de natureza diversa, contendo, entre outros: conflito, competição, cooperação e relação de poder. Essa afirmação ficou patente durante a pesquisa no momento em que um dirigente da ASSOMECA explica que a associação não tem conseguido cumprir sua missão devido à existência de disputas de poder político, às vaidades pessoais dos prefeitos e à competição entre municípios.

Algumas recomendações foram registradas ao longo do trabalho e são relatadas com a intenção de facilitar e ensejar estudos futuros.

Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa evidenciou a necessidade da realização de estudos mais aprofundados sobre a integração das abordagens definidoras de amostras de atores em uma rede social. A combinação das técnicas apresentadas por Scott J.(2000): *positional approach* e *reputational approach*, pode ser de grande valia nas investigações com redes sociais, como o foi neste trabalho.

Outra ferramenta que necessita de estudos mais detalhados são as escalas que baseiam os questionários em uso na literatura nacional de análise de redes sociais: por vezes, não demonstram fidelidade nos dados coletados, ficando à disposição dos respondentes interpretações fundamentais de terminologias específicas das estruturas de redes.

Uma recomendação reputada de maior importância e revelada ao longo do trabalho, refere-se à COMEC. Apesar da centralidade dessa organização na rede, sua influência se dá apenas em uma única prática dos municípios, ensejando uma eficácia muito aquém das missões de que foi incumbida, porquanto, como órgão de coordenação metropolitana, tem a finalidade de planejar e executar todas as funções públicas de interesse comum no âmbito da RMC, já citadas nesta dissertação, o que significa muito mais do que somente o controle da ordenação do uso e ocupação do solo. Nesse sentido, representantes entrevistados de 39% de toda a amostra afirmaram que o órgão já fora mais ativo nos assuntos metropolitanos há cerca de dez ou doze anos. Essa situação, aliada à presença, no “novo PDI/2007”, de um novo arranjo institucional, proposto por dirigentes da própria organização, aponta nitidamente um processo de “esvaziamento” de finalidade da COMEC. Este fato

enseja um estudo de caso aprofundado, para detectar as pressões que possivelmente estejam levando a estrutura e as práticas da organização a um processo de enfraquecimento. Acredita-se que esse futuro estudo de caso acrescentaria informações preciosas à literatura nacional da Teoria Institucional, sobretudo no que concerne à desinstitucionalização.

Enfim, verifica-se de real importância uma busca de arranjos institucionais mais adequados para lidar com a gestão das regiões metropolitanas, o que tem constituído tema de grande atualidade, afetando todas as regiões do Brasil. No entanto não foram identificados trabalhos nesse sentido na área de Administração e Organização, pois a maioria se situa em preocupações científicas de Geografia, Engenharia, Arquitetura e Meio Ambiente.

O crescimento e a complexidade das aglomerações urbanas metropolitanas tornam cada vez mais necessários processos que permitam a integração das funções de uma eficiente Gestão - planejamento, organização, direção e controle - para permitir a provisão de serviços públicos e a promoção do desenvolvimento. A RMC resente-se de uma administração direcionada para o nível regional de gestão que consiga ultrapassar as barreiras institucionais das autonomias dos poderes federativos nos três níveis. Esta necessidade avulta de importância e exige aprofundamento na área de Estudos Organizacionais para a definição de modelos mais eficientes ou o aperfeiçoamento daquelas organizações estabelecidas em contextos espaciotemporalmente ultrapassados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIKEN, Michael; HAGE, Jerald. Organizational Interdependence and Inter-organizational Structure. **American Sociological Review**, v. 33, n. 3, p. 912-930, 1968.
- ALDRICH, Howard. **Organizations & environments**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1979.
- ALDRICH, Howard; WHETTEN, David. Organization-sets, action-sets, and networks: making the most of simplicity. In: NYSTROM, P. C. ; STARBUCK, W. H. **Handbook of Organizational Design**, v. 1 p. 385-408. London: Oxford University Press, 1981.
- ALVAREZ, José L. **Networks versus bureaucracies: the governance and structure of the organization of the future**. Barcelona: IESE, 1994.
- AMBROSIS, Clementina de. Recuperação da valorização imobiliária decorrente da urbanização. In: Cepam. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo: Fundação Faria Lima, 1999
- ASCHER, François. **Métapolis ou l'avenir des villes**. Paris: Éditions Odile Jacob, 1995.
- BABBIE, E. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- BARABASI, A.; JEONG, H.; NÉDA, Z.; RAVASZ, E.; SCHUBERT, A.; VIESEK, T. Evolution of The Social Network of Scientific Collaborations. **Physica A**, v. 311, p. 590-614, 2002.
- BARCIOTTE, Maria Lúcia; BADUE, Ana Flávia Borges. Minimização de resíduos: passaporte sustentável para o século XXI. In: Cepam. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo: Fundação Faria Lima, 1999
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2007.
- BARLEY, Stephen R.; TOLBERT, Pamela S. Institutionalization and structuration: Studying the links between action and institution. **Organization Studies**. vol. 18, n 1; p. 93, 25, 1997.
- BERGER, P. L. e LUCKMANN, T. **A Construção social da realidade**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BLAU, P. M. Structural sociology and network analysis. In: MARSDEN, P.; LIN, N. **Social structure and network analysis**. California: Sage Publications, 1982
- BOER, P., HUISMAN, M., SNIJDERS, T.A.B., & ZEGGELINK, E.P.H. **St OCNET: an open software system for the advanced statistical analysis of social networks**. Version 1.4. Groningen: ProGAMMA - ICS, 2003.
- BOORMAN, S. A.; WHITE, H. C. Social Structure from Multiple Networks II. Role

Structures. **American Journal of Sociology**, v. 81, p. 1384-1446, 1976.

BORGATTI, S. P.; EVERETT, M. G.; SHIREY, P. R. LS Sets, Lambda Sets, and Other Cohesive Subsets. **Social Networks**, v. 12, p. 337-358, 1990.

_____; EVERETT, M. G.; FREEMAN, L. C. **UCINET for Windows**: software for social network analysis. Harvard: Analytic Technologies, 2002

BOURDIEU, P; WACQUANT, L.J.D. An Invitation to Reflexive Sociology. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

BRASIL. Lei federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001, institui o Estatuto da Cidade. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 11 de outubro de 2001, Seção 1.

BRASIL. Lei federal n. 6.776, de 19 de dezembro de 1979, dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 de julho de 1979, Seção 1.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL** - Diário Oficial da União, Brasília, 05 de outubro de 1988.

BRINT, S.; KARABEL, J. Institutional origins and transformations: the case of American community colleges. In: Powell, W. W.; DiMaggio, P. J. (Ed.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 337-360.

BURT, R. **Applied network analysis**: a methodological introduction. California: Sage Publications Inc, 1983.

_____. **Structural Holes**: The Social Structure of Competition. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

_____; LIN, N. Network Time Series From Archival Records. In: HEISE, D. R. (ed.). **Sociological Methodology**. San Francisco: Jossey-Bass, 1976.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 2a. ed. São Paulo: Paz e terra, 1999.

CEPAM – Fundação Prefeito Faria Lima. O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo, 1999.

COHEN, I. Teoria da estruturação e práxis social. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, J.(org.). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Unesp, 1999.

COOK, K. S.; WHITMEYER, J. M. Two approaches to social structure; exchange theory and network analysis. **Annual Review Sociological**. v. 18, p. 109-27, 1992.

CRESWELL, J. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions**. Sage Publications, 1998.

_____. **Research Design: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches**, 2nd ed. London: Sage, 2003

CUMMINGS, Jonathon N.; HIGGINS, Mônica C. Relational Instability at the Network Core: Support Dynamics in Developmental Networks, **Social Networks**, v. 28, p. 38-55, 2006.

DEEPHOUSE, David L. Does isomorphism legitimate? *Academy of Management Journal*. Vol. 39, n. 4, p. 1024-1039, 1996.

DE NOOY, W.; MRVAR, A.; BATAGELJ, V. **Exploratory social network analysis with pajek**. New York: Cambridge University Press, 2005.

DELGADO, Paulo Roberto; DESCHAMPS, Marley Vanice; MOURA, Rosa. Estrutura sócio-espacial da RMC: tipologia e mudança no período 1980/1991. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: Fase, 2004

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational field. **American Sociological Review**, v. 48, p. 147-160, April 1983.

_____. Constructing an organizational fields as a professional project: US art museums, 1920-1940. In: DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. (Eds). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

_____. A Gaiola de Ferro Revisada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, FGV, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 74-89, Abr./Jun. 2005.

EMIRBAYER, M.; GOODWIN, J. Network analysis, culture and the problem of agency. **American Journal of Sociology**, v. 99, n. 6, p. 1411-54, May 1994.

EVAN, William M.. An organization-set model of interorganizational relations. In: EVAN, William M. (org.). **Interorganizational relations**. University of Pennsylvania Press, 1978, p. 78-90.

FAERMAN, Sue R; McCAFFREY, David P; SLYKE, David M Van. Understanding Interorganizational Cooperation: Public-Private Collaboration in Regulating Financial Market Innovation. **Organization Science**. Vol. 12, n. 3, p.372-388, may-jun 2001.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. Ver. São Paulo: Globo, 2001.

FIRKOWSKI, Olga L. C. de F. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. São Paulo, 2001. 278 p. Tese (Doutorado) – FFLCH, Universidade de São Paulo.

FIRKOWSKI, Olga L. C. de F. Os desafios da gestão metropolitana em Curitiba Globalização e Novos Desafios. Proceedings of the **Sixth Conference of the Brazilian Studies Association (BRASA)**. Atlanta, Georgia April 4-6, 2002.

FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREEMAN, L. C. Centrality in Social Networks: I. Conceptual clarification. **Social networks**, v. 1, p. 215-239, 1979.

FONSECA, V. S.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. Conversação entre abordagens da estratégia em organizações: escolha estratégica, cognição e instituição. **Organizações e Sociedade**, v. 9, n. 25, 2002.

GALASKIEWICZ, J. the structure of community organizational networks. **Social Forces**, v. 57, n. 4, p. 1346-1364, 1979.

_____. Making corporate actors accountable. In: DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. (Eds). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

_____; WASSERMAN, Stanley. Mimetic process within an interorganizational field: an empirical test. **Administrative Science Quarterly**. V. 34, p. 454-479, Sep. 1989.

GIDDENS, A. **Novas regras do método sociológico**. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1978.

_____. **O sentido da modernidade**: conversas com Antony Giddens. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2000.

_____. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Sociologia**. Porto Alegre, Artmed, 2005.

GRANOVETTER, M. Network samplin: some first steps. **American Journal of Sociology**, v. 81, n. 6, p. 1287-1303, 1976

GREENWOOD, R.; HININGS, B. **The dynamics of strategic change**. New York: Basil Blackwell, 1988.

GULATI, R. Alliances and networks. **Strategic Management Journal**, v. 19, p. 293-317, 1998.

_____. Network location and learning: the influence of network resources and firm capabilities on alliance formation. **Strategic Management Journal**, v.20, p. 397-420, 1999.

HANNAN, Michael T.; FREMMAN, John H. **Organizational Ecology**. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

HANNEMAN, R. A. **Introduction to Social Network Methods**. Riverside: University of California, 2001.

HANNEMAN, R. A.; RIDDLE, M. **Introduction to Social Network Methods**. Riverside: University of Califórnia, 2005. Recuperado de: <<http://faculty.ucr.edu/~hanneman/nettext/index.html>> : 02 de Abril de 2007.

HALL, R. **Organizations: structure, processes, and outcomes**. 8. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2001.

HARGADON, A.B.; DOUGLAS, Y. When innovations meet institutions: Edison and the design of electric light, **Administrative Science Quarterly**, v. 46, p. 476-501, 2001.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HATCH, Mary Jo. **Organization theory: modern, symbolic and postmodern perspectives**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

IPARDES. **Como Andam as Metr6poles - Regi6o Metropolitana de Curitiba**. IPARDES, 2006. Dispon6vel em www.ipardes.gov.br, acessado em setembro de 2007.

IPPUC, **An6lise diagn6stico e diretrizes do Plano municipal de desenvolvimento urbano**. IPPUC – Curitiba, 1985 167p.

KNOKE, David; BURT, Ronald. Prominence. In: BURT, R.; MINOR, M. **Applied network analysis: a methodological introduction**. California: Sage Publications, 1983.

KNOKE, David; LAUMANN, Edward. The social organization of national policy domains: an exploration of some structural hypothesis. In: MARSDEN, Peter; LIN Nan. **Social structure and network analysis**. California: Sage Publications, 1982.

KNOKE, D. e KUKLINSKY, J. (1982) **Network Analysis**, Sage Publications, Series: Quantitative Applications in the Social Sciences, Newsbury.

KOGUT, B.; WALKER, G. The Small World of Germany and The Durability of National Networks. **American Sociological Review**, v. 66, p. 317-335, June 2001.

LORRAIN, F.; WHITE, H. C. Structural Equivalence of Individuals in Social Networks. **Journal of Mathematical Sociology**, v. 1, p. 49-80, 1971.

MACHADO-DA-SILVA, C.L.; GONÇALVES, S. A. Nota T6cnica: A Teoria Institucional. In: MACHADO-DA-SILVA, C.L; GONÇALVES, S. A. **Handbook de**

Estudos Organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999, cap. 7, p. 220-226.

MACHADO-DA-SILVA, C. L. ; GUARIDO FILHO, E. R. ; NASCIMENTO, M. R. ; OLIVEIRA, P. T. . Institucionalização da mudança na sociedade brasileira: o papel do formalismo. In: Marcelo Milano Falcão Vieira; Cristina Amélia Carvalho. (Org.). Organizações, Instituições e Poder no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, v. 01, p. 179-202.

_____ ; FONSECA, V. S. Competitividade organizacional: uma tentativa de reconstrução analítica. **Organizações & Sociedade**, p. 97-114, dez. 1996.

_____ ; FONSECA, V. S. Estruturação da estrutura organizacional. **Organização & Sociedade**. v. 1, n. 1, p. 07-32, Abril 1993.

_____ ; FONSECA, V. S. da; CRUBELLATE, J. M. Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. **RAC -Revista de Administração Contemporânea**, 1 ed. esp., v. 9, p. 09-39, 2005.

_____ ;COSER, C. Rede de relações interorganizacionais no campo organizacional de Videira-SC. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n. 4, p. 09-45, 2006.

_____ ;GUARIDO FILHO; ROSSONI. Campos organizacionais: seis diferente leituras e a perspectiva de estruturação. **RAC -Revista de Administração Contemporânea**, 1ª ed. esp., v. 10, p. 159-196, 2006.

_____ ;FONSECA, Valéria S. Estruturação da estrutura organizacional. **Organização & Sociedade**. v. 1, n. 1, p. 07-32, Abril 1993.

MARCH, J.; OLSEN, J. **Rediscovering institutions:** the institutional basis of politics. New York: Free Press, 1989.

MARSDEN, P.; LIN, N. **Social structure and network analysis**. California: Sage Publications, 1982

_____ ; FRIEDKIN, Noah E. Network Studies of social influence. In WASSERMAN, S.; GALASKIEWICZ, J. (Eds.) **Advances in Social Networks Analysis**. London: Sage, 1994.

METRÓPOLIS em revista: 25 anos de planejamento metropolitano. Curitiba: Comec Ano 1, nº 1, 1999.

MEYER, J. W. rationalized Environments. In: SCOTT, W. R.;MEYER, J. W. **Institutional environments and organization**. London: Sage Publications, 1994.

_____ ;ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **America Journal of Sociology**, v. 83. n. 2, p. 340-362, 1977.

MITCHELL, J.C. The concept and use of social networks. In: EVAN, W. M, **Interorganizational relations**. Pensilvania: University of Pensilvania Press, 1976.

MIZRUCHI, M.S; GALASKIEWICZ, J. (Eds). **Advances in Social Networks Analysis**: research in social and behavioral sciences. London: Sage, 1994.

MIZRUCHI, M.S. Análise de Redes Sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, FGV, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 72-83, Jul./Set. 2006.

MOHR, John W. **Bourdieu's relational method in theory and practice**. Unpublished manuscript, presented at 95th American sociological association meetings, Washington: USA. Recuperado em 13 de abril, 2007, de <http://www.soc.ucsb.edu/ct/pages/JWM/Papers/Bourdieu.pdf>

MOODY, James. The Structure of a Social Science Collaboration Network: Disciplinary Cohesion from 1963 to 1999, **American Sociological Review**, v. 69, p. 213-238, April 2004.

MOODY, James; McFARLAND, Daniel; BENDER-DE-MOLL, Skye. Dynamic Network Visualization, **American Journal of Sociology**, v. 110, n. 4, p. 1206-1241, Jan 2005.

MOREIRA, Antônio Carlos M. L. Conteúdo e tipologia de planos diretores. In: Cepam. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo: Fundação Faria Lima, 1999

MOURA, R. Concentração e exclusão na Região Metropolitana de Curitiba. *Revista Paranaense de Geografia*, Curitiba, n. 3, p. 49-57, 1998.

NELSON, Reed. O uso da análise de redes sociais no estudo das estruturas organizacionais. **ERA - Revista de Administração de Empresas**. Vol. 24, n. 6, p.150-157, out/dez. 1984.

NEWMAN, M. E. J. Co-authorship Networks and Patterns of Scientific Collaboration. **Proceedings of the National Academic Sciences**, v. 101, p. 5200-5205, 2004.

NOJIMA, Daniel; MOURA, Rosa; SILVA, Sandra. **Dinâmica recente da economia e transformações na configuração espacial da Região Metropolitana de Curitiba**. IPARDES, Primeira Versão nº 3, dezembro 2004.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Metrodata**. Desigualdades intraurbanas nas metrópoles brasileiras. Convênio Ministério das Cidades/Observatório das Metrôpoles/FASE/IPARDES.Brasília, 2005.
<http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br>, acessado em 20 de setembro de 2007

OLIVER, Christine. Determinants of interorganizational relationships: integration and future directions. **Academy of Management Review**, v. 15, n. 2, p. 241-265, 1990.

_____. The antecedents of deinstitutionalization. **Organization Studies**, v. 13, n. 4, p. 563-588, 1992.

_____. Strategic responses to institutional processes. **Academy of Management Review**, v. 16, n. 1, p. 145-179, 1991.

_____. The antecedents of deinstitutionalization. **Organization Studies**, v. 13, n. 4, p. 563-588, 1992.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento (SEPL) e Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC). **Plano de Desenvolvimento Integrado: Documento Síntese para Discussão**: Curitiba, 2001.

PATTISON, Philippa. Social cognition in context: some applications of social network analysis. In WASSERMAN, S.; GALASKIEWICZ, J. (Eds.) **Advances in Social Networks Analysis**. London: Sage, 1994.

PFEFFER, Jeffrey. **Organizations and organizational theory**. Boston: Pitman, 1982.

POWELL, Walter W.; WHITE, Douglas, R.; KOPUT, Kenneth W.; OWEN-SMITH, Jason. Network Dynamics and Field Evolution: The Growth of Interorganizational Collaboration in the Life Sciences, **American Journal of Sociology**, v. 110, n. 4, p. 1132-1205, 2005.

REYNAUD, A. Conceitos e tipologias de espaço. In: SANTOS, M. SOUZA, M. A. A.. (Orgs.) **Espaço Interdisciplinar**. São Paulo, Nobel, 1986.

RING, Peter Smith; VAN DE VEN, A. Developmental process of cooperative interorganizational relationships. **Academy of Management Review**. v. 19, p. 90-118, 1994

ROLNIK, R. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1999.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**, 2. ed. São Paulo : Martins Fontes, 2001.

SABATOVSKI, E.; FONTOURA, I. P.; FOLMANN, M. **Estatuto da Cidade**. Curitiba: Juruá, 2001.

SCHMIDT, Stuart M; KOCHAN, Thomas A. Interorganizational relationships: patterns and motivations. **Administrative Science Quarterly**, v. 22, n. 3, p. 220-234, Jun. 1997.

SCOTT, W. Richard. Unpacking Institutional Arguments. In: POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. London: University of Chicago Press, 1991.

_____. Conceptualizing Organizational Fields: linking organizations and societal systems. In: DERLIEN, Hans-Ulrich, GERHARDT, Uta; SCHARPF, Fritz W. **Systems Rationality and Partial Interests**. Baden: Nomos, 1994.

_____. **Institutions and organizations**. 2. ed. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2001.

_____. **Organizations: rational, natural, and open systems**. 5.^a Ed. New Jersey: Prentice Hall, 2002.

SCOTT, J. **Social network analysis: a handbook**. 2 ed. London: Sage Publications, 2000.

SELZNICK, Philip. **TVA and the grass roots: a study in the sociology of formal organization**, Berkeley: University of California Press, 1949.

SELZNICK, Philip. Institutionalism "old" and "new", **Administrative Science Quarterly**, v. 41, p. 270-277, 1996.

SEWELL, G. The discipline of teams: the control of team-based industrial work through electronic and peer surveillance. **Administrative Science Quarterly**, v. 43, n. 2, p. 397-428, jun. 1998.

SILVA, J. A. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Malheiros Ed., 1995.

SMITH, Ken G; CARROLL, Stephen J. & ASHFORD, Susan J.. Intra and inter-organizational cooperation: toward a research agenda. **Academy of Management Journal**, v. 38, p. 7-23, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

SOUZA, Nelson Rosário. **Planejamento urbano, saber e poder. O governo do espaço e da população em Curitiba**. 316 f. Tese (Doutorado em Ciências - Sociologia), São Paulo: FFLCHUSP, 1999.

SOREN, C. **The institutional construction of organizations: international and longitudinal studies**. London: Sage Publications, 1995.

SPL - Sistema De Proposição Legislativa da Câmara Municipal de Curitiba. Projeto de Lei Ordinária nº 05.00077.2005. <http://domino.cmc.pr.gov.br/prop2005>. Acessado em 21 de janeiro de 2008.

SUCHMAN, Mark C. Localism and globalism in institutional analysis: the emergence of contractual norms in venture finance, In: SCOTT, W. Richard; SOREN, C. **The institutional construction of organizations: international and longitudinal studies**. London: Sage Publications, 1995.

SZUCHMAN, Tami; HARDT, Carlos; OBA, Leonardo. **Gestão de Municípios de Áreas Metropolitanas**. III Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade -ANPPAS-, Brasília-DF, 23 a 26 de maio de 2006

TESCH, Renata. **Qualitative research: Analysis types and software tools**. New York: The Falmer Press, 1990

TOLBERT, Pamela S.; ZUCKER, Lynne G. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R. (orgs.). **Handbook de Estudos Organizacionais**, v. 1, São Paulo: Atlas, 1999.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. 2a. edição. São Paulo: Editora Difel, 1980.

UZZI, B.; SPIRO, J. Collaboration and Creativity: The Small World Problem, **American Journal of Sociology**, v. 111, n. 2, p. 447-504, September 2005.

UEHARA, E. Dual exchange theory, social networks, and informal social support. **American Journal of Sociology**. Vol. 96, n. 3, p. 521-588, 1990.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

VILAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SHIFFER, Suely Ramos (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social network analysis: methods and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WATTS, D. J.; STROGATZ, S. H. **Collective dynamics of “small-world” networks**. Nature, v. 393, p. 440-442, June 1998.

WELLMAN, B. Structural Analysis: From method and metaphor to theory and substance. In: WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S. D. **Social Structures: a network approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

WHITE, Douglas R.; OWEN-SMITH, Jason; MOODY, James; POWELL, Walter W. networks, fields and organizations: micro-dynamics, scale and cohesive embeddings, **Computational & mathematical organization theory**, v. 10, p. 95-117, 2004.

WHITE, H. C.; BOORMAN, S. A.; BREIGER, R. L. Social Structure from Multiple Networks. I. Blockmodel of Roles and Positions. **American Journal of Sociology**, v. 81, p. 730-779, 1976.

ZUCKER, Lynne. G. Normal Change or Risk Business: Institutional Effects on the “Hazard” of Change in Hospital Organizations, 1959 - 79. **Journal of Management Studies**, v. 24, n. 6, p. 671-700, Nov 1987.

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA - PREFEITURAS -

Este instrumento de pesquisa só será eficiente se respondido pelo prefeito municipal ou funcionário da alta administração do município.

Solicitamos a gentileza de retornar este questionário diretamente para o CEPPAD/UFPR, utilizando o envelope previamente selado e endereçado que acompanha esta correspondência. Se o (a) Sr (a) não puder preenchê-lo neste momento, gostaríamos que o fizesse o mais breve possível, tendo em vista nosso planejamento de recebê-lo até o dia **20 de agosto de 2007**.

Anexa ao questionário, segue uma lista de órgãos governamentais, em duas vias, uma destinada a estudos preliminares antes das respostas definitivas e a outra servirá como folha de respostas a ser devolvida juntamente com o questionário.

I. Dados do respondente.

1. Cargo ou função exercida atualmente:

2. Há quanto tempo exerce a atual função: _____ anos e _____ meses.

3. Há quanto tempo trabalha nesse órgão: _____ anos e _____ meses.

II. Dados de relacionamento com outros órgãos responsáveis por planejamento urbanístico. Favor utilizar a lista de órgãos anexa para responder às seguintes perguntas:

1. Essa prefeitura certamente estabelece relações com muitos outros órgãos para fins de planejamento urbanístico. Quais são os órgãos com os quais sua prefeitura mantém relacionamento? Marque com "X" na coluna **RELAÇÕES** da lista anexa.

2. Se essa prefeitura mantém algum tipo de relação com algum dos órgãos da lista anexa, apontar, escrevendo na coluna correspondente dessa lista, um número de 1 a 5 que indique o nível de **PERIODICIDADE** destas relações, conforme os números abaixo:

(1) diário - (2) semanal - (3) mensal - (4) semestral - (5) anual

3. Em que se baseia o comprometimento das relações de sua prefeitura com os órgãos da lista (somente aqueles com os quais mantém relações)? Numere de acordo com o **COMPROMETIMENTO** na coluna correspondente da lista anexa:

(1) não há comprometimento - (2) obrigações - (3) acordo

(4) conveniência - (5) espontâneo

4. Que tipo de atividade é realizada em conjunto entre a sua prefeitura e os órgãos da lista com os quais tem relação? Numere de acordo com o tipo de **ATIVIDADE EM CONJUNTO** na coluna correspondente da lista anexa:

(1) pressão política. - (2) troca de informações técnicas.

(3) troca de informações administrativas. - (4) redução de custos.

(5) atividades sociais.

5. Como o Sr(a) qualifica o relacionamento da sua prefeitura com os órgãos que compõem a lista (somente aqueles com os quais mantém relações)? Numere de acordo com a **IMPORTÂNCIA** na coluna correspondente da lista anexa:

(1) Sem importância. - (2) pouco importante. - (3) importante.

(4) muito importante. - (5) crucial.

6. Após responder aos questionamentos anteriores, cite órgãos, envolvidos em atividades de planejamento urbanístico e situados em quaisquer dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, omitidos na lista, mas que sua prefeitura mantém um importante relacionamento.

7. Favor utilizar o espaço abaixo, se for o caso, para quaisquer comentários julgados necessários a esta pesquisa. Ressaltamos que o estudo visa a identificar a forma de como as relações entre órgãos influenciam nas práticas de desenvolvimento urbanístico dos diversos municípios da Região Metropolitana de Curitiba. (favor usar o verso da página, se for necessário)

Observação: no caso de quaisquer dúvidas ou necessidade de esclarecimentos, favor contactar José Bonfim no Tel: (41) 3018 6370 ou no e-mail: mifnob@terra.com.br.

CONTINUAÇÃO DO ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

- OUTROS ÓRGÃOS-

Este instrumento de pesquisa só será eficiente se respondido pelo presidente, diretor ou por um funcionário da alta administração desse órgão.

Solicitamos a gentileza de retornar este questionário diretamente para o CEPPAD/UFPR, utilizando o envelope previamente selado e endereçado que acompanha esta correspondência. Se o (a) Sr (a) não puder preenchê-lo neste momento, gostaríamos que o fizesse o mais breve possível, tendo em vista nosso planejamento de recebê-lo até o dia **20 de agosto de 2007**.

Anexa ao questionário, segue uma lista de órgãos governamentais, em duas vias, uma destinada a estudos preliminares antes das respostas definitivas e a outra servirá como folha de respostas a ser devolvida juntamente com o questionário.

I. Dados do respondente.

1. Cargo ou função exercida atualmente:

2. Há quanto tempo exerce a atual função: _____ anos e _____ meses.

3. Há quanto tempo trabalha nesse órgão: _____ anos e _____ meses.

II. Dados de relacionamento com outros órgãos responsáveis por planejamento urbanístico. Favor utilizar a lista de órgãos anexa para responder às seguintes perguntas:

1. Essa organização certamente estabelece relações com muitos outros órgãos para fins de planejamento urbanístico. Quais são os órgãos com os quais sua organização mantém relacionamento? Marque com "X" na coluna **RELAÇÕES** da lista anexa.

2. Se essa organização mantém algum tipo de relação com algum dos órgãos da lista anexa, apontar, escrevendo na coluna correspondente dessa lista, um número de 1 a 5 que indique o nível de **PERIODICIDADE** destas relações, conforme os números abaixo:

(1) diário - (2) semanal - (3) mensal - (4) semestral - (5) anual

3. Em que se baseia o comprometimento das relações de sua organização com os órgãos da lista (somente aqueles com os quais mantém relações)? Numere de acordo com o **COMPROMETIMENTO** na coluna correspondente da lista anexa:

(1) não há comprometimento - (2) obrigações - (3) acordo

(4) conveniência - (5) espontâneo

4. Que tipo de atividade é realizada em conjunto entre a sua organização e os órgãos da lista com os quais tem relação? Numere de acordo com o tipo de **ATIVIDADE EM CONJUNTO** na coluna correspondente da lista anexa:

(1) pressão política. - (2) troca de informações técnicas.

(3) troca de informações administrativas. - (4) redução de custos.

(5) atividades sociais.

5. Como o Sr(a) qualifica o relacionamento da sua organização com os órgãos que compõem a lista (somente aqueles com os quais mantém relações)? Numere de acordo com a **IMPORTÂNCIA** na coluna correspondente da lista anexa:

(1) Sem importância. - (2) pouco importante. - (3) importante.

(4) muito importante. - (5) crucial.

6. Após responder aos questionamentos anteriores, cite órgãos, envolvidos em atividades de planejamento urbanístico e situados em quaisquer dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, omitidos na lista, mas que sua organização mantém um importante relacionamento.

7. Favor utilizar o espaço abaixo, se for o caso, para quaisquer comentários julgados necessários a esta pesquisa. Ressaltamos que o estudo visa a identificar a forma de como as relações entre órgãos influenciam nas práticas de desenvolvimento urbanístico dos diversos municípios da Região Metropolitana de Curitiba. (favor usar o verso da página, se for necessário)

Observação: no caso de quaisquer dúvidas ou necessidade de esclarecimentos, favor contactar José Bonfim no Tel: (41) 3018 6370 ou no e-mail: mifnob@terra.com.br.

LISTA DE ORGÃOS ANEXA AO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA
Órgão do respondente: _____

LISTA DE ORGÃOS		RELAÇÕES	PERIODICIDADE	COMPROMETIMENTO	ATIV. EM CONJUNTO	IMPORTÂNCIA
1	COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Governo do Estado).					
2	SEDU - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (Governo do Estado).					
3	ASSOMECC - Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba.					
4	IPPUC - Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba (Prefeitura de Curitiba).					
5	URBS – Urbanização de Curitiba S.A. (Prefeitura de Curitiba).					
6	SMAM (Curitiba-PR) – Secretaria Municipal para Assuntos Metropolitanos (Prefeitura de Curitiba).					
7	IDU - Instituto de Desenvolvimento Urbano de São José dos Pinhais (Prefeitura de S. José dos Pinhais).					
8	Prefeitura de Adrianópolis					
9	Prefeitura de Agudos do Sul					
10	Prefeitura de Almirante Tamandaré					
11	Prefeitura de Araucária					
12	Prefeitura de Balsa Nova					
13	Prefeitura de Bocaiúva do Sul					
14	Prefeitura de Campina Grande do Sul					
15	Prefeitura de Campo Largo					
16	Prefeitura de Campo Magro					

LISTA DE ORGANIZAÇÕES		RELAÇÕES	PERIODICIDADE	COMPROMETIMENTO	ATIV. EM CONJUNTO	IMPORTÂNCIA
17	Prefeitura de Cerro Azul					
18	Prefeitura de Colombo					
19	Prefeitura de Contenda					
20	Prefeitura de Curitiba (outros órgãos, exceto IPPUC, URBS, SMAN - já listados acima).					
21	Prefeitura de Doutor Ulysses					
22	Prefeitura de Fazenda Rio Grande					
23	Prefeitura de Itaperuçu					
24	Prefeitura da Lapa					
25	Prefeitura de Mandirituba					
26	Prefeitura de Pinhais					
27	Prefeitura de Piraquara					
28	Prefeitura de Quatro Barras					
29	Prefeitura de Quitandinha					
30	Prefeitura de Rio Branco do Sul					
31	Prefeitura de São José dos Pinhais (outros órgãos, exceto IDU - já listado acima).					
32	Prefeitura de Tijucas do Sul					
33	Prefeitura de Tunas do Paraná					

ANEXO 2 : ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

1. Qual a secretaria ou departamento responsável pelo planejamento urbano e urbanismo no município?
2. Quais as práticas necessárias ao desenvolvimento urbano (do município ou da RMC)? Como a prefeitura (órgão) tem atuado para suprir essas necessidades. Aponte em termos de:
 - a. Direito a terra – zoneamento e ordenação do uso e ocupação do solo;
 - b. à moradia – habitação;
 - c. à segurança;
 - d. ao meio ambiente ecologicamente equilibrado;
 - e. ao saneamento –esgotamento sanitário – resíduos sólidos;
 - f. à mobilidade urbana – sistema viário – transporte público;
 - g. à cultura – patrimônio cultural; e
 - h. ao lazer e esporte.
3. Segundo consta das respostas ao questionário remetido a esta organização (mostrar o questionário), o município tem mantido uma relação com tais, tais e tais órgãos. Nesta nova lista (entrega a nova lista), o Sr (a) pode apontar alguma outra organização? Caso apontado, solicitar a periodicidade, comprometimento, (atividade em conjunto e importância)
4. Como o Sr (a) pode explicar este tipo de relação? (para cada organização indicada). É necessária? É suficiente?
 - i. Ela é mais técnica, administrativa, política, social ou para redução de custos?
 - j. Confirmar a periodicidade, a importância e o comprometimento.
5. Há algum convênio formalizado entre sua organização e os (selecionados da rede de relacionamentos) listados abaixo?
6. Qual a situação atual do Plano Diretor?
7. Quem confeccionou o PD, o município ou alguma empresa contratada?
8. Cite algum aspecto do urbanismo aprendido com outro município, ou ensinado a outro.
9. Qual a influência da COMEC, da SEDU, da ASSOMECA, da COHAPAR, da SEMA, SANEPAR e COPEL no urbanismo do município ? (perguntar uma a uma).

10. Como acontece a integração com Curitiba?

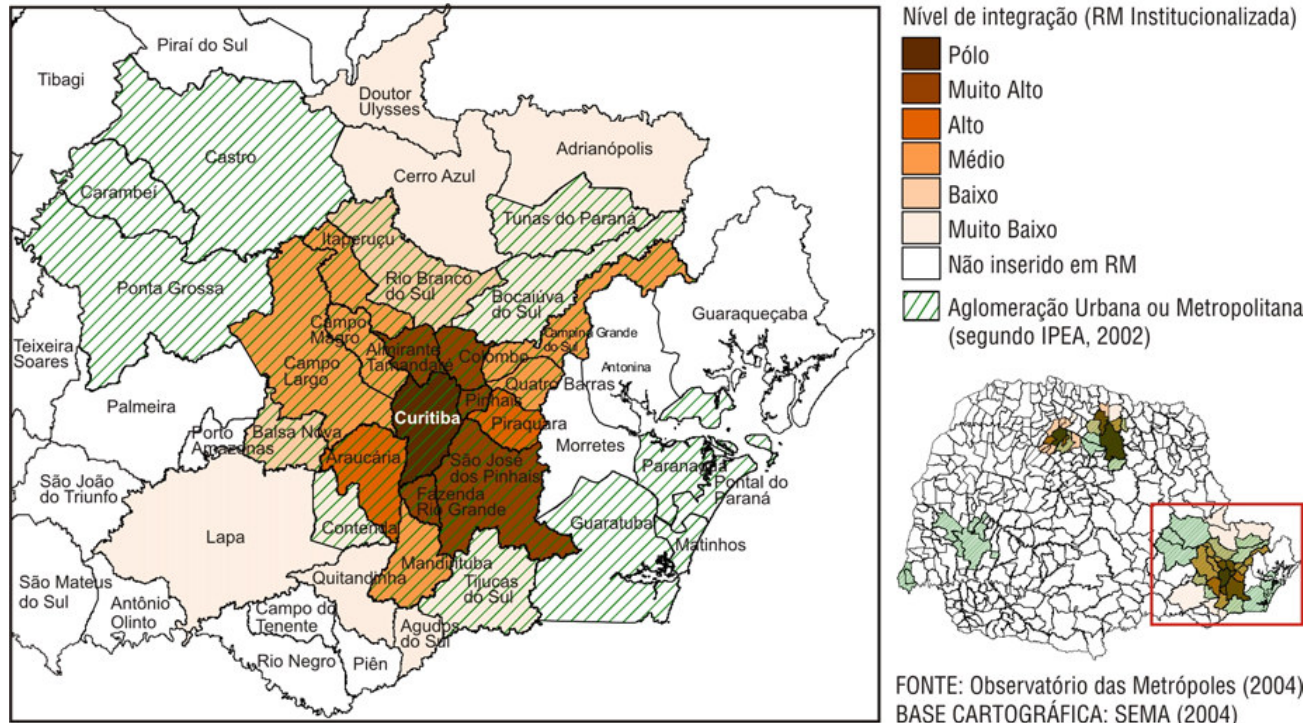
11. Há alguma ligação com o IPPUC?

12. O que tem sido feito pelo município para se promover articulação entre o planejamento municipal e o metropolitano. O que tem sido feito nesse sentido?

A PRINCIPAL FINALIDADE DA ENTREVISTA É LEVANTAR DADOS DE PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS e DETALHAR DADOS SOBRE A REDE.

ANEXO 03 - MAPA

JNICÍPIOS SEGUNDO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO NA DINÂMICA DA AGLOMERAÇÃO
RMs DE CURITIBA - PARANÁ



ANEXO 4 : MATRIZES DAS VARIÁVEIS DA REDE

1. MATRIZ DE FREQUÊNCIA DE CONTATOS

	C	S	A	I	U	S	C	S	S	C	A	A	A	A	B	B	C	C	C	C	C	C	D	F	I	L	M	P	P	Q	Q	R	S	T	T			
COMEC	0	2	0	3	3	0	0	0	3	3	0	0	4	4	0	0	4	4	4	0	4	0	3	0	4	0	0	4	4	4	0	0	4	0	0			
SEDU	1	0	0	3	0	3	3	3	2	4	4	3	4	4	4	4	4	4	4	3	4	3	4	3	4	4	4	3	3	4	4	4	3	4	4			
ASSOMEC	3	3	0	4	3	4	0	0	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4			
IPPUC	3	5	0	3	2	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
URBS	3	3	0	3	0	3	0	0	0	0	0	4	4	0	4	0	4	4	0	4	4	1	0	4	4	0	0	4	4	0	0	4	4	0	0			
SMAN	0	3	0	2	2	0	0	3	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3	0	1	0	3	0	0	0	3	0	0	0	0	3	0			
COHAPAR	0	1	5	4	0	4	0	4	3	4	5	2	5	2	5	2	5	2	5	2	5	2	5	2	5	2	5	2	2	2	5	2	5	2	5	2		
SANEPAR	0	4	0	0	0	4	0	3	0	3	0	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	0	3	3	3	3	3	3	3	0	0	3	3	0	3	3		
SEMA	0	3	0	0	0	0	3	3	0	0	0	3	3	0	0	3	3	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	3	3	3	0	0	3	0	0	3	0	
COPEL	3	3	0	0	0	0	0	0	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3		
ADRIANÓPOLIS	5	3	3	0	0	4	3	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
AGUDOS DO SUL	3	2	3	0	4	3	2	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ALMIRANTE TAMANDARÉ	2	2	3	3	4	4	3	4	5	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3	0	3	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	
ARAUCÁRIA	4	3	4	0	3	0	2	3	4	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
BALSA NOVA	3	4	3	0	5	4	4	3	0	5	0	0	0	4	0	0	4	3	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
BOCAIÚVA DO SUL	2	4	3	0	4	0	4	3	0	5	0	0	3	0	0	0	4	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CAMPINA GRANDE DO SUL	2	2	3	0	4	0	2	3	4	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	
CAMPO LARGO	2	2	3	4	3	2	4	3	4	5	0	0	0	2	2	0	0	0	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CAMPO MAGRO	2	2	1	4	3	5	2	3	4	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CERRO AZUL	4	3	3	0	0	4	3	0	5	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3	0	3	
COLOMBO	2	2	3	0	4	0	2	3	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CONTENDA	4	3	3	0	0	4	4	3	0	5	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CURITIBA	4	3	5	1	1	1	2	3	3	3	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3	0	0		
DOUTOR ULYSSES	0	4	5	0	0	0	4	0	5	0	0	0	0	0	3	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
FAZENDA RIO GRANDE	4	3	4	0	3	0	2	3	0	4	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	3	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	0	
ITAPERUÇU	4	3	4	0	0	0	4	3	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	
LAPA	3	2	0	0	0	4	3	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0		
MANDIRITUBA	0	3	4	0	0	0	4	3	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
PINHAIS	4	3	4	0	3	3	2	3	4	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	0	0	2	
PIRAQUARA	5	3	4	0	3	3	2	3	4	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
QUATRO BARRAS	2	2	3	0	4	0	2	3	4	5	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
QUITANDINHA	4	3	4	0	0	0	4	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
RIO BRANCO DO SUL	4	3	4	0	0	0	4	0	5	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	2	3	4	3	3	3	2	3	4	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
TIJUCAS DO SUL	0	2	0	3	3	0	0	0	3	3	0	0	4	4	0	0	4	4	4	0	4	0	3	0	4	0	0	4	4	4	0	0	4	0	0	4	0	
TUNAS DO PARANÁ	1	0	0	3	0	3	3	3	2	4	4	3	4	4	4	4	4	4	4	3	4	3	4	3	4	4	4	3	3	4	4	4	3	4	4	4		

1 – Comprometimento diário.

2 – Semanal.

3 – Mensal.

4 – Semestral.

5 – Anual.

2. MATRIZ DE COMPROMETIMENO

	C	S	A	I	U	S	C	S	S	C	A	A	A	A	B	B	C	C	C	C	C	C	D	F	I	L	M	P	P	Q	Q	R	S	T	T								
COMEC	0	2	0	4	2	0	0	0	4	4	0	0	2	2	0	0	2	2	0	2	0	2	0	2	0	0	0	2	2	2	0	0	2	0	0								
SEDU	5	0	0	0	2	0	1	2	4	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2								
ASSOMECA	4	4	0	4	4	4	0	0	0	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3								
IPPUC	4	4	0	4	2	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0							
URBS	2	2	0	4	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	0	3	0	3	0	3	0	3	2	0	3	3	0	0	3	3	0	0	3	0	0						
SMAN	0	2	0	2	2	0	0	4	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0					
COHAPAR	0	2	4	4	0	4	0	3	4	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2						
SANEPAR	0	2	0	0	0	4	3	0	2	0	3	0	3	0	3	3	3	3	3	3	3	3	3	0	3	3	3	3	3	3	3	3	0	0	3	3	0						
SEMA	0	4	0	0	0	4	2	0	0	0	0	2	2	0	0	2	2	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	2	2	0	0	2	0	0	2	0	0				
COPEL	4	2	0	0	0	0	0	0	0	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3					
ADRIANÓPOLIS	5	2	2	0	0	0	4	3	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
AGUDOS DO SUL	2	5	5	0	5	5	4	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
ALMIRANTE TAMANDARÉ	5	5	5	5	5	3	3	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0				
ARAUCÁRIA	2	2	4	0	2	0	4	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
BALSA NOVA	4	4	4	0	1	4	4	3	0	3	0	0	0	5	0	0	5	5	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
BOCAIUVA DO SUL	2	4	3	0	2	0	4	3	0	3	0	0	4	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
CAMPINA GRANDE DO SUL	5	3	3	0	5	0	3	4	4	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0			
CAMPO LARGO	2	2	2	5	2	1	4	3	2	2	0	0	4	4	0	0	4	0	0	4	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
CAMPO MAGRO	2	2	2	3	3	3	4	4	4	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
CERRO AZUL	3	2	3	0	0	0	4	3	0	3	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	5	0	0	5	0	5		
COLOMBO	2	2	3	0	3	0	3	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
CONTENDA	2	2	2	0	0	4	4	3	0	3	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
CURITIBA	4	2	4	2	2	2	3	2	2	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0			
DOUTOR ULYSSES	0	4	4	0	0	0	4	0	0	2	0	0	0	0	0	4	0	0	4	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
FAZENDA RIO GRANDE	2	2	4	0	2	0	3	4	0	3	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	4	0	0		
ITAPERUÇU	2	2	4	0	0	0	3	3	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0			
LAPA	2	2	0	0	0	0	4	3	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0			
MANDIRITUBA	0	2	4	0	0	0	3	3	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
PINHAIS	2	2	4	0	2	1	3	3	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	4	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0		
PIRAQUARA	2	2	4	0	2	1	3	2	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
QUATRO BARRAS	2	3	3	0	5	0	4	2	4	3	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
QUITANDINHA	2	2	4	0	0	0	4	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
RIO BRANCO DO SUL	2	2	4	0	0	0	4	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	2	3	3	4	3	3	3	3	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0
TIJUCAS DO SUL	2	3	5	0	0	1	4	3	0	3	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	
TUNAS DO PARANÁ	0	2	0	0	0	0	3	0	0	3	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

1 – Não há comprometimento.

2 – Obrigações.

3 – Acordo.

4 – Conveniência.

5 – Espontâneo.

3. MATRIZ DO GRAU DE IMPORTÂNCIA

	C	S	A	I	U	S	C	S	S	C	A	A	A	A	B	B	C	C	C	C	C	C	D	F	I	L	M	P	P	Q	Q	R	S	T	T				
COMEC	0	3	0	3	3	0	0	0	3	3	0	0	3	3	0	0	3	3	0	3	3	0	3	0	3	0	0	0	3	3	3	0	0	3	0	0			
SEDU	3	0	0	0	3	0	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
ASSOMECC	2	3	0	0	3	3	3	0	0	0	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
IPPUC	3	3	0	0	3	4	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
URBS	3	3	0	3	0	3	0	0	0	0	0	0	0	4	4	0	3	0	4	3	0	4	3	5	0	4	3	0	0	4	3	0	0	3	4	0			
SMAN	0	3	0	4	4	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	5	0	3	0	0	0	3	0	0	0	0	0	3	0	0			
COHAPAR	0	4	2	3	0	2	0	3	3	0	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
SANEPAR	0	4	0	0	0	3	3	0	5	0	3	0	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	0	3	3	3	3	3	3	3	3	0	0	3	3	0		
SEMA	0	3	0	0	0	3	4	0	0	0	0	4	4	0	0	4	4	4	0	0	0	3	0	0	0	0	4	4	4	0	0	4	0	0	4	0	0		
COPEL	2	3	0	0	0	0	0	0	0	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3			
ADRIANÓPOLIS	3	4	3	0	0	0	2	3	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
AGUDOS DO SUL	3	4	3	0	3	3	3	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
ALMIRANTE TAMANDARÉ	5	5	3	4	4	3	4	3	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3	0	3	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0		
ARAUCÁRIA	2	3	1	0	3	0	3	3	2	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
BALSA NOVA	4	4	4	0	3	4	2	3	0	4	0	0	3	0	0	3	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
BOCAIÚVA DO SUL	4	4	3	0	2	0	3	3	0	4	0	0	3	0	0	0	3	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
CAMPINA GRANDE DO SUL	3	4	3	0	3	0	3	3	3	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0		
CAMPO LARGO	4	5	2	1	3	2	3	3	2	5	0	0	0	2	2	0	0	0	2	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
CAMPO MAGRO	5	5	3	3	3	3	3	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
CERRO AZUL	3	4	4	0	0	3	3	0	5	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3	0		
COLOMBO	5	5	3	0	3	0	4	3	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
CONTENDA	4	4	3	0	0	3	2	3	0	4	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
CURITIBA	2	3	2	5	5	4	3	3	5	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
DOUTOR ULYSSES	0	3	2	0	0	0	2	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
FAZENDA RIO GRANDE	4	5	4	0	3	0	4	4	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	
ITAPERUÇU	4	5	4	0	0	0	3	3	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	
LAPA	5	5	0	0	0	4	3	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	
MANDIRITUBA	0	5	2	0	0	0	2	3	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
PINHAIS	4	5	3	0	3	2	4	4	3	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	2	0	0	
PIRAQUARA	4	5	3	0	3	1	3	4	1	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
QUATRO BARRAS	3	4	3	0	3	0	3	3	2	5	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
QUITANDINHA	4	5	1	0	0	0	3	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
RIO BRANCO DO SUL	4	5	2	0	0	0	2	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	4	4	4	4	4	4	4	4	3	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0
TIJUCAS DO SUL	5	5	4	0	0	3	4	4	0	4	0	4	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0
TUNAS DO PARANÁ	0	5	0	0	0	0	4	0	0	5	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

- 1 – Sem importância.
- 2 – Pouco importante.
- 3 – Importante.
- 4 – Muito importante.
- 5 – Crucial.

ANEXO 5 : RESUMO DE FONTES DE DADOS SECUNDÁRIOS CONSULTADAS

Fonte dos dados	Período/ Nº de arquivos/documentos
COHAPAR- <i>site</i> da organização http://www.cohapar.pr.gov.br/	6 arquivos de notícias, acessados pela última vez em março de 2008.
COMEC - <i>site</i> da organização http://www.pr.gov.br/comec	Documento consultado pela última vez em março de 2008.
COMEC, Proposta de um novo Plano de Desenvolvimento Integrado - PDI/2007 Disponível na biblioteca da COMEC	Documento consultado pela última vez em março de 2008.
COMEC, Proposta de um Plano de Desenvolvimento Integrado – PDI/2001. Disponível na biblioteca da COMEC	Documento consultado pela última vez em março de 2008.
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 05 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br	Documento acessado pela última vez em março de 2008
CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em www.pr.gov.br	Acesso em 12 de março de 2004.
COPEL- <i>site</i> da organização http://www.copel.com/pagcopel.nsf	5 arquivos, acessados pela última vez em março de 2008.
IPARDES. Como Andam as Metrôpoles - Região Metropolitana de Curitiba IPARDES, 2006. Disponível em www.ipardes.gov.br	Documento acessado em setembro de 2007
IPPUC, Análise diagnóstico e diretrizes do Plano municipal de desenvolvimento urbano de Curitiba - 1982. Disponível na biblioteca da COMEC	Documento consultado em setembro de 2007.
Lei Estadual n.º. 15.229, de 28 de julho de 2006 Disponível em www.pr.gov.br	Acesso em 04 de dezembro de 2007.
Lei federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001, institui o Estatuto da Cidade. Disponível em http://www.planalto.gov.br	Documento acessado pela última vez em março de 2008
Lei federal n. 6.776, de 19 de dezembro de 1979, dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano. Disponível em http://www.planalto.gov.br	Documento acessado em setembro de 2007
Lei orgânica de municípios do Paraná	12 cópias de documentos e 4 arquivos em <i>sites</i> dos municípios.
Lei orgânica de municípios do Paraná	14 arquivos em <i>sites</i> dos municípios.
Material Conferência das Cidades em Curitiba em 20 de agosto de 2005 Disponível em www.pr.gov.br	Nove documentos acessados em setembro de 2007
OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, relatório de 2005. Disponível em http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br	Documento acessado em setembro de 2007

(Continuação do Anexo 5 : Resumo de fontes de dados secundários consultadas)

PARANÁ. DECRETO Nº 6390, Declara as áreas de interesse de Mananciais de Abastecimento Público da Região Metropolitana de Curitiba. Publicado no Diário Oficial Nº 7200 de 05 de abril de 2006a.	Documento acessado em setembro de 2007
PARANÁ. LEI Nº 12248 cria o Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da RMC: Diário Oficial do Estado nº 5305 de 03 de agosto de 1998. Disponível em www.pr.gov.br	Documento acessado em setembro de 2007
Plano Diretor de 11 municípios	Cópia de 8 documentos (lei municipal publicada em jornais dos municípios). Cópia em 3 CD.
SANEPAR - <i>site</i> da organização http://www.sanepar.com.br	
SEDU- <i>site</i> da organização http://www.pr.gov.br/sedu	3 arquivos, acessados pela última vez em março de 2008.

ANEXO 6 : ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO URBANÍSTICO NA RMC

1. Prefeitura de Adrianópolis.
2. Prefeitura de Agudos do Sul.
3. Prefeitura de Almirante Tamandaré.
4. Prefeitura de Araucária.
5. Prefeitura de Balsa Nova.
6. Prefeitura de Bocaiúva do Sul.
7. Prefeitura de Campina Grande do Sul.
8. Prefeitura de Campo Largo.
9. Prefeitura de Campo Magro.
10. Prefeitura de Cerro Azul.
11. Prefeitura de Colombo.
12. Prefeitura de Contenda.
13. Prefeitura de Curitiba.
14. Prefeitura de Doutor Ulysses.
15. Prefeitura de Fazenda Rio Grande.
16. Prefeitura de Itaperuçu.
17. Prefeitura de Lapa.
18. Prefeitura de Mandirituba.
19. Prefeitura de Pinhais.
20. Prefeitura de Piraquara.
21. Prefeitura de Quatro Barras.
22. Prefeitura de Quitandinha.
23. Prefeitura de Rio Branco do Sul.
24. Prefeitura de São José dos Pinhais.
25. Prefeitura de Tijucas do Sul.
26. Prefeitura de Tunas do Paraná.
27. SEDU - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano.
28. SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente.
29. COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba.
30. COHAPAR - A Companhia de Habitação do Paraná
31. SANEPAR - A Companhia de Saneamento do Paraná
32. COPEL - A Companhia Paranaense de Energia
33. ASSOMECC - Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba.
34. IPPUC - Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba.
35. SMAM (Curitiba-PR) - Secretaria Municipal para Assuntos Metropolitanos.
36. URBS – Urbanização de Curitiba S.A.

Observação: Todas as organizações estão descritas na Parte 4 da dissertação.

ANEXO 7 : RESPOSTA À MENSAGEM DO PESQUISADOR ENVIADA À OUVIDORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

17/04/08 19:24 **URGENTE**

De: [OUVIDORIA GERAL DO ESTADO](#) [Bloquear endereço](#)
 Para: mifnob@terra.com.br , [José Bonfim Albuquerque Filho](#)
 Assunto: Resposta da Ouvidoria Geral do Estado

Curitiba, 17 de Abril de 2008

Prezado(a) Senhor(a) José Bonfim Albuquerque Filho:

Primeiramente, agradecemos a confiança depositada nesta Corregedoria e Ouvidoria e ressaltamos que a participação do cidadão é fundamental no aprimoramento da qualidade dos serviços públicos prestado pelo governo do Paraná.

Com referência a sua reivindicação, cadastrada sob o número 3195/2008, encaminhamos abaixo a informação que nos foi enviada pelo órgão responsável pelo assunto tratado (Secretaria de Estado da Administração e Previdência).

Ressaltamos que, em caso de dúvidas, o telefone gratuito 0800-411113 estará a sua inteira disposição. O atendimento é feito de segunda à sexta-feira, das 8h30 às 19h.

Atenciosamente,
 Gerência de Atendimento

Descrição da Resposta:

-- 17/04/2008 ----- Informamos que enviamos a Solicitação para COMEC, responsável pela Secretaria Especial de Assuntos Metropolitanos, telefone para contato 041-33516542 . Att, Silvia Maria/SEAP/ -- 17/04/2008 ----- Enviei a sua Solicitação a COMEC, telefone para contato 33516542. Att, Silvia Maria/SEAP/ -- 17/04/2008 ----- Prezado Sr. José Bonfim Albuquerque Filho Boa tarde. Conforme solicitação de Vossa Senhoria, que requer informações sobre a Secretaria Especial de Assuntos da Região Metropolitana de Curitiba, passamos expor i informar o que se segue: A Secretaria Especial de Assuntos da Região Metropolitana de Curitiba, **não existiu sua personalidade jurídica**, o que existiu, foi a figura do Sr. Edson Luiz Strapasson, para exercer, em comissão o cargo de Secretário Especial para Assuntos da Região Metropolitana de Curitiba, nomeado através do Decreto n.º 22/2003. A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba- COMEC, passou a vincular-se diretamente ao Secretário Especial. Após a saída do Sr. Secretário de Estado, a COMEC, através do Decreto n.º 6384/2006, passou a vincular-se a Secretaria de Desenvolvimento Urbano/SEDU. Espero ter respondido a sua pergunta. Para maiores informações, nosso site é www.comec.pr.gov.br É a informação; S.M.J Jucelia do Rocio Baron Assessora Jurídica/COMEC

À
 José Bonfim Albuquerque Filho
 AV PARANÁ, 111/801
 CABRAL 80035130 CURITIBA PR

-----Secretaria Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral-----
 Rua Comendador Araújo,711 - Batel
 CEP. 80420-000 - Curitiba - PR
 Fone/Fax 41 233-0029, 0800-411113

Obs: o grifo é do pesquisador